



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 164

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3368
SUP. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	3376

TAQUIGRAFIA

ATA DA 33ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO ACADÊMICA E JURÍDICA DA FACULDADE FIAR, NA CÂMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Em 28 de Agosto de 2015.

**Presidência do Sr.
ALEX REDANO - Deputado**

(Às 9 horas e 29 minutos é aberta a sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo a requerimento do excelentíssimo senhor deputado Alex Redano realiza Audiência Pública objetivando discutir a situação Acadêmica e Jurídica das Faculdades Integradas de Ariquemes – FIAR. Convidamos para compor a Mesa o excelentíssimo senhor deputado Alex Redano. Excelentíssimo senhor vereador Lano, da Câmara Municipal de Ariquemes, representando a Câmara Municipal de Ariquemes. Excelentíssimo senhor Dr. Cleverson Alarcon, Juiz do Trabalho. Dr. Victor Hugo de Souza, representando a Defensoria Pública Estadual. Dr. Brian Griel, representando a OAB. Dr. Renato César Morare, Delegado Regional de Polícia Civil. Professor Humberto Takeda, representante da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Senhor Wilson Augusto da Silva, representante da

ELETROBRÁS. Professor Elizandro, Diretor representante da FIAR. Senhora Naiara Bento, representantes dos alunos da FIAR.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro aberta essa Audiência Pública com o objetivo de discutir e analisar a situação acadêmica e jurídica das Faculdades Integradas de Ariquemes – FIAR.

Sejam todos bem-vindos, todas as autoridades podem se sentar, fiquem à vontade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Mais uma vez bom dia a todos. Antes eu só gostaria de fazer uma breve explanação e como é de praxe nas Audiências, ouvir primeiro a população e depois as autoridades poderem se manifestar. Tivemos o pedido do Diretor da FIAR e também outros pedidos para se manifestarem primeiro, mas eu penso que nós temos que seguir o rito e ouvir a comunidade. Uma breve explanação e antes gostaria em nome do Dr. Cleverson, agradecer imensamente a presença de todas as autoridades, todos os amigos que estão compondo a Mesa, todos os alunos e na verdade eu tenho a consciência que essa audiência talvez não traga uma resolução, mas também nós não podemos ficar de braços cruzados e aqui está no mesmo ambiente, os antigos gestores, novos gestores, Poder Judiciário, alunos, ex-alunos e eu penso Dr. Cleverson, que é salutar e quem sabe nós conseguimos sair daqui com uma ideia em conjunto, uma solução. A questão dos professores, nós temos um prédio que garante, tem dificuldades, senhores, mas existem garantias. Agora a questão dos alunos, eu sou sincero, é de difícil solução, nós vamos ter,

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

contar, entendo que temos que seguir a lei, Doutor, mas pensar numa saída, porque já está marcado o leilão, se eu não me engano dia 5 e dia 10 de outubro. Ariquemes não tem; senhores, outra Faculdade com os mesmos cursos, tem só a FAEMA, que a Dra. Rosiele veio aqui prestar solidariedade também a esta causa que tem o curso de Educação Física, se eu não me engano. Então, a maioria dos alunos não tem condições de se transferirem para outras cidades, então falo isso para sensibilizar todas as autoridades e achar uma saída justa principalmente aos alunos. No mais, vamos dá continuidade à audiência; e muito obrigado a todos. Convidar a falar o senhor Romildo Fernandes, advogado dos funcionários da FIAR.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – O Dr. Romildo foi sugerido para fazer uso da palavra em primeiro lugar, porque ele vai fazer também um panorama da situação da Faculdade. Foi sugerido que ele fizesse o uso da palavra primeiro para fazer uma análise, um apanhado geral sobre a situação. E mais uma vez, os alunos que quiserem fazer uso da palavra, por favor, se inscrevam.

O SR. ROMILDO FERNANDES – Uma vez que já foram todas nominadas as autoridades aqui constituídas, eu peço licença para cumprimentar o vereador Lano e o Deputado Alex Redano, em nome dos quais eu cumprimento todos os demais aqui presentes, cumprimento também os alunos, os professores, ex-professores, colegas de instituição, digo colegas por que lá permaneci até dezembro de 2013; em 2014 eu me ausentei. Vejo que a convocação prende-se a dois pontos fundamentais: a instituição está em crise, mas vem à tona a questão legal e a questão institucional em relação aos cursos. Eu conheço um pouco da instituição, porque lá tive o privilégio de ingressar em 2004 quando ainda era o Diretor Geral, professor Gilmar Utzig e vice-diretora a professora Rosiele, que me acolheram na instituição como professor no curso de Contabilidade, após, exerci também o cargo de Coordenador do curso de Ciências Contábeis até 2006, depois com a saída da professora Rosiele, assumi também a vice-direção pedagógica. E em 2011, final de 2011, com a saída do professor Gilmar da direção geral, assumi a direção 2012 até 2013, mas é importante ressaltar que naquela estrutura existem duas instituições que caminham conjuntas ali. A mantida, a FIAR, a Faculdade, uma entidade sem personalidade jurídica, que a FIAR, se procurar o CNPJ dela, não existe, mas é na FIAR que acolhe toda estrutura pedagógica, direção pedagógica, vice-direção, as coordenações dos cursos, professores, alunos e toda aquela dinâmica de atividade pedagógica é gerida pela FIAR. A margem da FIAR existe a mantenedora, o Centro de Ensino Superior de Ariquemes, o CESUAR com outra administração que até então desde que quando eu lá ingressei, foi exercida pelo professor Nildo Roberto de Andrade, Diretor Presidente e o senhor Flávio Alexandre Mota, o Diretor Administrativo e Financeiro. Digo isso por quê? Toda dinâmica didática pedagógica exercida pela FIAR, depende única e exclusivamente das ações empreendidas pela mantenedora, pela CESUAR. Infelizmente até 2013, não sei como está hoje; até 2013 a direção, todo o corpo organizacional da FIAR, não tinha nenhum gerenciamento sobre a mantenedora, na verdade, era totalmente independente. Para contratar um professor, a Faculdade só fazia a indicação, a

mantenedora que contratava. Para demitir alguém, a mantenedora que demitia e a mantenedora que era responsável por receber todos os recursos advindos das mensalidades e outras receitas e a esse recebimento dar as suas destinações. De 2004 em diante e quando eu ingressei estava tudo indo muito bem, tinha lá três cursos, um plano de desenvolvimento para os próximos dez anos, que era de saltar os olhos. Em 2014 era para nós termos em Ariquemes uma universidade, um Centro Universitário e os cursos em 2004, 2005 foram se ampliando no ingresso de Letras, Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografia, Licenciaturas; e esse desenvolvimento prosseguiu até 2008, se não me falha a memória. 2009 começaram os nossos problemas com atrasos de salários, a falta de investimento na biblioteca, falta de investimentos em laboratórios, um dos pontos centrais também para manter toda aquela estrutura de dados pedagógicos funcionando está no seu corpo docente, na qualificação do corpo docente que deve ser constituído no mínimo por 1/3 de mestres e doutores e na sua complementação por especialistas, mas também que tenham larga vivência profissional nas suas áreas, que tenham aderência aos seus cursos. E em 2009, infelizmente nós começamos a ter problemas nesse sentido. A mantenedora não conseguia disponibilizar recursos para que houvessem novas contratações de professores titulados; até mesmo porque o Ministério da Educação nas suas diversas diligências trazia como exigência a ampliação da titulação dos professores, isso passou a não ser possível. Professores da instituição, especialistas, que tentaram aprimorar, tentaram elevar a sua graduação precisavam contar com o apoio da instituição. Lembro-me de uns 4 ou 5 colegas que ingressaram em programas de mestrado, a instituição, no início, começou até a ofertar certa ajuda, um mês, dois meses depois ficaram por conta, esse heróis até que conseguiram concluir as suas especializações, stricto sensu, com recursos próprios. Em 2009, a crise começou a dar a sua graça de forma mais contundente, vieram os atrasos de salários de mais um, de dois meses. 2009, os professores já ficaram, não só professores, todos os funcionários, sem receber o seu décimo terceiro, férias, com muita boa vontade, retomando as atividades em 2010, a instituição reuniu com esses colaboradores, foi feito um parcelamento em 12 vezes, alguns em 16 vezes, o que não resolveu. Acumulou-se o parcelamento, acumulou-se salário e de 2010 em diante foi uma implosão. Para encurtar a história, 2013, fevereiro de 2013, a instituição perdeu 80% dos seus titulados mestres, ficando lá somente especialistas. Se em 2011, na última vistoria que o Ministério fez por conta de um processo de credenciamento, já havia apontado como deficiência a titulação dos professores; 2013 com a saída dos mestres, o nível ficou então insustentável. E porque eles saíram? Atraso de pagamento de quatro meses, cinco meses, seis meses. E a margem da questão funcional, baixa titulação que ficou; a faculdade continuou às suas atividades, mas comente com especialistas. E em 2012 por conta dessa situação, ela já tinha sido incluída num processo de supervisão. Teria que ter assinado um termo de ajuste de conduta para se adequar ao mínimo necessário para garantir o seu funcionamento regular. Agora que condições seriam essas? Recompôr no mínimo o quadro pedagógico com a titulação mínima exigida de mestres, doutores, mantendo o mínimo possível de especialistas.

Atualizar a biblioteca, atualizar os laboratórios e também atualizar, fazer a adequação no seu projeto arquitetônico por conta da garantia da acessibilidade. Nada disso foi feito. Em 2014, a professora Regina Costa, já tinha assumido a direção, ela fez um relatório circunstanciado se justificando do porque que a instituição não tinha feito as adequações e propondo novos prazos. Nessa altura o Ministério até reabriu a regulação de todos os cursos, foram geradas as taxas, requeridas novas vistorias, mas tem notícia que nem as taxas foram pagas. De tal maneira que os processos de regulação continuaram, agora no dia 2 de junho de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União o ofício, o despacho nº 44, de 29 de maio de 2015, dizendo o seguinte: seja vedada a possibilidade de dispensa de visita técnica para o próximo ato autorizativo, seja vedada a abertura de novos processos de regulação, seja vedada a abertura de novos cursos de pós-graduação *latu sensu*, sejam revogadas as medidas anteriores, mas esses impedimentos por dois anos. Por dois anos a instituição não pode ter novos cursos, ampliar seus cursos, abrir cursos de pós-graduação por dois anos e fica mantida a supervisão, enquanto isso, sob o ponto de vista pedagógico, ela está travada. E agora? Depois que eu saí em 2014, mesmo assim eu continuei sendo procurado por alunos, professores, até os antigos gestores, mas, as acusações que chegam. Hoje nós temos em sala de aula, professores que não têm nem a especialização, terminaram a sua graduação e foram para a sala de aula; se tem algum titulado, ele não está atuando com a aderência a disciplina que ele está ministrando, comprometendo sobremaneira a legalidade dos cursos que os senhores estão fazendo. Na próxima diligência que o Ministério deve realizar na instituição, penso eu que logo, essas deficiências virão à tona. É certo que o aluno pode contar com uma série de prerrogativas, talvez não será assim tão severamente prejudicado, mas os cursos estão comprometidos pela má qualidade, pela péssima qualidade de ensino, quando tem; porque atualmente nem aula tenho notícias que está tendo, que está havendo. Os contratos que os alunos firmaram com a instituição: estão pagando para uma pessoa física que hoje sabe lá quem é que está recebendo esse recurso, que por sua vez não contrata; não paga e não oferta as condições de um ensino de qualidade. Esta é a situação dos alunos que estão lá ainda tentando concluir os seus cursos. Os alunos que já concluíram os cursos e ficam clamando pelos seus diplomas. Dizem que a UNIR está em greve, acredito que é um direito deles, mas a greve, nós bem sabemos, ela não pode ser 100%, tem que ter o mínimo de pessoal lá trabalhando e no caso específico da FIAR, em 2013, enquanto eu estava lá, eu movi um mandado de segurança contra a UNIR, porque naquela época também tinha greve, tinha uns 300 diplomas para serem entregues pela UNIR. Eu recebi de volta seis caixas de diplomas com a recomendação para que eu procurasse outras instituições no país para registrar o diploma, porque estavam sem funcionários, depois veio greve e em contrapartida comecei a receber na instituição, na condição de diretor intimações do PROCON, processos cíveis com a obrigação de fazer, exigindo a entrega dos diplomas. Por quê? O aluno não tem nada a ver com a UNIR, o aluno contratou uma prestação de serviço com a FIAR, é ela que tem que entregar o diploma de um jeito ou de outro. Concluir o curso é direito do aluno, ter o seu diploma registrado e por conta disso eu ingressei em

juízo, consegui em despacho uma decisão liminar determinando que a UNIR entregasse os diplomas dos alunos em até 60 dias da data do protocolo lá na Secretaria e essa decisão, dia 03/06/2013. Dia 22/10/13 saiu a sentença mantendo a decisão liminar e condenando a UNIR e determinando que os diplomas da FIAR, sejam entregues até 60 dias contados da data do protocolo. A UNIR com seu direito recorreu. Na verdade houve um recurso necessário, um exame necessário e a decisão do juízo foi mantida, saiu à publicação, agora em 2015 foi julgado. Então, senhores, quem não recebeu o diploma ainda; é, porque a UNIR não recebeu esse diploma lá. Por que se esse diploma tivesse sido emitido e entregue; a UNIR teria, entregue esses diplomas registrados. E é grave a situação de diversos alunos que já passaram no exame de proficiência e não conseguem fazer o seu registro profissional. Alunos que já concluíram o curso e dependem desse documento para entregarem junto aos seus órgãos por conta da ascensão do Plano de Carreira e até agora nada. E o que espanta ainda mais que diante de tanta deficiência a instituição vem a público agora ofertar cursos de mestrado com a possibilidade do doutorado. Está lá no site da FIAR, Mestrado e Doutorado. Eu não sei como! Se nem a graduação consegue suprir, se nem os alunos da graduação consegue atender, cumprir os contratos. Qual a natureza desse curso de mestrado? Qual a legalidade desse curso de mestrado? O que nós temos é uma determinação do Ministério proibindo pós-graduação *latu sensu*. Quem pode menos, será que pode mais? Quem não tem autorização para iniciar nenhum curso de pós-graduação *latu sensu* vai ter autorização para mestrado, de que jeito, sem estrutura, sem corpo docente, sem autorização? E nesse ponto é que deve ser conclamada todas as autoridades, é uma pena que o PROCON, não vi que esteja aqui representado, por que é competência também do PROCON por antecipação, fiscalizar, acompanhar e se for o caso punir e determinar contra a propaganda para esse ato, que na verdade agora também está lesando a comunidade em geral, não só os alunos que lá estão, mas com a comunidade aqui de Ariquemes e região. E agora sem energia. Então, senhores; é urgente que se tome providências em relação a essa situação que se encontra a FIAR, principalmente em relação aos alunos que lá estão, aos alunos que talvez pretendam ingressar lá de forma enganada, de forma enganosa, até como bem disse o Deputado, para os demais credores, os demais professores, eu nem me estendi, porque já existe uma garantia de realização, um leilão próximo aí marcado. Mas a situação dos alunos que lá estão, dos professores que ainda lá estão deve ser resolvida com uma brevidade extrema, é isso que, de certa, forma, penso eu que deve acontecer, com essa união de todos os Poderes aqui constituídos e dos demais, talvez não estejam presentes, mas devam ser contatados para que cesse; como diz aquela menininha: “chega, deu, deu até aqui”. Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes de Vossa Excelência convidar o próximo Orador, eu convido aqui à Mesa o Dr. Radamés, para que também componha a Mesa. Senhores Oradores, o tema é abrangente, é amplo, mas eu gostaria que os senhores Oradores fossem objetivos, no prazo máximo de cinco minutos para cada um.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos nesse momento, também advogado dos funcionários da FIAR, Dr.

Jaime Ferreira. Antes, porém, agradecer a todos representantes da faculdade FAEMA, muito obrigado pela presença de todos vocês. Dr. Jaime Ferreira por cinco minutos.

O SR. JAIME FERREIRA – Quero na pessoa do Deputado, saudar todas as autoridades aqui presentes, na pessoa do nobre colega professor Romildo, saudar todos os professores e credores, os alunos, todas as demais autoridades. Esse relatório feito pelo professor Romildo, é muito importante para nós tomarmos pelo menos um ponto de partida para essa discussão. A FIAR tem uma história em Ariquemes, a FIAR faz parte da história de Ariquemes, nós temos muitos profissionais, excelentes profissionais que se formaram aqui em Ariquemes pela FIAR, professores e outras profissões. Eu vejo que nós estamos numa situação de xeque mate, nós não temos mais tempo para ficar tentando medidas mirabolantes, nós já estamos ingressando com um processo há alguns anos e até então a gente nunca viu boa vontade por parte da instituição, por parte da administração em resolver essa situação. O crédito trabalhista, a gente crê que gira em torno de quatro milhões de reais. A administração que aí está, está travada como já foi dito, não tem mais novos cursos, não haverá vestibular, embora enganosamente esta sendo divulgado, inclusive, mestrado com possibilidade de doutorado. Nós temos poucas opções, eu vejo o seguinte: judicialmente já foi determinado um leilão, agora a gente sabe, não vamos aqui criar ilusões, que são poucas as instituições que podem adquirir a FIAR e se essa instituição adquirir; vai adquirir o prédio ou vai adquirir a FIAR enquanto faculdade? Tem essas perguntas a serem respondidas. Tem os créditos trabalhistas, com a venda do prédio, vai ser pago os créditos trabalhistas, que é justo. Tem pessoas que perderam seu carro, tem professores que perderam seu veículo, que sofreram todo tipo de dano, prejuízo financeiro e moral; prejuízo com as suas famílias por causa dessa má gestão, a gente sabe disso. Então vai sanar a questão do crédito trabalhista. Mas, e os alunos que aí estão, com é que eles vão ficar? Bom, sendo leiloado, quem vai adquirir? Alguém vai adquirir? Alguém já se manifestou com interesse? Interessante seria que uma instituição de educação séria, que nós temos aqui em Ariquemes e em outros lugares viesse adquirir tanto o prédio quanto a FIAR ou oferecesse uma opção para que os alunos não ficassem prejudicados, mas, nós requeremos também, já em juízo, uma intervenção judicial, por que eu acredito que com essa intervenção judicial, Excelência, com essa intervenção judicial que a gente requereu, se for nomeado, talvez até um dos credores que nós temos profissionais de excelência para assumir essa gestão, os demais vão colaborar, pelo menos, para que esse prejuízo seja amenizado, inclusive, indicamos alguns nomes, mas tem excelentes nomes para administrar essa FIAR, e prestar conta ou juízo, não é ao seu bel prazer, porque como disse o Dr. Romildo, os pagamentos estavam sendo feitos em nome de uma pessoa física em outro Estado. Será que essa administração tem interesse em administrar a faculdade em prol da sociedade ou em prol próprio, em benefício próprio? Então eu vejo assim, essa intervenção judicial, ela é de suma importância para amenizar a situação dos alunos, e, digamos que ela venha a ser leiloadada, do jeito que está, nós não sabemos como que vai ficar até o dia que ela venha ser vendida, talvez sucateada. Então essa intervenção judicial seria pelo menos

uma medida para não deixar piorar e tendo uma administração séria, eu tenho certeza que os demais colegas vão procurar colaborar, porque como o professor disse, os professores trabalharam na instituição seis meses sem receber e nós sabemos que o professor trabalha seis meses sem receber, por amor a causa, porque quem é professor é professor por vocação, por amor. É fato ou não é fato? Eu creio que tem professores que trabalharam mais que seis meses sem receber, por amor a causa. Então essa intervenção judicial a meu ver é uma medida que se impõe de necessário já, de imediato para que possa uma pessoa nomeada pelo juízo, montar o seu corpo docente novamente, toda estrutura, assumir essa administração e todo o financeiro ser administrado, ser prestado conta pelo juízo, uma conta única centralizadora, conforme tudo que já foi sugerido. Aí sim existe uma possibilidade de começar a organizar e os colegas, eu tenho certeza, que os colegas que aí estão, vão colaborar, os colegas que já saíram da instituição vão colaborar e de repente a gente consegue que outra instituição possa adquirir ou se for leiloadado, que seja leiloadado para quem realmente tem interesse, que venha agregar valores e não apenas especuladores. Essa instituição é uma instituição de interesse público; forma profissionais que vão ficar aqui, é interesse nosso, eu tenho filhos que se formaram; a mãe dos meus filhos se formou nessa faculdade. Então essa faculdade faz parte da nossa história, faz parte da história de Ariquemes, nós devemos lutar para que ela realmente continue; que exista; que se troque a administração, mas que continue agregando valores. Então a minha sugestão a princípio é que se tenha uma intervenção judicial, que se nomeie um administrador judicial para que amenize essa situação. E aí nós já sugerimos desde o início dos processos que reúnam credores, as instituições que representam; procurar trazer uma solução, de repente alguma instituição daqui de Ariquemes tenha interesse em adquirir, em administrar. Então essa é uma proposta, de repente, para se debater e discutir. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes do próximo Orador, queremos registrar a presença de toda imprensa de Ariquemes, também a imprensa de Porto Velho; aqui representada pelo jornalista Felipe Corona, e também os nossos colegas da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gostaria também de convidar para fazer parte aqui conosco do plenário o vereador João Leite, que se faz presente. Obrigado Vereador pela sua presença, seja bem-vindo. Vereador Loro da SUCAM, muito obrigado pela presença, seja bem-vindo. Representando os alunos da FIAR, a aluna Naiara Bento. Todos os presentes que queiram falar, que queiram se manifestar que será dada voz a todos.

A SRA. NAIARA BENTO – Em nome do Deputado Alex Redano e o Vereador Loro; quero cumprimentar todos os componentes da Mesa e um bom dia a todos os presentes. Eu quero agradecer pela presença de todos e por estar presente aqui realmente em busca da solução para essa causa, eu sou Naiara, sou formada em Ciências Contábeis, finalizei agora o meu

curso em dezembro de 2014, tenho alguns colegas de classe aqui hoje presentes e eu vou falar assim, primeiro pela minha formação, pelo o que eu vivi na FIAR e porque eu estou aqui e depois falar pelos alunos que ainda estão cursando, que são os que mais estão precisando de solução a meu ver e ao ver do aluno Vítor também, que é uma pessoa que está à frente desta solução também. Quando eu iniciei em 2011 a minha faculdade, já havia assim, igual ao professor Romildo havia falado em relação à decadência de professores, a decadência já começou aquela situação que não estava bem a instituição até em nível social, a sociedade já estava em relação à falta de pagamento de algumas empresas, de alguns credores e logo em seguida já veio também a questão dos professores que atingiu internamente a todos. Então, assim, o que eu quero dizer, a gente está precisando do nosso histórico, eu sou formada, precisava pegar o histórico, dentro do canudo veio só uma certidão de conclusão de curso, no dia 19 de fevereiro quando eu coleí grau e após isso, a próxima data era dia 19 de agosto para pegar o diploma. Então, assim, tem alunos que já estão aprovados no Conselho Regional de Contabilidade, no CRC; tem alunos que precisam do certificado para a questão de mérito de concurso público; tem alunos que precisam do certificado para poder exercerem a profissão, é um direito que está sendo cessado, é um direito adquirido e que não está podendo ser executado isso daí, não está podendo ter posse desse direito, é um direito que a gente pagou quatro anos, assumimos o contrato, quando a gente assina lá, a gente assina o direito também de qualidade pelo que a gente paga e nesse período já vem decadenciando até 2014, a gente formou em 2014, demos graças a Deus que a gente se formou, porque muitos falavam: "se Deus quiser vocês se formam". Então graças a Deus a gente se formou. E em janeiro de 2015, entrou o grupo VANGUARD, é um grupo revolucionário que falou assim: a gente abraça o pacote e a partir de hoje a gente vai viver no céu. Falando hoje, agora entre os alunos que estão cursando, porque eu tenho conhecimento de causa, posso estar enganada ou faltar, descrever algo que os senhores tenham a liberdade de também complementar, peço que façam isso; mas em relação aos formandos é isso, é o histórico que a gente não tem. No dia 30 de julho tivemos uma reunião, eu, o aluno Vítor, do 6º período de Contabilidade e o Deputado Alex com a Diretoria da FIAR, do grupo VANGUARD, na época senhora Marli, no dia 30 de julho; hoje é dia 28 de agosto, há quase 30 dias. Essa reunião ela citou que o sistema, porque não emitia o histórico? Por que estava sem sistema. Se, estava sem sistema; porque estava sem sistema? Havia notícia de que não haviam, pago as mensalidades por isso estava sem sistema e nesse dia ela falou que não, que estava tudo certo, que o sistema estava pago; que eles já estavam com o Sophia em mãos no dia 30 de julho, que foi liberado, aí foi liberado dia 30 e dia 3, dia 30 foi numa quinta, dia 3 na segunda, início do segundo semestre. No dia 3 não tinha sistema para emitir histórico, ela tinha dito que a formiga roeu o HD e o HD foi para a recuperação em São Paulo e que eles estavam dia 30 com o HD em mãos, até brincou com a Edines, que é a irmã dela, estava com ela ajudando a resolver os problemas: a gente está com Sophia na mão dentro do carro. Por que era um gabinete com o HD dentro e com o sistema, que só era colocar no monitor e lá funcionava, o Sophia estava emitindo o histórico. Segunda-

feira tem histórico; estava eu lá 7 horas e segunda-feira sem histórico. É de indignar qualquer ser humano, porque a pessoa se exalta numa reunião, aonde viemos buscar solução, na data, e falando que já todos os problemas em relação às pessoas que estavam formadas iam resolver no dia 30 e que havia naquela data, ela trouxe uma solução de que uma equipe de professores, uma comissão de professores estariam assumindo a administração da FIAR, gerindo todos os fundos a partir de agora, a partir de agora, 1º de agosto, dia 03 de agosto inicia o segundo semestre, esses professores vão gerir, vão pegar esse dinheiro, exatamente, senhores, muita atenção, vai pegar esse dinheiro que vai entrar das mensalidades. Quando eu entrei tinha 1.500 alunos, hoje tem 300, 5 anos depois tem 300 alunos naquela instituição e com esses 300 alunos, não são todos que estão pagando, não são pagantes, têm bolsistas, tem FIES. Então não pode contar com a mensalidade de todos, eles iam gerir aquele fundo ali e quem que ia pagar? Os professores; ia pagar energia elétrica, ia pagar o FGTS, que até então os professores estavam sem recolher o FGTS. Têm professores que estão lá, saiu da instituição, nunca recolheu o FGTS, porque a instituição nunca pagou. Aí o que aconteceu? Essa equipe de professores ia pagar isso e o Nilton, que é o presidente, que o senhor Nildo, em dezembro do ano passado era a direção do Nildo, o senhorzinho Nildo. Em janeiro passou a procuração para esse Nilton, da VANGUARD, só para os senhores entenderem o caso; quando entregou a administração com a procuração, ele assumiu todo o pacote de tributos, pacotes de dívidas trabalhistas, questão de qualidade de ensino em relação ao corpo docente e isso não foi feito, essa responsabilidade não foi cumprida. De janeiro a julho, não vou falar ninguém, por que é uma coisa muito forte, mas eu vou falar assim 90% dos professores não foram pagos, estavam trabalhando por que abraçaram a causa, porque os alunos não poderiam ficar sem aula, viram esse lado humano, os professores; funcionários também. Então tem muitos que estão sem receber desde janeiro até julho. Em julho aconteceu isso desse grupo VANGUARD não estar assumindo, a gente pesquisou, o VANGUARD é um CNPJ com um capital de R\$ 30.000,00, como vai tomar posse de uma faculdade com um patrimônio de 18 milhões de reais? Hoje como é que a gente se encontra? Uma faculdade, um grupo que já tem pelo Presidente, que é o Nilton Estelionato, processo de estelionato, processo de mandado de prisão. A gente teve uma reunião com o MPF, Ministério Público Federal, e a gente falou com o Doutor Rafael indagando o seguinte: a qualificação do corpo docente perante o MEC, coisa que o professor Nildo já citou, passado; sem especialização, muitos, não digo todos, muitos sem especialização, sem qualificação, os boletos que estão em nome de pessoa física, o que garante, eu pergunto aqui ao Dr. Cleverson, o que garante que os boletos em nome de pessoas físicas ou pagamentos em mãos, vão ser pagas todas as dívidas? Hein, senhor Elizandro? O que garante o pagamento de que a gente vai pagar com recibo em branco e vai fazer com que todos os professores sejam pagos? O que garante, senhor Elizandro que na segunda-feira, conforme a Coordenadora Luciana disse, que vai ter o histórico lá, segunda-feira, impresso? O que garante que o meu diploma, com essa resolução que teve em 2011, onde a FIAR tem o prazo de 60 dias para entregar o diploma, ele vai ser entregue em 60 dias?

O que garante que foi já enviado para a UNIR protocolado o envio do nosso diploma que já está lá esperando os 60 dias? Isso são perguntas que a gente se faz, os grupos estão lotados de questionamentos. Eu estou aqui falando, posso estar esquecendo alguma coisa, que os senhores também levantem e falem, mas, assim são essas as questões. O que garante que segunda-feira vai ter energia elétrica; vai está funcionando? O que garante que a biblioteca lá da faculdade vai ter qualidade de livros, vai estar acessível? O que garante um laboratório contábil, porque eu não tive laboratório contábil, eu não tive, eu sou da turma de 2011, 2014, não tive laboratório contábil. Nunca tive acesso a um sistema contábil, eu sou analista de suporte e lido com o sistema administrativo da empresas e também já estagiei no escritório LUX em relação ao domínio, nunca tive, se eu não tivesse, eu falava assim: “Edneu, eu quero a oportunidade de estagiar com o senhor, porque eu quero ter acesso ao sistema contábil, sistema administrativo eu sei, eu quero ver a união dessa sincronização desses arquivos”. E estagiei por que eu pedi. Para eu poder saber dizer e não tem na faculdade, você sai lá só com a teoria da teoria e olha lá. Cadê o laboratório de Biologia funcionando com todas as análises, que aqueles alunos de biologia vão ser futuros biólogos. E ainda só para concluir, esses cursos que estão aí; ontem à noite eu abri o site da FIAR, estava lá: Mestrado, 2º Semestre. Sinceramente hein cara, sinceramente! Sinceramente, me desculpa a palavra. Mestrado, Dra. Rosiele, representante da FAEMA, Mestrado. Tem também um mestrado lá no site da FACIMED, entre lá na FACIMED, VANGUARD Mestrado. O MEC tem uma liminar lá, uma notificação da vistoria do MEC em maio de 2015, em maio, a gente está em agosto, dizendo que é proibido abrir curso EAD, proibido abrir curso presencial e está lá no site, senhor Elizandro, está lá no site divulgando. O senhor é responsável agora, o senhor vai ter o direito da palavra e o senhor, por favor, nos responda, nos dê prazo, nos dê solução para que isso se resolva. E eu quero agradecer a todos presentes eu quero só salientar, eu preciso do prazo do histórico, preciso do prazo do meu diploma, preciso da situação da qualificação do corpo docente, falando em nome dos cursandos, preciso dos boletos em relação a pessoa física com a garantia de pagamento dos funcionários, garantia da biblioteca, garantia da questão de qualidade. Isso eu quero salientar. Muito obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registramos ainda a presença dos Excelentíssimos senhores Vereadores João Leite, Loro da SUCAM, da Câmara Municipal de Ariquemes que se encontram aqui no plenário.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos neste momento, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, o Excelentíssimo Senhor Defensor Dr. Victor Hugo.

O SR. VICTOR HUGO – Bom dia a todos, em nome da Defensoria gostaria de agradecer o convite para participar dessa audiência. Cumprimentar todos os integrantes da Mesa na pessoa do Deputado Alex Redano e aproveitar esse espaço aqui inicialmente para falar um pouco da Defensoria Pública e do papel dela em situações como essa. A Defensoria Pública é um órgão relativamente novo e muitas vezes até certa confusão do papel dela e a própria existência. O certo é que a Defensoria

Pública tem previsão constitucional e tem a função de atuar em prol dos necessitados. Essa atuação se dá por meio de uma assessoria jurídica para aquele que não tem condições de contratar um advogado por exemplo. Então a Defensoria Pública tem um papel relevante, sobretudo, contextualizando aqui com o caso nas relações de consumo que é um dos pontos aqui de debate. E a Defensoria Pública, claro, dentro do seu campo de atuação que são as pessoas ditas hipossuficientes, ela está plenamente aberta à participação desses movimentos sociais e tem todo interesse em participar, em contribuir para esse debate e apresentar orientações, formas de resolução e prestar assessoria jurídica a todos que lhe solicitem esse atendimento. O tema já foi aqui bem explanado pelos ilustres advogados que estiveram na tribuna anteriormente e foram tratadas várias questões, inclusive, no campo trabalhista, foram narradas algumas irregularidades do ponto de vista administrativo e do credenciamento desses cursos e eu queria aqui me dirigir especificamente aos alunos que são os consumidores desta relação, porque de fato, nós temos aqui uma relação de consumo. Os alunos se matricularam na instituição e esperaram a prestação de serviço que lhe foi ofertada por meio de propagandas e tudo isso. Então os alunos, vocês alunos tinham uma justa expectativa de concluir esse curso, de ter um curso adequado, ter direito ao final a um diploma e poder se preparar para uma profissão, para uma área específica de atuação. Então vocês, alunos, são parte mais fraca dessa relação e isso a própria lei já presume, que o consumidor é a parte mais fraca da relação. Então a lei concede através da Constituição Federal, através do Código de Defesa do Consumidor proteção ao consumidor e imagino que existam variadas demandas aqui relacionadas a cada um dos alunos, mas de modo geral, ouvi aqui relatos a respeito de problemas em não concessão de diplomas, de certificados de conclusão, de histórico, tudo isso que de fato, a lei já impõe a faculdade, a obrigação de emitir, de conceder ao aluno, inclusive, sem ter nenhum custo, por que isso já pressupõe a remuneração desses pedidos através do contrato de prestação de serviços que os alunos pagam por meio de mensalidades. E eu vi até situações de pessoas, que me parece, que passaram em concursos e não conseguiam obter esse diploma agora e eu não sei se está havendo também prejuízo para a posse nos cargos e tudo isso são questões que, primeiro, estão erradas porque, digo erradas no sentido de que a obrigação existe e tem que ser cumprida, inclusive, são passíveis de ações judiciais, porque o risco do empreendimento, toda essa situação, parece até de certa calamidade que encontra-se essa faculdade, ela não é por culpa dos alunos. Os alunos, como eu disse anteriormente têm a justa expectativa de fazer um curso e ter a qualificação que o curso, na propaganda, ele oferece. Então gostaria aqui, não tem como saber todas as situações, mas, pelo que me foi passado e também não me lembro de algum caso que tenham chegado a Defensoria nesses últimos meses, mas que a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, através do seu núcleo de Ariquemes, está totalmente aberta a receber as pessoas que possam ser atendidas; que requerem esse atendimento, e claro, preencham o perfil de atendimento da nossa instituição e prestar toda orientação jurídica, toda assessoria que pressupõe, inclusive, o ingresso de ações judiciais. É muito importante que os alunos também observem

a qualidade do ensino antes de ingressar numa instituição, por que hoje nós temos um problema no Brasil muito grande em relação a oferta que é de certa maneira, em alguns casos, até descontrolada e o MEC que é o órgão que representa, no caso, o Ministério da Educação, tem o papel de fiscalizar isso, mas a gente sabe que no final das contas o consumidor é o grande prejudicado com toda essa situação, claro que tem aqui no caso, a questão dos trabalhadores que tem a questão trabalhista, as verbas de natureza elementar, mas, o certo é que, eu ouvi até informações aqui de que haveria um oferecimento de curso de mestrado numa situação dessas que a gente está vendo. Então eu pedia para os consumidores ficarem de olhos abertos, tenham o cuidado de observar toda essa situação para que não tenham esse problema. Claro que muitos aqui já estão com esse problema hoje; e o que nós queremos é ajudá-los a resolver tudo isso. Então até para ser breve e propiciar aqui o amplo debate, eu informo a vocês que a Defensoria Pública está aberta, as suas portas, para atender os consumidores que estão nessa situação, ressaltada a questão do nosso campo de atuação e inclusive, algumas questões técnicas que talvez envolvam até a Defensoria Pública da União, mas também nós podemos fazer esse contato e agilizar aqui tudo isso para evitar que em determinadas circunstâncias alguns alunos, por exemplo, que sejam assistidos na Defensoria, tenham que ir até Porto Velho procurar a Defensoria Pública da União, nesse sentido encerro aqui, já até pedindo desculpas, por que vou ter que sair um pouco mais cedo em razão de um compromisso de atos judiciais que eu terei que me fazer presente, mas, oriento aqui todos os consumidores que não fiquem também aguardando a boa vontade, por que pelo que eu estou vendo aqui, a situação já vem de algum tempo. Então procurem realmente exercerem seus direitos, se informarem sobre eles e nós estamos aqui totalmente abertos para auxiliá-los nisso. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – O Sr. Dr. Victor vai se ausentar em virtude de compromissos agora no Fórum, ele vai atuar como defensor público. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos nesse momento o representante da ELETROBRÁS, senhor Wilson Augusto da Silva.

O SR. WILSON AUGUSTO DA SILVA – Bom dia a todos. Meu nome é Wilson Augusto da Silva, sou Gerente do Departamento de Faturamento e Recebíveis da ELETROBRÁS Distribuição/RO, fui convidado, aliás, estou representando o Presidente da empresa, Dr. Luiz Marcelo por ausência em razão de compromissos anteriores assumidos. Não sei o que eu digo para vocês com relação à solução do problema hoje com relação a energia elétrica, pelo histórico que eu estou verificando aqui, primeiro gostaria de cumprimentar a Mesa, desculpem, não tenho o hábito de falar em público, mas quando se pega um equipamento desse aqui, você se treme todo. Então eu não sei o que eu posso dizer para vocês, mas o meu sentimento é de que realmente a má gestão fez com que isso ocorresse e aí há alguns subterfúgios e vendo realmente a fala do advogado aqui que iniciou a conversa, o problema se inicia

lá em 2012, onde ficou mais contundente o problema da FIAR e aonde a FIAR buscou o guarda-chuva, a proteção de uma liminar para não pagar as suas contas para com a ELETROBRÁS. Esse é o histórico e que se manteve até agora mês de junho e mês de julho e nisso resulta num valor elevado dessa dívida para com a ELETROBRÁS. A ELETROBRÁS, ela tem o ramo dela que é fornecer energia elétrica, é óbvio, é o metiê, é a função dela, ela vive de vender energia, mas, em contrapartida, ela tem que receber isso por quê? Por que em contrapartida ela tem que pagar seus fornecedores, seus empregados, da mesma forma que a FIAR tem que pagar seus professores; seus fornecedores. Então a ELETROBRÁS, ela está realmente à disposição para que possamos continuar fazendo o trabalho, que é um trabalho também social, o fornecimento de energia, mas, em contrapartida, ela tem que receber aquilo que foi prestado de serviço. A gente já se colocou, o Deputado Adelino Follador esteve no final do mês de julho, início de agosto lá conversando conosco e nós nos propusemos a negociar o débito, não tem problema, a ELETROBRÁS negocia, no entanto, a ELETROBRÁS precisa do quê? Enquanto ela fornece energia elétrica, é uma conta de energia elétrica, a partir do momento em que esse débito já existe, passa a ser uma dívida financeira e nenhuma instituição financia qualquer coisa sem que haja garantias e a ELETROBRÁS quer uma garantia que ela vai receber. Então, o problema, todo mundo sabe onde está o problema, onde tem problema, como está o problema, temos que achar realmente uma solução. Então a ELETROBRÁS está à disposição para ouvir as propostas, mas ela precisa do quê? No mínimo de uma garantia. Independente de que seja formada uma cooperativa, de que alguém assuma, de que alguém compre, a ELETROBRÁS precisa de uma garantia e é o que ela vai fazer, ou seja, está à disposição para ouvir quem realmente ficar definido para assumir todo o passivo, todo o ativo, o que for necessário para que dê continuidade disso, mas sem isso, fica difícil a ELETROBRÁS retornar, voltar a fornecer um insumo, um produto, sem que haja uma garantia disso, e quanto mais rápido se resolver isso, mas rápido a gente retorna ao trabalho de fornecimento de energia elétrica. Infelizmente é uma situação de insolvência, uma situação difícil, mas é para isso que foi convocado isso aqui, para que todo mundo dê sugestões, que dê condições, ideias para que solucione essa forma de pendência que está hoje aqui. Então a ELETROBRÁS, eu vim em nome do Presidente dizer o seguinte: que nós estamos dispostos sim a ouvi-los, observar todas as propostas e é óbvio que a ELETROBRÁS não vai dizer agora nesse momento: não, nós não fazemos. Isso é uma situação que a gente não pode dizer: isso eu não vou fazer ou não faço. Mas a ELETROBRÁS está aqui para dizer que ela está disposta a negociar, mas também existem algumas regras que nós temos que seguir.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos nesse momento o Dr. Elizandro, representando a Faculdade FIAR.

O SR. ELIZANDRO – Bom dia ao público. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado, bom dia todos. Bom dia aos senhores do Plenário. Gostaria de explanar algumas ações que nós estamos realizando, visto que eu assumi a Direção Geral da FIAR no dia 17 de agosto, aonde foi baixada a minha Portaria de Diretor Geral da Instituição. No dia 1º de agosto foi

constituída uma Comissão de Professores e Técnicos Administrativos e Alunos para estarem auxiliando na gestão financeira da FIAR, aonde essa Comissão define os pagamentos dos salários e dos fornecedores de nossa Instituição, em conjunto com a Direção Geral. Diante disso nós já estamos sanando a questão salarial do Corpo Técnico Administrativo. E temos aí alguns funcionários presentes que podem estar constatando isto. Também estamos com compromisso de pagamento dos salários dos Professores do mês de agosto que vencerá dia 05 de setembro através da Comissão, as mensalidades estão ficando na instituição, justamente, para nós executarmos os pagamentos dos salários de agosto, e estarmos negociando a dívida posterior aí ao pagamento. Aí nós vamos está conversando com essa Comissão para nós entrarmos em um acordo para estarmos sanando essa questão dos salários atrasados, mas de antemão o salário de agosto, a proposta que nós façamos o pagamento no dia 05 de setembro. Outra situação, a questão dos diplomas. Está aqui em minhas mãos, dia 12 de agosto nós recebemos a Secretária Geral da nossa Instituição, foi até Porto Velho nos trouxe mais de 100 diplomas para serem entregues aos alunos. Então a questão dos salários dos Técnicos Administrativos está sendo solucionada com o pagamento, a questão dos salários dos Professores, o compromisso é que nós façamos o pagamento agora o do mês de agosto em 05 de setembro e negociarmos as questões aí dos salários atrasados, se eu não me engano do mês de junho, abril, maio e assim sucessivamente. Gostaria de colocar também a questão do sistema, houve sim, um problema de sistema aonde nós solucionamos também, a questão do sistema de Ensino, onde já está instalado, teria sido instalada no dia, segunda-feira, se eu não me engano, segunda-feira dia 23, por problemas na internet no nosso Município nós não conseguimos sanar. Porém, hoje, o sistema está em funcionamento, estamos emitindo os históricos escolares e os diplomas, nós temos como eu havia dito mais de 100 diplomas já em nossa posse, onde os alunos poderão vir requerer esse documento. E já foram enviados também vários diplomas para serem registrados na UNIR de Porto Velho. Outra questão a respeito da qualificação docente. Estamos trabalhando, visto que a minha Portaria foi baixada no dia 17 de agosto, realizamos reuniões com os Coordenadores, aonde nós conhecemos a atual situação dos cursos de graduação, onde nós sugerimos aos Coordenadores que realizassem o Planejamento de ações para a melhora dos cursos de graduação, das questões aí do curso de graduação. E, prometo aqui, também a questão do Vestibular. Os cursos que estão sendo ofertados hoje na FIAR, será realizado o Vestibular com o número suficiente de alunos nós iremos executar os cursos para 2016. Temos planejamento para estar, eu gostaria...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pessoal, desculpe eu interromper. Têm algumas regras na Audiência, e para fluir, para nós mesmos, os próprios alunos poderem ter um entendimento, tudo o que nós estamos falando aqui está sendo gravado, e a Taquigrafia está fazendo a Ata, e essa Ata será entregue para as demais autoridades. Inclusive, esclarecer desculpe o aparte, esclarecer que algumas autoridades, eu conversei pessoalmente com elas, e como estão atuando diretamente no caso preferiram ter acesso a essa Ata. Então

vai ser dada voz a todos, mas vamos sempre falar usando o microfone para ficar nos Anais e ficar gravado. Então eu peço essa colaboração de todos. Muito obrigado.

O SR. ELIZANDRO – Dando continuidade. A respeito das mensalidades para serem pagas, hoje nós temos uma conta aberta no nome da FIAR no Banco Bradesco, para serem realizados os pagamentos das mensalidades. A respeito da questão trabalhista, a questão tributária, eu gostaria de convidar o doutor Radamés para fazer uso da palavra.

O SR. RADAMÉS – Bom dia a todos. Fui chamado aqui até pelo recente ingresso aqui do Professor na Instituição. Agradeço ao convite do deputado Alex Redano que me fez, até mandou mensagem para que comparecesse aqui e bem, eu assumi a parte Jurídica da FIAR em maio deste ano, e acreditei que seria de certa forma, mas em verdade foi de outra, até pela questão de organização empresarial, chegou lá era um verdadeiro caos, não havia documento de nada, tanto da parte contábil como a parte Jurídica de quem, enfim, não soube de nada, assim que cheguei fui fazer um pente fino nas ações, o que a FIAR devia, o que a FIAR tinha de crédito a receber, tanto da parte cível, ou seja, mensalidade atrasada, fornecedor cobrando a gente, para saber a veracidade daquelas contas, bem assim a parte trabalhista, que a meu ver é a parte mais complexa hoje em dia do passivo da faculdade. Hoje a gente conta com o passivo um pouco, ou, extremamente elevado. Então o Doutor Jaime que já tem certa afinidade, a gente se encontra semanalmente praticamente na Justiça do Trabalho. Eu acredito que esse passivo foi gerado até por uma estratégia, estratégia Jurídica errônea na minha vista, que não, só se fazia um acordo, não sabia se procurasse aquelas verbas eram realmente certas, enfim, uma série de acaso, mas não cabe a eu julgar. Como eu comecei a tomar esses trabalhos de maio para frente, só cabe eu tentar resolver o que me foi passado. Então dessa parte a Diretoria entendeu, por notificar tanto a parte da administração contábil, administração jurídica anterior da FIAR. Por exemplo, esse processo em relação à energia elétrica que se deu, começou lá em 2012, todos os nossos processos de esfera trabalhista ele não começou agora em 2015, são processos antigos já; o grande volume, são destas verbas de 2012, parece-me que houve um descontrole da gestão dos antigos sócios, mas nem por isso dá brecha de eu argumentar que a nova diretoria não tem responsabilidade disso. Tem sim. A questão é a forma como gerir esse passivo atualmente. O que é que a gente está fazendo? Está fazendo as auditorias necessárias, principalmente na parte trabalhista, para quê? Para que se evitem novas demandas, porque ficou claro para nós que quem ficou em 2015 é porque realmente nutre certo carinho ali pela FIAR, certo carinho, ou muito carinho, porque está lá, a gente sabe que tem as deficiências de pagamento, enfim. Hoje em dia como é que está sendo feito? O pagamento começou como o Doutor Romildo falou, estavam lá pessoas físicas, pagamento em boleto para pessoa física, hoje isso já foi profissionalizado da seguinte forma: abriu-se uma conta em nome da FIAR boleto no Banco Bradesco, creio que agora que houve uma grande iniciativa por parte dos Professores, que é gerir a Faculdade por aqui. Neste sentido o que eu entendo por isso? Dá certa confiabilidade

para o Professor trabalhar, para ele saber que aquilo que ele tem é um corpo docente que se habilitou para fazer essa administração. Entendo eu que é uma forma muito positiva disso acontecer, e também da minha parte o que é a gente tem que fazer? É trabalhar para evitar que isso continue, ou seja, pagando o pessoal certo, essa questão do Diploma já parece que foi normalizada, aqui, tem o Ofício na UNIR entregando os documentos, que a gente sabe que o órgão público, por si só, ele é burocrático, imagine em uma greve. Então é um pouco complexo, aos poucos está se regulando. A questão do Histórico Escolar, Deputado Alex Redano a gente já fez uma entrega com, ele fez juntamente com a Professora Marli, a época, entregou vários Históricos, então, essa parte de aluno, creio eu, que já está se não toda normalizada, parece normalizar-se 100%. Bom, no que me compete aqui é mais a parte jurídica. Então estou aqui disposto nos nossos debates a responder essa parte Jurídica, aqui, que alguém eventualmente tiver dúvida. Mas creio que na parte do Professor já esclareceu grande parte aqui, que são as questões que mais me preocupa que realmente é uma questão para quem está começando a vida não ter diploma, enfim. Muitas vezes você perde uma oportunidade de trabalho. Também tem a parte psicológica, que você está se preparando para o concurso, então eu creio que isso aí é um direito que vocês têm que cobrar, sim. Eu acredito que isso aí já está sendo sanado. Estou à disposição de vocês.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só para esclarecimento, faltam três pessoas da Mesa, e será aberto a todo público para fazer o questionamento. No questionamento você primeiro se apresenta e direciona a pergunta para qual autoridade, qual pessoa que você quer fazer a pergunta. Convidamos nesse momento, representando a Comunidade Ariquemense e representando a Câmara Municipal de Ariquemes, o Excelentíssimo senhor Vereador Lano Matias. A Tribuna está livre aí, Vereador.

O SR. LANO MATIAS – Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Alex Redano; Excelentíssimo senhor Juiz do Trabalho, Doutor Brian, enfim, toda a Mesa, Doutor Renato Morare que está em todas as causas sociais, preocupado com Ariquemes; e meus nobres Colegas Vereadores da Câmara, a qual; estou representando; a imprensa; Aor, Ciro, Ítalo e dizer a todos vocês, nós, Elizandro, nós aqui em Ariquemes não corremos atrás de problemas. O Doutor Renato que chegou de Rolim de Moura há pouco, é que nós não podemos fugir dos problemas. Aqui nós temos problemas de creches, problemas de esgoto, temos vários problemas, Deputado Alex, Excelência, me convidou para uma reunião junto com os alunos da FIAR, onde tinham professores, também, em momento algum tentamos incitar, Romildo, contra a Instituição, contra a VANGUARD. Nós tentamos buscar a solução, porque nós entendemos; Professor Brian, que a arte da política e a obrigação do político é intermediar conflitos e buscar soluções. É para isso que a gente se elegeu. Hoje eu vejo a FIAR na seguinte situação: temos os professores que têm direito a receber, têm os alunos que precisam terminar os seus cursos. E temos a eminência de um leilão agora dia 05. Todo mundo junto. Eu fiz a minha pós-graduação ali na FIAR, a minha filha fez Contabilidade ali na

FIAR. É a Faculdade pioneira aqui no nosso Município. Então o que é que eu peço? Bom senso. Que a paz nos una em favor do bem comum. Eu sei que é difícil Doutor Brian, o senhor é Advogado, você sensibilizar um juiz porque tem a Lei, e segue-se a fria letra da Lei, mas hoje, Naiara, Vítor e todos os alunos, o que eles querem? Eles querem os que se formaram o direito de pegar o seu diploma. Aqui está sendo gravada essa Audiência, o Deputado Alex Redano, somei com ele por quê? Fizemos com que vocês tivessem força de Lei, a Lei que foi aprovada na Assembleia Legislativa, Lei nº 172/15, ela deu, ela fez com que acontecesse essa Audiência Pública, então hoje tem força de Lei. O que deliberar aqui foi força de Lei, não é conversa feita em gabinete, não é politicagem, é coisa séria. Você conseguiu Vítor, vocês conseguiram alunos, fazer isso acontecer, porque buscaram o seu Parlamentar, e nós fizemos a nossa obrigação, Deputado Alex. Mas não somos adversários de ninguém, nós somos amigos de Ariquemes. E, precisamos Doutor Brian, que foi meu Professor de Sociologia, ao qual aprendi muito, precisamos sim, fazer com que esses alunos terminem os seus cursos. Vou fazer algumas ponderações e vou abrir que são vocês que têm que dar as sugestões. Professor Adriano, ele fez uma colocação interessante e eu sei que ele vai tornar a fazê-la. É muito interessante. VANGUARD chegou à nossa cidade para assumir a FIAR, com que dinheiro? Porque a gente assiste aqueles filmes americanos aonde tem aquelas empresas especialistas em comprar massa falida, mas já compra com dinheiro para pagar os funcionários, já compra com dinheiro para investir, para depois jogar na Bolsa de Valores e tirar dinheiro. Porque eu sou formado em Administração e o Doutor Brian me ensinou que a minha função, mesmo sendo Administrador, é ter lucros. E a VANGUARD é um grupo que visa lucros, então é uma pergunta que tem que ser gravada para que se tenha força de Lei. Comprou mas tem um milhão, dois milhões de reais? Não, se não tem, então nos assusta Elizandro, não é coisa pessoal, Doutor Renato, são as matérias de jornais onde está estampado nos sites: 'Grupos de Estelionato VANGUARD'. Não sou eu, é a mídia. Então fica difícil para a gente. E de repente vem aqui abrir uma conta no Bradesco para que se deposite o dinheiro dos alunos e com o próprio dinheiro dos alunos vai gerir as dívidas e pagar. Então eu vou pedir para o Doutor Brian mais o Adriano fazer uma comissão e nós mesmos pegamos a FIAR, é óbvio. Nós não podemos ser tão simplórios, porque a gente sabe que existem grupos especialistas, espero que vocês sejam assim, e simplesmente estejam sendo um bom mineiro como diz o outro, e segurando o dinheiro, mas depois desta Audiência Pública, amanhã mesmo vá lá e quite todos os créditos trabalhistas, pague toda a energia, aí, sim, tem necessidade da VANGUARD. Por enquanto a gente não está vendo a necessidade dela. Não questão pessoal; como Vereador do meu Município; represento o povo de Ariquemes, representamos alunos e professores. Uma pergunta que tem que ser gravada: Para que serve a VANGUARD? Ela tem capital para investir? Então para que é que serve ela? Não podemos deixar de isentar o Doutor Nilton, e também o Flávio. Aonde foi o dinheiro, porque até 2009 tinha, porque é uma Instituição. Agora vamos para o lado bom, que eu não posso deixar de falar para que todos nós nos unamos. É uma excelente Faculdade, com excelentes alunos e com excelentes

professores. Sabe por que, Doutor? Vários alunos já passaram naquele curso de Proficiência do CRC. Estão esperando o Diploma, simplesmente para levar lá para poder pegar a carteirinha de Contador. Parabéns Professor Romildo e todos os Professores, vocês ensinaram os seus alunos mesmo nas dificuldades. O Professor é um sacerdócio. Então a Faculdade, independente do que se fala na Justiça, todos os alunos estão aptos a prestar o trabalho para a sociedade. Por quê? Passaram em Concurso Público, Doutor. Já pensou esse pessoal trabalhando na pressão, num laboratório caótico por questão de uma hora não ter um Professor em sala e aula, e outro substituindo, e mesmo assim, antes de pegar o seu diploma conseguir passar no Concurso Público, é o sonho de tantos pais, de tantas mães. Parabéns aos alunos. Está fácil de resolver. Só que nós precisamos explicar uma coisa aqui, tem dono? Tem gerência? Se tem Gerência está fácil, paga o crédito trabalhista. Agora se vem um grupo de fora, nos pedir aqui, inclusive, você está mexendo com bacharéis, que é o caso da Naiara, que é o meu caso, advogado Alex Redano, nós também temos ensino em Rondônia, nós temos inteligência e não podemos ser subestimados. Nós precisamos resolver uma situação que está simples de resolver. Vejo: aqui é o local de ouvir a comunidade, mas não podemos deixar de pedir um pouco. ELETROBRÁS. Você como cidadão, você sabe que a ELETROBRÁS é uma empresa que gera lucro, está certo, mas também essa nova gestão que vai está passando essa situação caótica, peço em meu nome, em nome do Deputado, em nome desses alunos que estão fazendo o curso, vê o que dá para fazer. Se tiver alguma coisa de compensação social, faça. Por quê? Não dá para ficar comprando óleo diesel a R\$ 3,30, R\$ 3,00, eles não vão aguentar, nem VANGUARD e nem a nova administração vai aguentar ficar comprando óleo diesel. Faça um acordo, de hoje para frente não deixamos atrasar um dia. Pagou, tem energia; não pagou, corta. E continua discutindo o restante. É uma proposta que eu estou pedindo para gravar nos Anais da história que vocês estão escrevendo. ELETROBRÁS leva essa proposta. A partir de hoje volta à energia, é um sonho. Mas tem que ter proposta. Foi desse jeito que essa Câmara está conseguindo fazer a diferença. Doutor Jaime, o senhor não me surpreendeu porque eu já conheço o seu caráter, meus parabéns. O senhor falou aqui uma coisa com muita ponderação. Os professores precisam receber, mas os alunos que estão ali precisam terminar o seu curso. Dia 05 vai haver um leilão, se esse leilão se realizar dia 05 aquele que adquirir vai pedir a desapropriação imediata, ou já vem com ordem de caneta do Juiz. E os alunos como vão ficar? Então eu peço ao senhor Doutor Romildo que representa os professores; uma possibilidade, não é a minha área, eu sou administrador, o senhor é advogado. Mas se pode fazer uma reunião dos credores, peça a insolvência da FIAR, e da insolvência da FIAR, some com o que o Doutor ali já falou, peça a falência e na falência vocês nomeiam um interventor. Porque interventor como a VANGUARD não tem melhor interventor do que os alunos e os próprios professores; porque se for para vocês pegarem o dinheiro de vocês entregarem para um grupo ao qual não tem laços financeiros, então nomeiem um próprio grupo e gerencie com apoio de outras pessoas experientes como a FAEMA que está aqui sendo solidária. Com apoio de Promotoria que eu tenho certeza que vai ser solidária, o Deputado Alex Redano

vai ser solidário, a UNIR vai ser solidária. Naiara, vejo que resolveu alguns problemas. Vitória, Deputado, vitória deles, mas o senhor ajudou. Hoje nós já temos os históricos, pelo menos é um compromisso que fez aqui o senhor Elizandro, já tem os históricos, já podem ser emitidos os históricos. Ótimo. Porque não tinha. Diziam que o cupim tinha comido todo o sistema, formiga. Então com a sua luta, com a sua briga, graças a Deus, tivemos vitória. E tivemos outra vitória, olha o sonho da Naiara, olha o sonho da Maria, olha o sonho do Antônio, olha o sonho de tantos outros que também já vão ter os seus diplomas. Porque aqui ele falou, está gravado, que mandou 100 diplomas para a UNIR, e o meu amigo da UNIR vai confirmar, e se tiver lá, vai fazer de tudo para entregar o mais rápido possível. Quero que vocês façam colocações com bom senso, de maneira que isso aqui possa ser mais produtivo e que a FIAR não venha fechar. Porque é a única de Contabilidade que nós temos no Município. Obrigado Deputado Alex Redano em poder trabalhar com o senhor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria mais uma vez agradecer a presença da Polícia Militar, nosso muito obrigado por nos acompanhar. Agradecer também a presença do nosso amigo Ander Gabriel, também policial militar, presentes. Fazer um agradecimento especial a todos os funcionários da Assembleia Legislativa, nosso muito obrigado por vocês nos acompanharem nessa Audiência. E gostaria já de antemão agradecer o Doutor Cleverson, que suspendeu a fala dele, e eu também vou suspender a minha para ouvir os principais interessados, que são os alunos e os professores; então nesse momento e também estão abertas as inscrições quem gostaria de se pronunciar é só se manifestar, que a assessoria os conduz e anota o nome.

Nesse momento com a palavra o aluno Giliard Costa, 8º Período de Administração, FIAR. Fique a vontade, Giliard.

O SR. GILIARD COSTA – Bom dia a todos aqui presentes. Quero dizer, Deputado Alex, que eu sonhei com esse momento. E cumprimentar a fala do Vereador Lano, credibilidade a gente se conquista, não se compra, e o grupo VANGUARD muitas vezes quisera nos comprar. Pois bem, isso tudo iniciou no início do mês de março, quando nós alunos auxiliados por alguns Professores que saíram da Instituição, começaram a questionar o Grupo VANGUARD, tão simplesmente porque existiam muitas coisas, muitas perguntas que faltavam respostas. E uma delas era a forma com que tratavam os alunos, os professores, de forma muitas vezes humilhante. Nós alunos que estamos ali na Instituição, nós não queríamos nada mais do que os nossos direitos. E os nossos direitos foram desrespeitados de uma forma irreconhecível. Essas palavras que o advogado falou aqui; que o diretor falou aqui, agora, a gente já vem escutando a muito tempo, de boas intenções aquele lugar está cheio. O que nós precisamos é de ações, o que nós precisamos é resguardar os nossos direitos. Nós precisamos que todos os alunos que estão fazendo o curso que seja concluído, o que nós queremos são coisas concretas. Chegar aqui e falar que o sistema vai funcionar, que isso vai fazer, que aquilo, não funciona mais. A VANGUARD, a FIAR hoje, com esse grupo que está à frente não tem credibilidade alguma. É espantoso vê quando eles falam aqui que vão pagar os professores dia

05. Só se eles devolverem o dinheiro que levaram, porque há relatos de professores que acompanharam Secretário, o pessoal que trabalha no Financeiro até a boca do caixa para depositar R\$ 30.000,00, R\$ 40.000,00 e os professores ficaram sem receber. Então só se eles vão devolver o dinheiro de volta, porque os alunos não vão pagar mais. Nós não vamos mais cair nesse velho golpe. Chega. É como o Deputado falou na abertura: chega. Tudo tem um limite, e o limite já chegou há muito tempo. Hoje a situação que a gente vive na FIAR é simplesmente humilhante. Eu como acadêmico da FIAR posso falar isso. Ontem estive na FIAR ontem à noite e contei 34 acadêmicos na FIAR ontem estudando, passei nas salas e contei 34 acadêmicos. Para você ver como é que está a situação, quando eu iniciei o curso só na minha sala tinha mais de 60 acadêmicos. Então o que a gente pede hoje nessa Audiência Pública não é nada mais do que resguardar os nossos direitos, respeitar os nossos direitos. E muitas vezes ali quando nós fomos questionados, Doutor Romildo, nós fomos intimidados me lembro que numa reunião que fizemos no 8º período de Contabilidade, quando ainda estava a Marli, ela nos humilhou muito, e até nos intimidou. Tem aluno aqui que está sentado aí na plateia que levou dedo na cara falando: “se você não está feliz com o que está acontecendo aqui passa na Secretaria, pega sua documentação e some daqui de dentro”. Então nós fomos tratados dessa maneira lá. Então que essa Audiência Pública primeiramente resguarde os nossos direitos. Nós que estamos hoje na FIAR, nós precisamos terminar os nossos cursos, é necessário isso, e que arrume uma forma, um jeito. A primeira denúncia que foi feita, eu encabecei a denúncia ao Ministério Público aqui do Município no início de março. No dia 10 de agosto foi publicado pelo Ministério Público Federal acatando a denúncia, porém, se passou muito tempo. A FIAR hoje está do jeito que está devido à arrogância de quem direciona a FIAR, de quem cuida da FIAR. Muitas vezes é preciso você conversar com as pessoas e buscar soluções, mas eles acham que tem o rei na barriga, que pode todas às vezes pegar o microfone aqui e dizer: “vai melhorar, o sistema vai funcionar”. Não é assim que funciona, a realidade é bem diferente. Se os senhores são formados hoje é porque respeitaram o direito dos senhores. E vocês não estão respeitando os nossos direitos. Obrigado a todos e peço que mais alunos, é preciso mais alunos se inscreverem para dizer aqui o que realmente acontece, eu não tenho condições de falar tudo o que acontece. Mas que vocês possam se inscrever e está falando um pouco aqui da situação que vive hoje a FIAR.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agradecer também a presença do Secretário Geral desta Casa de Leis, meu irmão Mário Redano, que disponibilizou a Câmara, o Presidente Adair Moulaz, que disponibilizou. E também fazer a menção ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho, que sempre abriu a Assembleia para todos os debates, e todas as discussões. E faço das palavras do Giliard também as minhas palavras, para que todos se manifestem, esse é o momento que todos aguardaram.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)- Deputado, a colega gostaria de fazer uma indagação.

A SRA. EDINARA REGINA – Bom dia a todos. Na pessoa do nosso Deputado Alex Redano e do Doutor Brian que compõem a Mesa Eu cumprimento a todos os demais presentes, muitos meus alunos, colegas de sala de aula, professores que trabalharam comigo anos na FIAR. É muito importante esse momento para debatermos esse problema que muito tem afetado a comunidade local. Mas o que eu venho trazer aqui é uma indagação na verdade, para que fique consignado para que as autoridades competentes tomem providências quanto a apropriação indébita previdenciária que todos nós funcionários, professores da FIAR sofremos ao longo do tempo que trabalhamos lá. Eu lecionei por 14 anos na instituição lembro que devo ter uns dois meses de recolhimento previdenciário, e acredito que isso deve ser a realidade da maioria dos meus colegas Professores que fizeram parte do quadro da Instituição. Apesar de todo empenho que a Instituição, realmente continua desenvolvendo seu trabalho educacional na nossa cidade, porque nunca foi intuito seu fechamento, mas nós não podemos menosprezar nenhum dos crimes praticados lá de natureza previdenciária e os demais crimes que atacam diretamente as relações de trabalho. Então eu na condição de Professora, que aqui estou, venho colocar essa situação e pedir que as autoridades constituídas que tem competência para propor as devidas denúncias ou façam com a maior brevidade possível. Porque muitos que estão aqui terão problemas em longo prazo para se aposentarem que não tem como comprovar o tempo de trabalho que muito honestamente tiveram. Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)- Alguém mais aqui gostaria de fazer uso da palavra? Por favor, peço que dê o nome e sobrenome para que as Taquígrafas possam anotar.

O SR. IGNÁCIO VILHAGRA – Bom dia a todos. Gostaria de falar aqui em nome da minha esposa Lucimeire. Meu nome é Ignácio, escreve com ‘g’, Ignácio Vilhagra. Pessoal, eu estou aqui em nome da minha esposa Lucimeire Mendes Moura, que estuda na Faculdade FIAR. E o que eu quero falar é o seguinte: eu acredito que o objetivo aqui dessa Audiência Pública é tratar de soluções, porque a incerteza, os fatos são inegáveis, e a incerteza é grande. E todos os dias eu trabalho, eu viajo muito aqui o Estado e todas às vezes que eu chego na minha casa a minha esposa está totalmente insegura, que eu acredito que eu estou falando aqui em nome de todos os alunos, que ainda estudam na Faculdade, e uma das perguntas que eu quero fazer à pessoa responsável, a diretoria, não somente ao diretor, mas, ao responsável aqui pela parte Jurídica. Muitos querem seguir estudando, querem sair da Faculdade. E eu sei que tem instituições sérias aqui que funcionam, e eu acredito que muitos que quando colocaram o seu nome na Faculdade para estudar, que é uma prestação de serviço, colocaram o seu nome, prestar uma faculdade com um propósito, acreditando que iria dar certo. Porém, aquilo que foi proposto, que foi prometido não foi cumprido até aqui. E a pergunta que eu quero fazer é essa: ela já tentou por várias vezes pedir o Histórico para sair, para seguir estudando, porque eu acredito que a vida se segue. E eu lembro uma palavra de William Shakespeare que diz assim: ‘Não importa em quantos pedaços seu coração foi partido,

você tem que entender que a vida e o mundo não pára para esperar você, o seu coração você consertar”. Então a vida segue e ela quer seguir estudando. E nós estamos cansados de oba, oba e de blá, blá, blá, nós queremos aqui nessa manhã uma solução. E ela quer sair da Faculdade porque ela quer seguir estudando, e o pessoal não dá o histórico para ela. Então eu acredito que isso tem que ser resolvido. E é somente isso que eu quero falar aqui em nome de todos. Solução. Resolver.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Ok. Ainda temos mais um aluno.

O SR. CRISTIANO CÂNDIDO – Bom dia a todos. Em nome do Deputado. Eu me chamo Cristiano, sou ex-aluno da FIAR, também me graduei em Ciências Contábeis, estudei do ano 2011 a 2014 e a minha situação é parecida com a de todos, eu falo aqui também em nome de muitos eu tenho certeza, e seria bom, muitos que estão aqui também viessem até aqui, expressassem aí o seu descontentamento. Eu vejo aqui que tem havido dolo da parte do pessoal que tem administrado atualmente a instituição, eu vejo isso com muita pena, uma instituição tão antiga com mais de vinte anos no município deveria ser uma referência e de certa forma em algum período foi, mas temos visto aí muitos problemas. Quanto à questão, o senhor Elizandro, o atual diretor aí da instituição, mencionou acerca do histórico que já poderia ser emitido, eu venho tentando, eu tenho certeza que muitos colegas de classe também, há longos meses após a nossa colação de grau, tentando pelo menos pegar o histórico, no momento da colação só veio apenas uma declaração de colação de grau, não havia o histórico. Ontem mesmo, eu fui à secretária da FIAR falou para que eu fosse até a instituição para pegar o meu histórico, chegando lá, nada, então, a informação que o senhor ali passou, até então eu não sei nem o que dizer. Então, só para constar a informação quanto essa questão de histórico, eu não sei quanto aos outros alunos, mas o meu caso, eu acredito que alguns aí pelo o que eu conversei por aqui, não foi resolvida ainda essa questão do histórico. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Alguém mais gostaria de falar? Se alguém mais quiser falar já fique aqui próximo, para que nós possamos ouvi-los.

A SRA. DRIELE SANTOS DE SOUZA - Bom dia a todos, em nome do Deputado. Meu nome é Driele Santos de Souza, sou acadêmica da FIAR, curso o 8º período de Pedagogia, estou aqui representando as minhas colegas. Eu queria fazer uma pergunta do qual creio que elas também não compreenderam, uma vez que foi dito que a faculdade está a leilão, vai ser leiloada, e o senhor Elizandro, disse que vai abrir cursos e também está aberto os vestibulares para poder os novos alunos ingressarem na faculdade. Uma vez que nós não temos certeza se vamos conseguir concluir o curso, já que a faculdade vai ser leiloada e não sabemos quem vai assumir a faculdade, se vai assumir o prédio e também o curso pedagógico. O que eu quero entender como vão ficar os alunos que vão se formar? Se vão se formar mesmo? E se vão receber esses históricos? O que nos preocupa é que alunos antigos, que já se formaram, não conseguiram receber os seus históricos, e como nós que

estamos para nos formar agora vai ter essa certeza? Foi cobrado para que nós pagássemos a faculdade, alguns alunos pagaram; outros não pagaram e disseram que se não pagassem a faculdade, se nós não continuássemos pagando as mensalidades; não seria previsto que nós iríamos nos formar. E o nosso colega falou assim: que não estão respeitando os nossos direitos. E isso é verdade, chega de blá, blá, de dizer que está tudo bem, que está tudo lindo e maravilhoso. Eu lembro que quando iniciamos o nosso curso, tinha mais de setenta pessoas na nossa sala e nós achávamos que o único problema da faculdade era a questão de não ter água, e quando tinha água, não tinha sabão na escola, quando tinha sabão, não tinha papel higiênico e nós ainda brincávamos: nossa essa é a questão da faculdade, não tem essas coisas. E aí o que a gente se pergunta, quem assim, todos aqui, aqueles que não são bolsistas, o FIES paga a sua mensalidade, são quatro anos de curso, e porque deixar chegar a esse caos que está chegando agora? A única coisa que eu quero saber, porque vai abrir vestibular, vai a leilão, ninguém sabe quem vai comprar a faculdade, mas está decretado que vai ser leiloado, como vai ficar isso? Eu quero saber como vão ficar os alunos que estão estudando, vamos conseguir terminar esse curso, pegar esse diploma? Porque, eu falo pelo curso de Pedagogia porque vai abrir agora concurso para professores, nós somos professores que briga pelas causas dos professores e pelas nossas causas, como vai ficar? Nós não sabemos se nós vamos poder fazer o concurso, se vamos passar, vamos receber esse histórico. É isso que eu quero saber, vai a leilão? Vai ter vestibular? Vamos nos formar? Como vai ser isso? Chega de blá, blá como falaram, chega de dizer que as coisas estão lindas, porque por muitas pessoas que não estão lá dentro acham que vai melhorar, enfim, mas nós que estamos lá dentro, não temos essas certeza, uma vez que estamos tendo aula com um professor, dois professores e não temos essa certeza, gente, se vai ter aula. Nessa semana, ontem as meninas foram, estava conversando com elas, só tinha doze alunos dentro da sala, vários professores que foram com a disponibilidade de dar aula, não estão indo, nós estamos com três professores apenas para se formar, nós estamos no 8º período, e vamos nos formar agora, daqui dois meses. Me diz, como vai ficar essa nossa formação? Como vai ser a credibilidade dos alunos em dizer: eu me formei na FIAR. Eu falo, eu não tenho coragem e vergonha na cara para dizer: me formei na FIAR; para chegar lá fora e dizer: você é um professor de nada. Mas o que eu quero dizer para vocês, os professores que estão lá, que abriram mão de tudo isso com o coração, nós temos um ensino de qualidade sim, alunos bons sim, o problema da instituição é a má administração. Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, nós temos mais dois inscritos aqui, que todas as demandas, as preocupações já foram descritas pelos que fizeram a fala anterior, nós temos o colega e outro ali. Encerra aqui.

O SR. MARCELO SANTOS - Primeiramente bom dia. Em nome do Deputado Alex, cumprimentar todos os componentes da Mesa, toda a imprensa aqui presente, os profissionais ali que defendem a faculdade, defendem os professores, cumprimento os alunos, a faculdade que ora se faz presente aqui também a

FAEMA acompanhando o processo, os alunos. Meu nome é Marcelo Santos, eu falo em nome da estudante Loreni Cristina, bom, malversação de dinheiro para lá e para cá, incompetência administrativa, má gestão, todos esses fatos relatados, eu acredito que buscar a punição dos responsáveis. Agora o que é interessante, é nós observarmos, eu até conferi antes de pedir o uso da palavra, quem de fato está mandando na faculdade hoje, é o CESUAR, é o VANGUARD, quem é dono de fato dessa instituição. Os recebimentos, os recibos dados para quem está tendo a coragem de pagar, são feitos em nome do CESUAR, quem é CESUAR? Quem administra o CESUAR? Essa conta no Banco Bradesco? Eu não tenho esse conhecimento, mas se alguém tiver, ela é em nome da pessoa física? É do grupo VANGUARD? É do CESUAR? Para onde está indo esse dinheiro? Se for para pagar os profissionais da instituição, quem é que está pagando? É o CESUAR? É a VANGUARD? Quem que é essa pessoa? Eu acredito que todos nós gostamos muito bem do dinheirinho que está aqui no bolso e muitos de nós, faz até falta àquela parcela que tem que ser paga lá pela mensalidade da faculdade. Então, me parece muito importante a proposta feita pelo Doutor Jaime, porque de uma vez por todas, acho que nós temos é que guilhotinar mesmo essa direção que a gente não sabe se é a CESUAR ou se é a VANGUARD e assumir a faculdade, administrar, já que se não tem dinheiro para poder tocar quem comprou; acredito que os profissionais vão tocar com muita competência ou de fato que se apareça um comprador para a instituição com competência de tocá-la. É importante que, saíamos, Deputado Alex, dessa Audiência Pública aqui com a definição clara, se o grupo que está lá tocando, está interessada em vender para a gente procurar alguém aí interessado em comprar a faculdade, e garantir que os nossos entes familiares concluam o curso que lá já estão há três anos e meio. Eu acredito que nós não podemos perder mais seis meses do nosso tempo numa instituição que não tem condições de oferecer, o que nós estamos procurando há três anos e meio. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Só agradecer novamente as pessoas que colaboraram com essa Audiência, eu gostaria imensamente de agradecer a todos os alunos que ajudaram a divulgar via rede sociais, WhatsApp, questão Facebook, agradecer novamente ao meu irmão Mário Redano, em nome, agradeço a todos os funcionários da Câmara de Vereadores e agradecer também a pessoa que organizou a questão das divulgações que é a minha esposa Carla Redano, nosso muito obrigado a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Temos agora o último inscrito.

O SR. ANTÔNIO DOURADO – Bom dia a todos. Eu sou o Antônio Dourado, eu sou ex-aluno, ex-professor da faculdade, a minha esposa também se formou na turma de 2014 e não pegou o diploma, não pegou o histórico, também está na mesma situação da maioria. Só que eu tenho duas dúvidas aqui: primeiro o senhor ali que se nomeou diretor da faculdade, quem emitiu essa portaria para ele? Essa portaria foi emitida através de quem, quem assinou como diretor, como proprietário da FIAR? Porque o Nilton assumiu por procuração, o que se sabe é que

ele assumiu por procuração, o Nildo, revogou a procuração o que se tem informação é que existem até boletim de ocorrência revogando e tudo os atos dele. Então, a partir de então, ela está na mão de quem? Outra situação que o Doutor advogado disse que as causas judiciais, eu estou resolvendo a partir de maio e tudo mais, as para trás como é que ficam? Elas estão na mão de quem? A FIAR, que eu saiba quem assumiu, assume o passivo e o ativo, assumir só o ativo é a coisa mais fácil que tem. Então, o passivo, inclusive, há processos em que vem rolando de antes até depois que ele está lá, então assim, ele pegou o processo andando e pegou o processo iniciando. Então, eu acho que assumiu, assume por um todo, então ele deveria responder por todas essas situações. Era o que eu tinha para falar. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Temos três pessoas inscritas para o uso da tribuna. Mas antes gostaria de convidar o nosso Delegado Regional do Vale do Jamari, Doutor Renato Morare, Diretor Regional da Polícia Civil.

O SR. RENATO MORARE – Deputado, eu vou tomar a liberdade de ficar por aqui mesmo porque a minha fala é só uma questão de orientação, orientação para vocês alunos, orientação, vou tomar a liberdade de ficar por aqui, agradeço o convite. A minha fala é só para título de orientação, orientação para os alunos, orientação para os funcionários, para os professores e outros funcionários da empresa. Muito se falaram aqui em crime, crime, crime e pelas falas que a gente escutou, pode ser que esteja havendo sim crimes praticados pela empresa e pelos gestores da empresa, não tem como a Polícia Judiciária tomar nenhuma ação, fazer uma ação, se vocês não registrarem a ocorrência, nós precisamos que vocês procurem a Delegacia de Polícia e registrem os fatos, a notícia da sonegação, vamos dizer assim, das verbas previdenciárias, há um crime para isso que é a 168-A do Código Penal, que é apropriação indébita previdenciária, pena de reclusão de dois a cinco anos. Então, vocês têm que registrar essas ocorrências para que sejam tomadas as providências, sem o registro de ocorrência, nada será feito, nada será feito. Então precisamos que vocês ou através de uma associação que vocês tenham, ou individualmente procurem a Polícia Judiciária, falem o que está acontecendo, vai ser analisado juridicamente aquele fato e se houver algum indício de crime por parte da empresa ou por parte dos gestores, vão ser tomadas as providências judiciais, penais com relação a isso. Então, nós precisamos que vocês nos noticiem isso, não adianta ficar falando, colocando na imprensa que isso aí a gente não vai, a polícia não vai tomar providências desta forma, precisa ter a vítima, precisa ter a pessoa que está fazendo ali a denúncia, não é denúncia, é a comunicação do fato. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos agora, temos três pessoas inscritas, convidamos professora do Colégio FIAR. Professora Ângela Mantovani. Fique à vontade professora.

A SRA. ÂNGELA MANTOVANI – Em nome do Deputado Alex Redano; cumprimento os demais da Mesa, meu bom dia, ao nome do acadêmico Tales Mantovani, cumprimento os demais acadêmicos, meu bom dia e bom dia a todos. Confesso que eu

estou um pouco ansiosa, nervosa, isso é normal. Mas olha só, vocês estão falando da FIAR, FIAR, FIAR, me formei na FIAR em 2007, tenho esse orgulho dentro de mim até porque eu tenho os demais professores que foram os meus mestres, não foram professores não, foram os meus mestres que estão aqui presente, e hoje eu sou uma pedagoga, graças a Deus, com muito orgulho, amo o que eu faço. Mas enfim, estou aqui como mãe, como ex-professora da Faculdade FIAR e ex-diretora do Colégio FIAR. Acredito que até então o CNPJ do Colégio FIAR é diferente do CNPJ da Faculdade FIAR; Colégio FIAR é uma coisa e Faculdade FIAR é outra, porém, todavia, a direção é a mesma. Aconteceu que dia 10 de janeiro de 2015, o Grupo VANGUARD, veio até a mim e me propôs uma proposta de trabalho para assumir o Colégio FIAR, foi aonde, você não pensa duas vezes, uma proposta irrecusável. Assumi a direção do colégio, fiz o que fiz para o colégio reabrir até porque a autorização do colégio venceria agora dia 17 de agosto, pensei comigo, há tempo ainda para eu trabalhar e fazer a diferença no Colégio FIAR, foi onde que, nós fomos à mídia, a rádio, enfim, a propaganda, cartazes, enfim, fizemos tudo para o Colégio FIAR reabrir. Reabrimos o colégio, iniciamos as aulas no dia 23 de fevereiro de 2015, exatamente com cinquenta e sete alunos, uau! uau! Eu digo uau, porque já tinha iniciado as aulas tanto na rede estadual, municipal e particular, eu iniciei o Colégio FIAR com cinquenta e sete alunos; montei a minha equipe, enfim, viemos trabalhando, trabalhando desenvolvendo um ótimo trabalho. Aconteceu que: primeiro mês salário, nada; segundo mês salário, nada; terceiro mês, salário, nada; quando foi dia 08 de junho do corrente ano, eu cheguei a nossa diretora geral a senhora Marli, e falei para ela: “eu preciso receber, não só eu como todos os meus colegas de trabalho”. Aí houve uma discussão onde ela falou assim para mim: “professora Ângela, se a senhora não está satisfeita com o trabalho a coisa mais simples que tem é substituir uma professora e uma direção”. Eu falei: “então faça isso, peguei e sai”. Até então, professora Ângela, professora Ângela, diretora Ângela, há conversas, há comentários, comentários onde te ajudavam; comentários onde colocavam você no chão. Quando foi dia 08 de junho, o meu psicológico não aguentou mais, porque era pressão dos meus colegas de trabalho, pressão familiar, pressão da comunidade, e principalmente pressão dos pais dos meus alunos: “professora Ângela, eu tirei o meu filho da escola X para confiar no seu colégio, confiar no seu trabalho”. E aí qual seria a minha resposta? Vocês não têm noção como foi difícil para mim e minha equipe, e a minha equipe tem alguns deles aqui hoje, até hoje nós não recebemos um real, minto, desculpa, início de abril de tanto eu pressionar a direção do Grupo VANGUARD, houve um adiantamento para os professores do Colégio FIAR de quinhentos reais, de quinhentos reais, isso porque eu fui pressionando, pressionando, e todo dia eu ia ao financeiro isso aquilo, aquilo outro. Autoridades presentes, demais, vocês me desculpem se o momento, mas eu acredito que o momento cabe porque FIAR, FIAR, por quê? Porque o Colégio FIAR, a equipe que estava comigo no Colégio FIAR eram funcionários, eram acadêmicos da Faculdade FIAR, aonde profissionais, aonde seres humanos se formaram ali na instituição FIAR, eu acredito neles, e continuo acreditando na minha equipe na qual formou o Colégio FIAR. E como mãe, eu tenho dois filhos na instituição, aí no zunzunzum, eu ouvi nos corredores assim: será que sua

situação financeira está ok na FIAR para você está reivindicando alguma coisa, para você está reclamando alguma coisa, será que você está com seus deveres como acadêmico na instituição? Eu acredito que isso não cabe ao momento, no momento, nós estamos discutindo o quê? A situação de vocês acadêmicos, de nós professores, nós ex-funcionários da instituição FIAR, onde foi dito aqui, que a FIAR tem uma longa história, e é uma longa história bonita. Eu me formei na FIAR e me sinto muito orgulhosa por isso, tem os meus mestres onde fizeram isso acontecer, fizeram por onde acontecer tudo isso. Eu como mãe, como professora do curso de Pedagogia, do curso de Educação Física que se iniciou esse ano: “professora, vamos com a gente, professora fica com a gente”. E eu ouvi hoje assim, que muitos; ouvi não, falo com toda certeza, muitos professores da FIAR ficaram até o momento até então por carinho, por respeito, por dignidade principalmente por amor a sua profissão. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convido nesse momento o jornalista do site QUENOTÍCIAS Aor Oliveira. Pode falar daí, fique a vontade.

O SR. AOR OLIVEIRA – Bom dia. Meu nome é Aor Oliveira, eu sou editor do Site Quenoticias. com.br. Pelo o que eu vi nessa Audiência Pública, a situação da FIAR passa por três estágios: primeiro, o estágio bom, o seu início quando tudo aconteceu as mil maravilhas. O segundo estágio, ele passa por um período aonde começa a ser nebuloso; e o terceiro estágio passa para, como se a FIAR tivesse sido entregue nas mãos de um grupo de estelionatários e campeou toda a corrupção dentro da FIAR. Bom, mediante a tudo isso, o Ministério Público Federal fez, distribuiu uma nota a toda imprensa aonde foi instaurado um inquérito para apurar as possíveis fraudes contra acadêmicos de Rondônia, isso se refere a FIAR de Ariquemes. O processo foi, está aqui o número do processo que tem aí e que está em andamento dentro do Ministério Público Federal. Bom com tudo isso, eu tenho uma sugestão a apresentar, porque nós temos aqui já o embate jurídico e temos o início do embate político. No embate político esta mesma situação que hoje Ariquemes vive com a FIAR, aconteceu no Município de Caçapava, em São Paulo, onde a prefeitura arrogou para si a responsabilidade de conduzir a faculdade, por quê? Porque o terreno aonde fora construído a faculdade, foi doado pelo município e aqui em Ariquemes, não foi diferente, quem doou o terreno para construir a faculdade foi o município. E se o Prefeito tiver vontade política junto com os Deputados e os Vereadores, arroga para si a direção da faculdade e faz, coloca alguns reais, e faz acontecer à revitalização da faculdade. Por outro lado, há de se também, os senhores que fazem parte do corpo jurídico, que defende os professores e que defende os alunos, que junto a essa ação do Ministério Público, que façam parte tanto os professores quanto os alunos para que eles sejam legitimizados dentro dessa ação do Ministério Público, para que não fiquem aí depois: aconteceu assim, aconteceu aquilo outro. Fica aqui a sugestão, obrigado senhores.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Nossa última inscrita Professora Valdenice Henrique, é a atual Diretora Pedagógica da FIAR, fique à vontade Professora.

A SRA. VALDENICE HENRIQUE – Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado, aos alunos, aos professores que aqui estão. Eu estou aqui por livre e espontânea pressão, vamos assim dizer por que hoje eu faço parte da comissão que hoje está gerindo a instituição, eu gostaria de fazer uma breve apresentação da minha pessoa, se me é permitido. Eu ajudei a construir Ariquemes, eu cheguei aqui em maio de 77, eu estou me sentido tão pequena aqui atrás da tribuna. Eu vi essa instituição, a FIAR, ela ser fundada, na época eu não podia estudar, eu tinha muita vontade de estudar na FIAR e não podia, apesar de já ser professora do Estado, eu era concursada aqui no Estado. Fiquei dezoito anos fora aqui de Rondônia, fiquei no Amazonas e lá me qualifiquei, trabalhei treze anos numa mesma instituição e desenvolvi várias atividades ali na área de ensino, a minha última atividade foi coordenadora de um curso superior e além de se diretora também de um grande seminário teológico. Então queridos, eu vim aqui para representar a comissão, eu tive que dar uma saída e não peguei todas as falas dos alunos, mas quero dizer assim: tem três semanas que eu assumi a direção acadêmica e por que eu assumi? Porque no semestre passado, eu dei aula na FIAR e conquistei algumas amizades, os alunos ali são espetaculares, os alunos ali da FIAR, são guerreiros, assim como os professores que estão, eu não vou falar dos anteriores que com certeza foram guerreiros, mas quem está ali hoje, também são guerreiros porque ainda estão ali fazendo o seu trabalho. No momento em que eu peguei a fala, eu me senti na responsabilidade de me dirigir também na palavra, porque parece que hoje quem está na FIAR são só pessoas incompetentes e eu não posso me enquadrar dentro dessa categoria de incompetentes porque eu estou desenvolvendo uma tarefa ali. E quando eu assumi a coordenação pedagógica ali, a direção, porque faltou alguém que ficasse; eu o fiz porque eu quis ajudar os alunos, eu recebi alguns pais de alunos do interior do Estado, que foram lá clamar por misericórdia, que não queriam que seus filhos parecessem de estudar, porque afinal de contas, eles não tinham tido a oportunidade de estudar e estavam investindo dinheiro na qualificação dos seus filhos, e pelo amor de Deus o que nós poderíamos fazer para então dar continuidade ao trabalho? Diante desse clamor que eu ouvi dos pais de alunos e não foram poucos, eu falei, eu vou ajudar, eu vou, eu não estou fazendo nada momento. Retornei em fevereiro para essa cidade, não fui chamada ainda, estou numa outra instituição com muita pouca carga horária, já que eu não estava ocupando todo o meu tempo, porque não ajudar uma instituição num momento como esse? E assim me coloquei à disposição e há três semanas eu estou. Eu cheguei agora novamente e encontrei uma aluna falando da dificuldade que eles estão ainda, faltando alguns professores, isso é fato, imaginem vocês que todos os dias a gente liga para pessoas, para professores qualificados, e vamos enfatizar que aqui no Estado, não é tão fácil você ter mestres e doutores para fazer parte do corpo docente, queridos, não é fácil assim, não está pingando mestres e doutores, então, imagina uma instituição que está com dificuldades diante da sociedade, e um mestre e um doutor querendo ir trabalhar, eu tenho o meu mestrado, graças a Deus, mas muitas pessoas ainda não tiveram essa oportunidade. Então qual foi a minha proposta quando eu assumi a direção acadêmica? Bom, os pais querem que os alunos estudem, tem alunos estudando, nós

temos mais ou menos duzentos alunos estudando, tendo aula, nós temos casos lá do professor está lá esperando pelo aluno e ele ainda não está indo para sala de aula para estudar, como temos casos também que está faltando algum professor específico, porque às vezes não é fácil você conseguir um professor específico para uma disciplina específica. Então esse de fato a gente está atrás, está lutando ainda para levar. Mas estamos com planejamento e eu posso mostrar aos senhores a quem quiser nos procurar ali na FIAR que, por exemplo, mini cursos para os professores, cursos preparatórios para você amparar esses professores que alguns estão dizendo que estão desqualificados em sala de aula, e eu não posso concordar que eles estão desqualificados, talvez, eles não tenham a titulação exigida pelo MEC, nós não estamos hoje com 60% ou com um terço de mestres e doutores no quadro, mas os professores que estão lá trabalhando, eles estão sendo amparados por nós que já trazemos uma vasta experiência nas questões pedagógicas para ajudá-los, o nosso próximo encontro é dia 12, agora se alguém quiser ir lá para registrar onde nós vamos ter o treinamento, o apoio pedagógico, porque é assim, gente, todo profissional, ele precisa de apoio para trabalhar. Então às vezes você não tem alguém que é titulado, que tem aquela titulação, é alguém que se graduou lá, que hoje está se especializando, porque eu desconheço no quadro que nós tenhamos apenas alguém apenas como graduado dando aula, se ele não está fazendo especialização. Ele está fazendo especialização e essa especialização é justamente na área para que ele possa exercer melhor a sua docência. E nós estamos ali é justamente para garantir que esse exercício seja efetivado de fato, é claro que se vem arrastando um problema na instituição desde 2009, de um dia para noite em três semanas, em um mês, em dois meses, a gente não consegue revitalizar completamente a instituição. Mas eu estou aqui para ler um relatório da comissão, a qual eu faço parte que hoje está gerindo a FIAR, eu acredito que ela deveria ter a sua voz aqui na plenária exatamente porque ela está trabalhando, essa comissão, eu não estou aqui representando Grupo VANGUARD, porque eu não conheço as pessoas do Grupo VANGUARD, eu não conheço, eu não conheço o Doutor Nilton, eu só ouço falar, assim como eu era funcionária do Estado e não conheci pessoalmente o Governador na época que eu era funcionária do Estado, a gente só conhece de ouvir falar muitas vezes, eu não conheço o Doutor Nilton, eu conheço de ouvir falar. E aí essa comissão fez aqui um relatório, eu vou ler tal qual está no relatório para que vocês saibam que a instituição hoje está funcionando, não está funcionando 100% com toda qualidade talvez, mas nós estamos lá nos esmerando, eu Valdenice, estou me esmerando em fazer aquilo que está ao meu alcance para que seja feito, e aqui não é promessa porque eu não tenho que prometer nada, eu tenho que trabalhar já que eu decidi trabalhar em prol aos alunos e aos pais dos alunos, enquanto eu estiver ali, não sei se por dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, eu quero concluir, porque alguém pergunta, a menina falou assim: olha, mas e o leilão, o que vai acontecer conosco? Gente, audiências acontecem, leilões acontecem, mas a gente continua trabalhando, você continua estudando, as coisas vão acontecer, mas você tem que continuar ofertando ali para que você conclua este ano de ensino. Então, eu gostaria de ler aqui bem rápido. No dia 01 de agosto, foi

constituída uma comissão com os seguintes membros: três professores, fazem parte da comissão, um técnico administrativo, um auxiliar de serviços gerais e dois discentes, com o objetivo de gerenciar o setor financeiro e as questões administrativas necessárias. Segundo: acreditando na comissão, alguns alunos efetivaram pagamentos de matrículas e mensalidades. Isso eu ouvi dos próprios alunos: “olha, a gente vai dar um voto de confiança para essa comissão, por isso vamos efetivar aqui o pagamento aqui mesmo na instituição com carimbo registrado ali pela instituição, para que vocês possam gerir”. Foi por meio desses pagamentos que a gente conseguiu, aliás, no dia 03 foi conseguido pela comissão um motor emprestado para a geração de energia, mas percebemos que o motor era insuficiente e foi alugada outra unidade geradora por três mil reais, resolvendo temporariamente a questão de energia, ou seja, hoje nós estamos tendo aula com dois motores, não ficamos nenhum dia depois do dia 10, porque nós começamos as aulas dia 10, nós prorrogamos exatamente por conta da questão da energia, estamos na terceira semana de aula e nós estamos sendo subsidiados por dois motores que até o momento a gente não deixou de ter aula por conta da falta do motor. Foi contatado e negociado com a empresa gerenciadora do Soft Sophia, no qual ficou acordado o parcelamento da dívida, nós pagamos a primeira parcela e os históricos e boletins já estão sendo emitidos pelo responsável do setor que é a secretária Sônia, isso eu posso falar para os senhores, ontem mesmo, eu assinei histórico que já foi emitido pelo Sophia, eu também não conhecia o Sophia, mas hoje, eu posso dizer, o Sophia está lá funcionando é claro, todo bom sistema, ele precisa de internet para funcionar, nossa internet está paga, estamos tendo internet também na instituição. No dia 10 iniciou as aulas em todas as turmas com cerca de 90% de professores necessários, hoje esse quadro não está completo ainda, nós temos dois profissionais que ainda não conseguimos. Dia 20 dois advogados do Grupo VANGUARD estiveram na instituição, eu acompanhei essa reunião com eles, reunindo com a comissão, anunciando a demissão da diretora Marli Comunello, e apresentando um novo gestor, Professor Elizandro, onde foram discutidos todos os problemas da FIAR. Em 21 de agosto, uma nova reunião entre advogados e a comissão, ficou acordado que, eu estava nessa reunião: primeiro acordo que foi feito com eles, por nós, comissão, que o reconhecimento da comissão por parte da Presidência do Doutor Nilton, que é o Presidente da VANGUARD, era bem aceita e iria legitimar oficialmente esta comissão para gerenciar o financeiro da FIAR, até que se resolvam todas as dívidas geradas a partir de janeiro de 2015. Segundo: que o Grupo VANGUARD, garantirá o pagamento dos salários referente ao mês de agosto até o dia 05 de setembro. Então, já foram pagos agora em agosto os serviços gerais, e também os técnicos administrativos e vamos agora, na próxima semana efetivar o pagamento dos professores que estão trabalhando. Desde o dia 10, os salários atrasados, 10 agora de agosto, os salários atrasados referentes a maio, vêm sendo pagos de acordo com o caixa da instituição, ou seja, entra dinheiro, se você for lá ver se tem dinheiro na FIAR não tem, guardado, até por que não tem. Então entra o dinheiro e já vai sendo, a comissão fez isso, foi o acordo que a comissão fez com o Presidente, entrou dinheiro à gente já vai liquidando as dívidas que estão ali. E o que essa comissão espera

na verdade da Presidência, aqui da plenária? É o que eu entendi, é o que se espera aqui da plenária não é isso Professor? É isso professor? Das autoridades que estão aqui, que as autoridades também reconheçam e apoiem esta comissão, assim como já foram reconhecidas pelos alunos e gestores do Grupo VANGUARD. Pois essa foi a opção encontrada e possibilitou o funcionamento e início das aulas, sendo que o objetivo é a continuidade das atividades e que nem alunos e nem funcionários fiquem prejudicados, em outras palavras, hoje só está funcionando a FIAR porque essa comissão se levantou e tomou as rédeas para que ela funcionasse, por isso, nós estamos tendo aula hoje, duzentos alunos estão estudando todos os dias ali. Segundo: que se separem também as discussões entre o presente e o passado, mas isso aqui já foi, nós já estamos no final, que as questões que estão na justiça sejam decididas na justiça. Terceiro: no que os órgãos poderem ajudar no momento, é isso mesmo? No que os órgãos poderem ajudar no momento, um dos fatores seria o fornecimento de diesel para os motores tendo em vista que as despesas estimadas são em torno de oito mil reais/mês. E por último que o Doutor Nilton que é do Grupo VANGUARD, que é o Presidente cumpra a promessa de pagar os salários. É isso que a comissão tem a dizer. Muito obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Obrigado à senhora por suas palavras.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos nesse momento nosso convidado especial Dr. Cleverson, Juiz trabalhista, novamente muito obrigado pela presença de Vossa Excelência, e a tribuna está livre para o senhor explicar, onde preferir.

O SR. CLEVERSON ALARCON – Bom dia a todos. Na pessoa do Doutor Alex, cumprimento a todas as autoridades, cumprimento todos os presentes. Nós temos aqui três problemas ou problemas envolvendo três grupos, alunos, professores e a própria cidade. O fato é que, chegou-se a um ponto em que a dívida é estrondosa, não só em relação aos créditos trabalhistas, mas também em relação aos cíveis, só dívidas de energia elétrica são quase um milhão de reais. O crédito trabalhista hoje, só o crédito trabalhista beira algo próximo a três milhões sem contar o débito previdenciário, totalizando aproximadamente quatro milhões. Eu gostaria muito de chegar e dizer aos senhores: eu tenho a solução para esses três grupos, resolvo o problema dos professores que recebem, resolvo o problema dos alunos que continuam cursando e podendo encerrar o seu curso e queria muito dizer, consigo manter a faculdade porque isso é interessante para a própria cidade. Só que eu não tenho esse poder. Mas posso dizer aos senhores o seguinte: que enquanto foi possível tentar fazer com que a faculdade continuasse com as suas atividades, os alunos continuassem cursando ao curso que escolheu e tentando fazer o pagamento dos professores, isso foi feito. Esse prédio como os senhores sabem, aliás, são dois prédios, um avaliado em três milhões, outro avaliado em dezessete milhões, ele vai ser levado à hasta pública por quê? Porque até agora, nós buscamos uma solução intermediária, nós buscamos meios para que a instituição continuasse a atuar,

para que continuasse com os cursos e pagando os professores. Só que chegou a certo ponto que não se está cumprindo com a sua finalidade, alunos, não tem mais aulas e não tem segurança, não tem mais aulas porque nós não temos mais professores, porque os professores não recebem; e digo que fizeram muito mais do que deveriam os professores; muitos trabalharam ali por quatro, cinco, seis meses sem receber absolutamente nada de salário porque FGTS, a maioria desde que foram admitidos, nunca tiveram os seus FGTS recolhidos. Então, hoje infelizmente alguém tem que assumir esse papel de homem mau e isso caiu nas costas do juiz, porque deixaram chegar até o ponto que chegou, e agora é muito fácil dizer: olha o juiz agora vai acabar com a faculdade, o juiz agora vai impossibilitar que nós terminemos o nosso curso, o juiz vai tirar a faculdade da cidade de Ariquemes. O juiz não gostaria de fazer isso. Repito, tentamos a todo custo manter a faculdade, já era para esse prédio ter ido à hasta pública há muito tempo, mais há muito tempo, só que, apresentamos, inclusive, propostas para a faculdade na oportunidade, para disponibilizar valores mensais para que nós pudéssemos então em contado com os credores distribuir, ratear esses valores mensalmente, havia promessas, mas essas promessas nunca foram cumpridas. Então, eu não tenho outra solução, a solução agora é alguém chegar, investir e pagar toda a dívida para impossibilitar que esse prédio vá de fato a leilão, mas até agora, eu não enxergo outro caminho. Estou sendo aqui apenas portador de notícias ruins, mas posso também dizer aos senhores o seguinte: quando determinei que os prédios fossem levados a hasta pública, o fiz determinando que aquele que viesse a adquiri-lo necessariamente, teria que destiná-lo ao fim social, ou seja, aquela área foi doada pelo município como área institucional, ela tinha uma destinação, a construção e funcionamento de uma faculdade. Na hasta pública, há essa determinação, aquele que adquirir, pode ser qualquer um dos senhores que queiram adquirir, poderão adquirir para alugar, poderão adquirir para constituir uma faculdade, porém, se comprarem para alugar, só poderá haver concessão de alvará de funcionamento e aí já vai ser um problema administrativo, prefeitura municipal, mas quem comprar já tem esse conhecimento, terá que criar ali uma instituição de ensino, isso faz com que se busque preservar a finalidade do imóvel, preservar o interesse do município, preservar o interesse da população de Ariquemes, é uma forma de amenizar a situação. Foi levantada a argumentação de que seria necessária a nomeação de um administrador judicial, digo aos senhores o seguinte: o administrador judicial na fase de execução, ele somente poderia ser nomeado desde que eu tivesse situações específicas, quais sejam? A faculdade ou qualquer outra empresa tenha faturamento para custear integralmente as suas despesas mensais e tenha ainda um faturamento extra, capaz de custear o passivo trabalhista, por exemplo, já existente, fora disso a Justiça do Trabalho, não pode nomear administrador judicial, porque ela estaria de alguma forma ilegalmente nomeando um administrador como se faz na falência. Dessa forma os credores interessados, poderão buscar administração judicial? Poderão, na justiça cível aonde sim, irá se determinar a administração especificamente daquele ativo mensal que irá basicamente pagar o passivo mensal, sem solucionar o problema que nós estamos tendo aqui, passivos,

pretéritos. Então, hoje, eu não vejo outra solução, por mais que me contrarie que não levar o bem a hasta pública, essa é a informação negativa que trago aos senhores, mas, nem tudo é ruim. Posso dizer aos senhores, primeiro, já disse essa área é destinada com uma finalidade, área institucional, curso universitário ou fundamental, ou seja, tem que ter essa destinação, que já desencadeia a indicação de interessados específicos. E ainda mais, para tranquilizar um pouco mais os alunos, eu volto um pouquinho, com essa venda, nós solucionaríamos os créditos trabalhistas, pagaríamos os professores que precisam receber, seguindo em relação aos alunos, o fato do prédio ter ido à hasta pública, não impossibilita imediatamente, diretamente os senhores de continuarem o curso. Esse curso poderá continuar no mesmo prédio dependendo das tratativas ou em outro prédio, então isso não fecha o curso, isso não acaba com o curso. A professora há pouco fez menção aqui, que existe um grupo realizando a coordenação administrativa e financeira. Diante disso, se há esse grupo controlando ativo e o passivo com a intenção de dar continuidade aos trabalhos, haverá possibilidade dos senhores sim, continuarem com o seu curso e se formarem, óbvio, que poderão aí sofrer alguma intervenção do MEC, mas a situação, não será muito diferente, pelo que o professor também disse da situação atual da faculdade, essa é uma das informações positivas aos senhores. Outra informação positiva, disse que o prédio já tem data para ir à hasta pública, e afirmei salvos se não tiver uma decisão em grau de recurso, ele irá para a hasta pública, ninguém irá me convencer do contrário. Mas, dou-lhes outra solução, a venda direta a terceiros, se alguém tiver interesse em comprar esse prédio para a mesma destinação, mesmo antes da hasta pública, basta peticionar, basta procurar o juiz, nós vamos analisar a proposta e se a proposta for conveniente, tanto para os credores quanto para o executado e atender o fim social, há possibilidade da liberação desta venda antes mesmo da hasta pública. Porque o que se busca no Judiciário, não é prejudicar, o que se busca é solucionar, o que eu quero hoje é resolver a pendência dos créditos dos professores, e até agora ninguém me deu outra ideia, lógico, existe manifestação dos professores, existe manifestação dos alunos, existe manifestação da população em geral. Mas infelizmente ainda não tenho nenhuma proposta de solução concreta, mera irresignação que não soluciona o problema, de forma que eu não tenho porque suspender o leilão. Então, eu volto a insistir, tendo interessados em adquirir, só procurar o juiz e fazer a proposta, e obviamente pensem o seguinte: interessados de verdade, porque a hasta pública continua marcada e se não houver o pagamento, a hasta pública vai ocorrer, porque se não, eu posso ter algum, perdão da expressão, malandro que tenha interesse em suspender a hasta pública por suspender e apresenta uma proposta sem dinheiro, que é o que até agora eu também constatei em relação a suposta formação de grupo econômico e questionei por diversas vezes em audiências. Se há grupo econômico, cadê o dinheiro do grupo que teria que ter sido investido nessa instituição? Para pagar conta com o faturamento da própria FIAR, não precisaria de ninguém vir a integrar a FIAR, esse é o meu pensamento. Outra solução em relação aos alunos, conversando com o Deputado, uma delas seria as faculdades tentarem encampar ao máximo os alunos que estejam cursando

obviamente os mesmos cursos que as demais faculdades, eu questionei também da possibilidade de se tentar obter transporte até Porto Velho e Cacoal para que possam esse alunos, serem absorvidos também nessas faculdades Cacoal e Porto Velho, óbvio, que eu não tenho a solução para tudo, são apenas sugestões. Em relação à irresignação dos senhores, o dinheiro desapareceu, não sei para onde foi o dinheiro, não sei tenho como solucionar isso, não está na competência da Justiça do Trabalho; o Doutor delegado fez menção a necessidade de comunicar o crime; acho que os senhores tem que comunicar o crime, o crime de estelionato; os professores, o crime de apropriação indébita previdenciária, agora já adiantando ao senhores, constatando nas diversas apreciações dos processos, eu, a Doutora Renata, também juíza do Trabalho que está presente aqui, já determinamos a Polícia Federal a apreciação do crime de apropriação indébita previdenciária, porque isso é crime de competência da Justiça Federal, porém, reitero, os senhores são os maiores interessados, se não se movimentam, o sistema também entende como se não tivesse interesse. Então, apresentem os seus boletins de ocorrência, seja a Polícia Federal, em razão da apropriação indébita, porque uma das professoras chegou a comentar inicialmente, muitos dos senhores terão problemas para se aposentar, sem dúvida, irão se aposentar? Irão, porque apesar de não ter havido o recolhimento, isso era obrigação da União, se a União não fiscalizou o problema é dela, ela agora que custeei a aposentadoria dos senhores, se não fiscalizou a arrecadação, foi omissa, não poderá passar essa responsabilidade aos senhores, mas os senhores terão muita dor de cabeça até obter esse benefício previdenciário. Agora busquem a responsabilização daqueles que pegaram o seu dinheiro e não deram a devida destinação e só vão poder fazer isso através dos meios legais comunicando o crime a autoridade policial, comunicando os alunos o estelionato, comunicando os professores essa apropriação indébita. No mais, acho que não tenho muito mais o que esclarecer, caso tenham dúvidas os senhores apresentem as perguntas, terei a satisfação de respondê-las e, volto a insistir se tiverem alguma solução, não apenas com resignações me passem as soluções, por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Mais uma vez muito obrigado, foi muito esclarecedora a fala do doutor. E me perdoa a Dra. Renata, eu gostaria de convidá-la para compor a Mesa aqui junto com o seu esposo, Doutora, e perdão, não quis, fique à vontade, Doutora. Dr. Humberto Takeda, vice-diretor da UNIR, gostaria de fazer alguns esclarecimentos, pode ficar à vontade.

O SR. HUMBERTO TAKEDA – Bom dia a todos, bom dia a todos os ilustres, claro é que a UNIR não tem o porquê de não assinar esses diplomas de vocês. Eu em nome da direção, do Professor Dr. Gerson Flores, nós vamos tomar algumas providências como ligar lá em Porto Velho saber o que está acontecendo, vocês alunos da FIAR podem nomear um representante, vocês podem ir até o nosso campus aqui em Ariquemes para obter maiores informações de como está esse andamento para expedição desses diplomas de vocês, está bom? Não vou prometer que nós vamos dar o diploma, vou prometer de que nós vamos atrás para saber o que está acontecendo

realmente em Porto Velho. A greve é verdadeira, ela existe, alguns funcionários e alguns serviços não estão sendo realizados devido à greve, mas a gente vai verificar se a questão dos diplomas, se estão dando andamento nessa atividade, está bom? Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – O Dr. Jaime rapidamente gostaria de emitir uma solução, rapidamente ele falou, com a sua permissão, Sr. Deputado Alex Redano.

O SR. JAIME FERREIRA – Não é rápido não, Deputado, vai demorar, brincadeira. Todos aqui não querem passar o dia, como bem disse o Dr. Cleverson, com resignações. Dr. Radamés, o senhor é defensor hoje constituído pelo grupo VANGUARD, mas eu quero deixar de público que é um profissional de conduta ilibada, nós já estivemos em lados opostos, mas uma pessoa de conduta de muito respeito, um homem de bem, um ser humano fantástico e está fazendo o trabalho dele, então eu falo aqui em defesa dele como profissional, como um bom profissional; Elizandro parece que tem pouco tempo que o senhor assumiu; a Diretora pedagógica também três semanas, eu quero apenas que todos entendam qual é o meu ponto de vista, se não nós vamos sair daqui com meras conjecturas e nós precisamos sair daqui com pelo menos soluções concretas, caminhos concretos a seguir. É fato que a procuração que foi constituída ao Dr. Nilton pelo Professor Nildo já foi anulada, existe processo dessa natureza, então em tese o ato que está sendo exercido pelo Dr. Nilton é ilegítimo e a administração que exerce é ilegítima, e possivelmente não vão permanecer exercendo essa administração porque a estratégia do grupo VANGUARD é exatamente essa rotatividade para não deixar ninguém trabalhar. Eu acredito, professora, que a senhora está dando o seu melhor, mas, de uma forma ilegítima, por isso a sugestão, Dr. Cleverson, de um administrador judicial, não para recuperar a faculdade, mas, sim, para dar uma solução para os alunos e eu tenho certeza que se tiver credibilidade, se tiver credibilidade os demais colegas vão favorecer, vão buscar ajudar, porque infelizmente o trabalho que está sendo feito não tem credibilidade. A hasta pública tem que acontecer, infelizmente tem que acontecer, e nós vamos procurar interessados, divulgar essa informação para que venham realmente pessoas interessadas e não picaretas, especuladores, pessoas interessadas em assumir esse prédio e trazer de repente uma faculdade até quem sabe na área de saúde, ou a gente não sabe o quê, mas que venha também ocupar esse espaço da forma devida. Porque não adianta, é tecnicamente impossível administrar uma faculdade com meia dúzia de alunos, não que os alunos não mereçam, mas tem a contraprestação financeira que não existe mais, que é pouco e os que estão; não pagam por falta de credibilidade, se eu fosse aluno eu não estaria pagando também, não por causa do profissional, mas por causa da credibilidade, da ilegitimidade dos cargos que estão executando, então é preciso que pelo menos saia daqui com essa posição, que a faculdade seja administrada com credibilidade, os alunos que aí estão sejam administrados com credibilidade. Eu tenho certeza que a UNIR não tem se recusado a fazer o que ela tem que fazer, mas é necessário que se

tenha decisões concretas, senão nós vamos sair daqui na esfera da mera conjectura. Eu creio que é preciso sim que exista essa comissão com legitimidade para que dê uma solução aos alunos que ainda estão cursando, os diplomas que ainda tem que ser emitidos e aí sim vai se resumir esse problema, Dr. Cleverson, dos alunos, a hasta pública vai acontecer, eu acredito que tenha instituição aqui dentro de Ariquemes que tenha interesse e de repente pode estar fazendo uma proposta de compra em juízo que seria muito coerente, e instituição séria que já tem aqui, que já está exercendo a atividade aqui, mas nós precisamos ter essa comunicação. Então a minha proposta é que seja formada de repente aqui agora neste momento essa comissão com legitimidade para que continue a exercer, porque enquanto estiver grupo VANGUARD na retaguarda, ele vai vir e vai desarticular; a hora que a coisa começar a andar ele vai vir desarticular, porque isso é estratégia do estelionatário, então nós não podemos permitir que isso aconteça, o processo vai continuar, a hasta pública vai acontecer, primeiro leilão, segundo leilão, se for preciso novamente, agora para se gerir o que tem, tem que haver legitimidade. Então eu gostaria que se formasse aqui com legitimidade essa comissão para que realmente o grupo VANGUARD não ficasse a frente ou desarticulando o que está sendo feito, porque os profissionais que estão fazendo, estão dando o seu melhor, são pessoas sérias, mas qual é a legalidade, qual é a legitimidade? O senhor, eu não conheço, mas tenho certeza que é um bom profissional, está aí encarando um desafio que poucas pessoas querem, mas, precisa de legitimidade. Dr. Radamés, vindo a serem anulados os atos que foram feitos, tudo isso fica no vácuo, fica na poeira, e aí nós vamos sair daqui sem solução? Essa é a minha pergunta, existe possibilidade eu pergunto, Dr. Cleverson, existe possibilidade Deputado Alex, de nós de repente formarmos aqui uma comissão legítima para que continue gerindo? Porque aí sim vai haver credibilidade. Temos aqui professores, tem algum professor aqui? Levante o braço. Tendo credibilidade, vocês estão dispostos a contribuir? Pode levantar o braço. E se não tiver credibilidade? Então essa é uma realidade, essa é uma decisão que nós precisamos tomar aqui, porque senão nós vamos para casa com meras conjecturas e não teve solução nenhuma. Existe possibilidade?

O SR. CLEVERSON ALARCON – Volto a insistir no que eu já havia dito e vou à realidade utilizar da sua própria fala, qualquer comissão que for instituída precisa ser legítima, o que é uma comissão legitimamente instituída? É aquela que tem autorização legal. Da mesma forma que nós não sabemos quem são essas pessoas que estão hoje gerindo a faculdade, se os senhores formarem uma comissão aqui agora dizendo: “somos os novos gestores da faculdade”, isso é um nada, isso é um nada jurídico. Eu acabei de dizer na minha fala agora a pouco, há possibilidade de se tentar obter uma intervenção na faculdade? Sim. De que forma? Judicialmente. A Justiça do Trabalho tem competência para isso? Não, porque o que se está discutindo hoje não é uma intervenção em decorrência de crédito trabalhista especificamente, o que se está discutindo hoje é um gerenciamento de dívidas trabalhistas e cíveis. A Justiça do Trabalho somente poderia nomear um administrador judicial se tivesse aqueles requisitos que eu já disse: faturamento suficiente para pagar o débito mensal, o passivo

mensal, o rotativo e sobrar dinheiro que em tese estaria sendo escondido, mal administrado, para pagar o passivo pretérito. Hoje, nós sabemos que a FIAR não está tendo dinheiro nem para pagar o passivo presente, então foge da competência da Justiça do Trabalho nomear administrador judicial, isso se equipara a uma falência, isso se equipara a uma recuperação judicial e o juízo competente para isso é o Estadual ou o Federal e não o juízo do Trabalho. Então, os senhores podem instituir uma comissão? Podem. Depois que obtiverem uma decisão judicial onde o juiz Estadual ou Federal nomeia o interventor e obviamente esse interventor vai querer efetivamente que exista a formação de uma comissão para auxiliá-lo, aí os senhores conseguirão obter aquilo que querem: o gerenciamento da administração, de forma legítima. Agora, simplesmente formar uma comissão e dizer: “eu administro a parte técnica, eu administro a parte econômica”. Os senhores não terão poderes nenhum para isso, são ilegítimos para isso, a sua assinatura em qualquer documento em nada é nada. Entenderam o caminho? Consegui ser claro?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Meus amigos, agradeço o questionamento do Jaime, só agradecer também a presença do Vereador Amalec da Costa e Vereador Vânio Marques que também se fazem presentes e justificando a ausência do Amalec que estava numa reunião no mesmo horário. Como foi citado o nome da VANGUARD por diversas vezes, eu dou o direito de resposta também ao meu amigo Radamés e também ao Elizandro. Desculpa, Doutor, tem umas 15 perguntas que eles anotaram, se quiser também responder estejam a vontade.

O SR. RADAMÉS – Mas é só a parte jurídica aqui que eu vou me ater, essa questão de legitimidade, questão dessa procuração. Houve um processo que o Dr. Nildo ingressou justamente por questão de voltar a administração da FIAR sob o argumento que ele havia cancelado a procuração, essa procuração de fato foi cancelada, mas o que acontece é que no próprio processo, e creio que o Dr. Jaime já saiba e os advogados do Dr. Nildo já sabem disso que existe uma ata de transferência, então a procuração já foi superada, já houve formalmente essa transferência de administração, ou seja, não há argumentos nesse sentido, se é legítimo ou não é, isso aí já foi superado, então o Elizandro está aqui legitimamente, então não há o que se falar nisso. Outra questão de falência, o Dr. Cleverson bem explanou, se você for estudar a parte de direito societário pelo fato de ser uma associação, seria também uma fundação, uma cooperativa, ela não entra na lei de falências, então não dá para ter essa figura do administrador, isso é uma questão até basilar de direito, mas é bom a gente esclarecer esses pontos para a gente já superar e passar para os próximos pontos. Então essa questão de legitimidade ou não do Dr. Nilton, do grupo VANGUARD à frente, isso está sendo discutido, já teve um pedido de liminar denegado aqui em sede de 1º grau, agravaram e também não teve esse pleito deferido, ou seja, o processo está em andamento, então não vejo nem cabimento para essa discussão; acho que está superado isso daí

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu gostaria de fazer um posicionamento também, algumas sugestões e eu peço permissão a todos para fazer daqui mesmo. Na verdade não

está fácil principalmente à questão dos alunos, eu entendo também, eu concordo com o Doutor a questão da comissão não tem legitimidade para administrar, mas eu gostaria de propor, Doutor, uma comissão desta audiência para acompanhar passo a passo os desdobramentos, porque é importante essa comissão fazer esse acompanhamento e de repente o próprio grupo VANGUARD pode ter a desistência e passar, hoje, hoje eles ainda têm essa legitimidade, pois tem um processo na Justiça comum aqui que o juiz, inclusive, é daqui da cidade que é o Dr. Marcos Vinícius e não foi julgado, ele não deu essa liminar, lógico que tem o julgamento ainda, e por esse motivo essas autoridades judiciárias também não estão presentes aqui, eles entenderam que não seria interessante para eles o pronunciamento, então eu penso que essa comissão da audiência é interessante sim ser criada. E outra provocação que eu penso que possa ter é essa própria comissão entrar no juízo comum com o pedido da intervenção judicial, porque cabe a Justiça comum essa intervenção e como existe essa questão de problemas iminentes pode se conseguir até uma liminar para essa comissão administrar junto com o interventor. Então eu penso, Doutor, eu penso que seria um dos caminhos, independente da hasta pública. O Dr. Cleverson teve o bom senso e foi muito sábio já em amarrar a questão que tem que ser outra instituição, então na verdade se outra instituição comprar a entidade, ela vai querer gerir, querer continuar, pode aumentar os cursos, então eu não penso que por causa do leilão vai parar tudo, pode acontecer, é um risco, é um risco, mas não temos opções. Então eu penso a formação dessa comissão e entrar no juízo comum com a interdição. E gostaria de franquear a palavra ao Dr. Elizandro, o qual conheci agora, e sempre falando que nós não temos nada pessoal e respeito também e respeito muito a figura do Dr. Radamés que conheço o trabalho dele jurídico, um advogado respeitado e que está fazendo o seu papel, está defendendo quem o contratou, então eu franqueio também, se vocês quiserem responder as perguntas feitas pela comunidade, pelos professores, pelos alunos, estamos à disposição. Uma dúvida que eu tenho, Dr. Cleverson, o bem vale 17 milhões, a dívida por 4 milhões, de repente é leilado por 12, pagou as dívidas sobrou 4 milhões, esses 4 milhões para quem ficaria esse valor? O que seria feito desse valor? Outra dúvida, ainda ninguém questionou isso, mas algum vereador, Lano, Amalec, pode questionar, foi uma doação pública com uma finalidade específica, pode ser questionada essa situação perante a Justiça comum também, então eu penso que a criação da comissão é salutar, é boa. E tenho algumas dúvidas, por exemplo, a FAEMA parece que existe algum interesse e ela tem prédio, tem um espaço grande, é possível a entidade adquirir a outra entidade? Ser leilada, ser vendida, arrematada à entidade, a figura jurídica da entidade, Doutor, e não somente o prédio? Ou fazer coisas distintas, leiloar a hasta pública do prédio e a hasta pública da entidade para adquirir os cursos, os alunos e dar continuidade. Então são muitas dúvidas. Não é uma solução fácil, eu penso que não é uma solução fácil, mas se nós cruzarmos os braços é pior. Eu gostaria também, mencionamos várias pessoas e fazer justiça ao aluno Vítor, foi a primeira pessoa que nos procurou e conseguiu

mobilizar os demais alunos junto com a Naiara, junto com o Giliard, então parabéns a vocês que estão lutando pelos seus direitos. Tem o nosso amigo Romildo que gostaria de fazer um questionamento também, mas se o Doutor quiser fazer algum esclarecimento...

O SR. CLEVERSON ALARCON – Respondendo a sua primeira pergunta em relação ao valor, se o débito é de 4 milhões e o prédio for arrematado por 14, sobraram 10, de quem são esses 10 milhões? Do devedor, porque foi o bem dele que foi levado a hasta pública. Se ele tivesse 14 milhões na conta e o débito dele fosse só 4 milhões, você poderia ter tirado só os 4 milhões. O mesmo raciocínio se faz em relação ao bem, vendeu o bem virou dinheiro, desse dinheiro que se paga a dívida e o restante retorna ao devedor. Está me questionando o seguinte, e se arrematar, sobrar esse dinheiro, para quem vai esse dinheiro? Vai para a instituição. Como vai ser administrada essa instituição, como vai ser administrado esse dinheiro? Bom, aí vai ser um problema interno porque isso volta para mão do credor e ele vai dar a destinação que ele achar que é a mais adequada. Funciona dessa forma, o dinheiro é dele. O doutor está me perguntando, se a VANGUARD, a VANGUARD poderia administrar? Se comprovar que ela é integrante do grupo, em tese, poderia porque o grupo administra o patrimônio todo. A segunda pergunta que ele me fez foi o seguinte, poderia arrematar só o prédio, ou poderia arrematar toda a instituição? Ou seja, a gente chama do fundo de comércio que envolve o nome da instituição, a carteira de alunos e o próprio prédio, pode acontecer isso? Pode. O fato é que quando você faz uma alienação do fundo de comércio existe uma discussão muito maior porque é muito difícil fazer avaliação disso. Enquanto eu avalio um imóvel, eu tenho pessoas qualificadas para isso e dificilmente isso será impugnado, no caso do fundo de comércio que envolve carteira de alunos, o próprio nome da instituição, isso é tão subjetivo que gera tantas discussões que nós iríamos levar efetivamente esse processo ao caos. Inicialmente nós pensamos, sim, em vender diretamente a instituição se houvesse interessados, mas nós não conseguimos na época, pessoas que se apresentassem como possíveis interessadas, então isso ia fazer só que o processo se atrasasse, a quantidade de recursos seria imensa, com diversas divergências de posicionamento por se tratar de questões muito subjetivas, então decidimos por determinar que apenas o prédio fosse levado à hasta pública. Isso impede que futuramente, se não houver arrematação, eu possa determinar que também vá o fundo de comércio? Não, não houve arrematação, posso definir posteriormente de enviar o fundo de comércio, ou seja, tudo, ou posso determinar a penhora só do nome, se isso estiver registrado, obviamente, toda uma análise que tem que ser realizada, mas por enquanto nós achamos mais viável enviar só o prédio porque isso soluciona a pendência trabalhista.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito, bem esclarecedor. O Vereador Lano está inscrito, posteriormente o doutor.

O SR. LANO – Eu vou falar em pé que é meu costume. Olha, essa audiência pública, Sr. Elizandro, ela veio para resolver os problemas, o Dr. Jaime pediu uma coisa que eu também quero, que saia alguma coisa aqui com legitimidade porque senão vai ficar só na falácia. O Giliard junto com o professor Antônio, ele diz a mesma coisa, quem vai administrar o passivo, porque o ativo nós não precisamos, ativo qualquer um administra. O Marcelo faz o seguinte questionamento, CESUAR, não, está lá ainda, eu estou falando para você que a audiência está muito séria e o Marcelo é um cara preocupado que a gente sabe disso, Marcelo Santos, e um baita de um profissional principalmente na área de administração, um renome no Estado, porque, Marcelo, o que você quer falar e se eu errei aqui você me corrija, tem espaço ainda, é paga-se boleto no nome da CESUAR; o outro fala que abriu uma conta no Bradesco para administrar, o outro camarada diz o seguinte se não tiver uma comissão os professores não têm coragem de trabalhar depositando o dinheiro mais para a VANGUARD administrar, então já está claro que tem que sair uma definição daqui. A minha formação é administração de empresa, o senhor é advogado Sr. Radamés, mas se for esperar o curso da Justiça vai dá prejuízo para os alunos, então vamos ter bom senso. O Sr. Nilton Elias representa a VANGUARD, é ele que nomeia diretamente e indiretamente o senhor, é óbvio, o Sr. Nildo vendeu a massa falida, mas ele passou uma procuração, então não é difícil fazer uma linha de raciocínio, basta que vocês dêem legitimidade para essa comissão agora, pelo menos até o final deste ano, claro que pode, essa é a minha profissão como administrador e acaba com isso, vendo que se senhor não der legitimidade, eles mesmo já falaram que não vão pagar mais mensalidade e se eles não pagarem mensalidade não se paga nem os professores que hoje estão dando aula, então é simples. Eu tenho feito a diferença nesse primeiro mandato junto com o Deputado Alex fazendo coisas práticas, então fica gravada a proposta e peço que o senhor some comigo, Dr. Jaime, o senhor já falou isso aí, grave ali, vai ser feito em ata e na ata a única solução vista nesta audiência pública é que a VANGUARD ou apresente amanhã, seria um sonho, Doutor, amanhã apresentar todo o passivo e pagar todos os funcionários? Não é o seu sonho ou o senhor quer leiloar? Então, se não vai fazer isso amanhã, que se faça hoje, porque o dia termina até meia noite, o senhor faz um documento, aí já é sua área, legitimando essa comissão composta por alunos, por professores, já abrindo uma conta no banco onde os professores gerenciarão isso aí, a partir de agora paga-se os professores que derem aula, que ministrarem aula dentro da legalidade, é claro, que eu não sou formado na área acadêmica para falar isso aí, e resolve-se o problema, está resolvido o problema. Ação judicial pode levar anos, o Dr. Nilton brigando e o outro brigando, você sabe disso. Então estou clamando aqui que a minha parte política questão de humanidade e você vai continuar junto na comissão, que eu tenho certeza que você veio para gerir e para tentar sair dessa situação, a melhor coisa é a proposta do Dr. Jaime, que dê legitimidade para a professora, não precisa a gente polemizar para não criar atrito, porque se não vai falar assim que é caloteiro, que é isso, que

é aquilo, isso não vai levar a nada. Tem uma situação aqui, a questão do leilão, o jornalista que estava aqui, o Aor, nós temos que buscar, mas, também não vai atrapalhar, tem que ser feita essa comissão hoje, penso assim, imploro por isso, que o senhor saia daqui hoje dando legitimidade, o senhor é juiz, o senhor é advogado, se a VANGUARD pegou os poderes do Sr. Nilton e se eles passarem os poderes agora, é legítimo, seria uma associação, mas nós temos aqui questões que o senhor consegue fazer essa comissão no máximo em 8 dias, 10 dias, espero que sim, está resolvido, é problema da comissão, só não se faz a comissão se tiver empecilho por conta da VANGUARD, acredito sinceramente o senhor não estaria aqui num Estado como Rondônia onde aqui nós temos gaúcho, paranaense, baiano, capixaba, nós temos todo tipo de miscigenação tentando empurrar, eu não acredito, acredito sinceramente que você veio para trabalhar, você está aqui encarando a população e você morou e voltou, então vamos resolver a situação. Marcelo, não dá mesmo para pagar boleto sem saber para onde o dinheiro vai. Professores; não dá mesmo para dar aula sem saber se vai receber. Então, por favor, eu gostaria que o professor Romildo, acho que vai na mesma sequência que eu estou falando e vamos ser objetivos, porque também não tem pressa não, é uma das coisas que o pessoal pensa muito que o político não trabalha, tem hora que a gente começa aqui 7:00 horas da manhã e sai 2:00 horas da manhã, então vocês tem que ficar até o final para definir o que vai fazer, concorda? Vamos definir. Quem está trabalhando para vocês somos nós que estamos recebendo para isso, eu, o Alex, o juiz, e todo mundo que estamos recebendo do povo estamos aqui à disposição, e vocês que são parte interessada vamos gastar um balde, dois baldes, três baldes de saliva até sair com uma solução para não dizer que somos um bando de idiotas onde se reúne advogados, juizes, administrador de empresa e saia com atos protelatórios, empurrando, como o senhor mesmo disse. Então aqui, doutor, baseado na Lei 172/2015 que deu ênfase a esta audiência pública, caso o VANGUARD não se pronuncie, Dr. João Francisco que acompanha a gente, que é o Doca, vai somar com a gente e vai ver que medida vai tomar o mais rápido possível para que essa comissão se torne legítima. Mais uma questão que eu preciso só para encerrar; e eu vou pedir aqui, com muito carinho; sou filho de baiano, meu pai é de Jequié, minha mãe é de Contendas do Sincorá, o jeito de falar às vezes parece agressivo, até peço desculpas, mas em nenhum momento é pessoal. A questão dos diplomas já foi resolvida, pelo que a gente vê o diretor da UNIR vai ver, então já é um ponto favorável; a questão dos históricos, esse aqui é uma coisa muito importante, acho que o senhor até saiu, mas eu gostaria que você desse a sua palavra para ficar gravado, que não é ato jurídico, aqui é ato administrativo aí vai mais pelo caráter, pela moral porque cada um empresário administra do jeito que é criado, a formação do caráter, um é mais ambicioso, outro é menos, nós temos aqui o professor que quer que a esposa dele, o Ignácio Vilhagra, o que ele pede e que muitos também pedem, o histórico da esposa para que ela possa transferir de instituição, eu sei, Alex, que muitas vezes usa-se da artimanha de não dar o histórico para o aluno

para tentar fidelizá-lo, para que ele fique nessa instituição, mas não vai dar mais certo, o aluno descontente não vai ficar contente com o professor, então vamos buscar novos clientes para a FIAR, VANGUARD e libere os alunos que querem sair da faculdade, é um direito deles. Porque você ser obrigado a estudar numa instituição a qual você está pagando isso é um absurdo em pleno século 21. E a questão do leilão, agora vai aquela pancada, mas, não é pancada, é uma questão para você pensar antes de responder, nós estamos falando de uma instituição sem fins lucrativos onde a VANGUARD está pagando advogado, o Dr. Radamés, onde a VANGUARD está pagando o seu salário e aonde a VANGUARD vem gastando o dinheiro, não vai ter lucro mais na FIAR porque nós vamos pedir agora para que ela faça o seguinte: como é que FIAR, foi uma pergunta muito interessante que eu trabalhei com ele dois anos e pouco aqui, ele faz algumas perguntas que ele já quer saber a resposta, muito inteligente o Deputado, que é assim, eu aprendi com ele, e no caso, que ele é jeitoso, e no caso de pagar os 4 milhões e vendeu por 12 e os 8 mil é para quem? Eu sei que o senhor sabe, mas é o seu jeito de trabalhar por isso chegou até aqui. Não vai, uma empresa que chegou ontem pegar os 8 milhões e levar embora, isso não vai acontecer mais, até porque já foi acionado o Poder Legislativo, tanto eu como os Vereadores que estavam presentes aqui já vamos pedir a cópia do contrato ou de concessão ou de doação do terreno, qual é a responsabilidade da empresa e eu tenho certeza que nem o prefeito deu a instituição ao qual ela usufrui dos benefícios fiscais por ser uma instituição sem fins lucrativos, pelo menos ganhou um terreno que hoje com a construção de duras penas que muitas pessoas passaram, chega avaliada a 17 milhões levar o dinheiro embora, isso não vai acontecer, ninguém aqui é idiota, Doutor, para deixar isso acontecer. Então se for o caso; não estou dizendo que é, se for o caso que a VANGUARD veio pensando em levar essa vantagem, está na hora de não só nomear a comissão deles, está a hora de entregar e sair, porque se o intuito de vocês for filantrópico ótimo, Ariquemes está precisando de gente, se for visar lucro não vai dar, não dá mais, Dr. Radamés, a coisa já está num ponto que já caiu, esse é o meu pedido. Então só para reiterar, para não perder o nexo que o senhor passe agora de ofício, o Doutor pode redigir um documento ali agora nomeando essa comissão para dar legitimidade, esse é o sonho de todos, concorda? Muito obrigado, espero que o senhor acate o meu conselho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só fazendo um esclarecimento jurídico, sem ser eu jurídico, mas não tem legitimidade. Deixa eu tentar me fazer claro, essa é uma das melhores opções, mas em primeiro lugar tem que ter a vontade, tem que ter a vontade do grupo VANGUARD, tendo a vontade, tendo a vontade, não é o Dr. Elizandro, o Dr. Radamés fazer um ofício e passar, não; é o conselho administrativo da VANGUARD nomear administradores com ata, tudo assinado, tudo dentro da legalidade, da FIAR, desculpe, é isso Doutor? Precisaria da diretoria, tem que está previsto no Estatuto, porque não adianta nós fazermos um ofício aqui, a intenção do Lano é maravilhosa, maravilhosa, mas e daí não ter legalidade, nós precisamos de

algo que tenha legalidade, mas essa é uma das melhores opções.

O SR. LANO – Eu peço encarecidamente que preste atenção no que nós estamos conversando, nós estamos com o Juiz do Trabalho, estamos com o Deputado Estadual, com Vereador representando a Câmara Municipal, eu não acredito que a VANGUARD me mande alguém aqui que não tenha poderes para falar em nome dela. Calma, Deputado, nós temos que ver o seguinte, calma Deputado, que ele aqui faça um ofício e se ele falar: “não, eu não tenho competência para isso”. Fica registrado, Vereador Amalec, que ele vai buscar com o patrão dele, está entendendo, e que no prazo máximo de 72 horas porque hoje tem fax, é o tal de whatsapp e não sei o que para todo lado, ele dê a resposta. O que nós não podemos agora entrar é no jogo protelatório que está acontecendo: “Eu não tenho competência”. Então o senhor fala aqui quem é que tem competência para isso aí. Tem um conselho deliberativo? Tem. Então que dia esse conselho vai se reunir? O Dr. Romildo e Dr. Jaime vão estar presentes, pronto, junto com a comissão. É isso, é simples. As coisas de Deus são simples, não é Amalec, e os homens complicam muito. Pronto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O Dr. Romildo quer fazer uma colocação antes, está inscrito faz tempo, a Naiara também, a Naiara vai fazer só uma pergunta.

A SRA. NAIARA BENTO – Só uma pergunta para o Sr. Elizandro, legitimando essa comissão, Dr. Cleverson, vai ficar legítimo, mas até que momento que ela tem responsabilidade e tem autonomia perante a administração, porque o que consta a até agora é que essa comissão que está de professores gerem os lucros atuais, gerem o ativo e o passivo, só que daí com a ligação do Presidente Nilton vai lá e repassa um dinheiro que eu sei disso, quinhentos reais foi passado para o Sr. Elizandro, até que ponto que essa comissão tem responsabilidade, tem autonomia para falar: “Secretária, não passa o dinheiro”. Até que ponto? Porque é fácil criar uma comissão, é igual o senhor falou, se responsabiliza, não pode criar aqui hoje, não pode ter legitimidade aqui hoje, mas se comprometer de ir atrás, de ir fazer perante o direito cível a partir disso, daí tudo bem, mas até que ponto vai ficar legítimo, autêntico isso?

O SR. ROMILDO FERNANDES – É que o assunto é muito mais grave do que nós imaginamos de forma simplista. O que está se debatendo aqui é legitimidade, legitimidade dessa comissão que lá está gerindo os recursos para pagar os seus salários correntes e a grande maioria dos credores fora da administração e vendo a coisa implodindo lá, e foi dito aqui também da existência de um processo Cível que o professor Nildo moveu tentando anular a procuração. A procuração, ele revogou, mas a procuração não é objeto dessa discussão judicial que está lá na 3ª Vara Cível, o que encontra-se na 3ª Vara Cível um processo de anulação das atas que ele hoje usa nos processos, Doutor, aquelas atas que o Sr. Nildo Elias se diz Diretor Presidente do CESUAR, essa ata é que está sendo questionada na Justiça, por quê? Aqui vejo que restaram; bastante alunos e professores; alguém ouviu falar do grupo

VANGUARD em outubro do ano passado? Levante-se. Novembro do ano passado, alguém viu alguém do VANGUARD aqui em Ariquemes, lá na FIAR? Levante-se. Dezembro, alguém viu alguém do VANGUARD aqui em Ariquemes? Que levante-se. Janeiro, dia 15 de janeiro, janeiro alguém viu? Fevereiro? Podem se levantar de fevereiro em diante quem passou a ser gerido pelo VANGUARD. Pois bem, pasmem os senhores, a ata que o Sr. Nilton Elias utiliza em todos os processos e que se diz legítimo representante do CESUAR foi lavrada no dia 15 de janeiro com data retroativa a 1º de dezembro de 2014. E o edital, alguém viu o edital publicando a eleição de nova diretoria? Que levante-se. Não existiu edital. A ata que hoje ele sustenta como Diretor Presidente do CESUAR é uma ata fabricada às 18:00 horas do dia 15 de janeiro, e por que ele registrou no cartório? Porque depois em fevereiro como os alunos começaram a receber os boletos em nome de Eni Morsiglio, alguém conhece Eni Morsiglio? A pessoa que está recebendo o seu dinheiro ela é uma das sócias do Instituto VANGUARD; e essa denúncia foi parar na 1ª e na 2ª Vara do Trabalho, e a Dra. Cândida muito rapidamente bloqueou todas as contas de todo mundo, inclusive do VANGUARD e dessa Sra. Eni, aí que o Sr. Nilton tratou de tentar registrar a ata no cartório e lá ele tentou registrar em março de 2015 agora. Chegou lá para registrar a ata o Cartorário quis saber: “cadê o livro de registro das atas do CESUAR?”. Estava num livro novo. Não, o livro novo estava desaparecido quando fez a assembleia lá no dia 1º de dezembro: “então eu preciso de uma prova que o livro estava desaparecido”. A Sra. Marli se dirigiu a Delegacia de Polícia e lá registrou um Boletim de Ocorrência dizendo que foi procurar o livro, o livro estava desaparecido e por conta disso fizeram abertura de um novo livro, está no Boletim de Ocorrência registrado na Polícia Civil, e esse Boletim de Ocorrência ela fez em março, dia 02 de março. Ela se esqueceu que ela e a professora Regina quando ela chegou aqui no dia 13 de janeiro, ela foi ao cartório tirou cópia do livro e o autenticou todinho, está aqui todo selo autenticando de capa a contracapa do livro que ela disse que estava desaparecido lá em dezembro. Esse é o objeto de anulação dessa ata, uma ata forjada, fabricada. Então que legitimidade tem o Sr. Nilton Elias para representar o CESUAR, sem procuração e com uma ata forjada questionada na Justiça? Agora um detalhe técnico, a 3ª Vara está tentando citá-lo, não vai localizá-lo, esse cidadão tem 29 endereços, ele vai acabar sendo citado por edital daqui a oito, nove meses, até lá ele continua ao longe gerindo a instituição da forma que aí está. É por isso que eu de certa forma me perfilo aqui na ideia do Vereador Lano no sentido de que criemos uma comissão e essa comissão por força de lei que foi constituída esta assembleia com a sua devida assessoria, não é, que busquemos judicialmente o afastamento desse grupo de predadores, urgente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Senhores, haja vista o adiantar das horas, tudo foi gravado, esta ata, o áudio serão entregues a todos os promotores federais, à Dra. Gisele instaurou já o inquérito civil público, existe uma investigação em andamento investigando vários crimes e possivelmente serão penalizados, quem errou será penalizado. Eu acho importante a criação dessa comissão para acompanhamento inicial porque não adianta nós falarmos que a comissão que

vai, é uma comissão de acompanhamento, eu sugiro, devido o adiantar das horas depois nós vamos colocar quem são as pessoas representantes, eu sugiro um representante dos alunos que já são formados, um representante dos alunos; um representante dos professores; um representante dos advogados trabalhistas; um representante do grupo FIAR, grupo VANGUARD; um representante da Câmara Municipal de Ariquemes e seria interessante da prefeitura e do Estado, mas vamos buscar, mas com o adiantar das horas se escolhermos agora vai hora adentro, então eu penso que a audiência foi importante, nós ouvimos o clamor da sociedade, ouvimos as autoridades, eu tenho consciência desde o início que a audiência não seria uma resolução, mas poderia apontar caminhos, isso aqui não foi a guerra, isso aqui foi a primeira batalha, porque tem ‘N’ situações, tem a hasta pública, tem a Justiça Comum, tem o Ministério Público Federal que está com esse inquérito em aberto, tem o Poder Municipal, os vereadores que podem agir também por ser um terreno doado para uma entidade filantrópica, tem a Polícia Civil que pode abrir inquéritos policiais, investigação se alguém denunciar algum crime, então são ‘N’ coisas, mas essa aqui é uma audiência diferente porque trata de um caso concreto e trata de uma questão que está no âmbito Judiciário, então muitas coisas se nós fazermos aqui, tomar isso daqui e: “vamos fazer isso”, vai ser ilegítimo porque depende da autoridade judiciária. O que nós podemos fazer é buscar caminhos e provocar a autoridade judiciária. Muitas coisas o Dr. Cleverson de ofício pode fazer, mas se for provocado, não é doutor, “olha, tal situação, está aqui o documento, está aqui o recurso”, ele vai analisar e de repente é um bom caminho. Então mais uma vez eu agradeço a presença de todos vocês, agradeço o pessoal da Assembleia, às autoridades nosso muito obrigado. Nós sabemos, Doutor, que é uma causa sensível, é difícil vir numa audiência tratar de um caso concreto, tem muitas coisas que eu tenho certeza que de repente o senhor gostaria de falar mais, mas é complexo, não pode. O Juiz da causa foi bem claro para mim: “olha, eu gostaria de estar presente, mas eu não posso, é complexo”. Vai vir aqui só para assistir, sendo que ele vai ter o áudio, vai ter a ata, mesma coisa as demais autoridades, mas eu creio que para conhecimento das autoridades esta audiência vai ser, é maravilhosa; para você ter conhecimento de fato do que os alunos estão falando, o que os professores estão falando, todos eles vão saber. Então, meu muito obrigado a todos os alunos, a todas as autoridades e encerro. A comissão, nós vamos entrar em contato com os demais grupos, com os professores, com os alunos, com os advogados para formarmos essa comissão de acompanhamento onde podemos fazer reuniões, acompanhar, inclusive essa comissão visitar o Ministério Público Federal no qual nós já tivemos uma reunião com o Dr. Rafael que pede desculpas, teve um imprevisto e não conseguiu vir, ele está em Guajará-Mirim, nos atendeu muito bem, a reunião foi com o aluno Vítor, com a aluna Naiara e com o Dr. Doca, nosso advogado do gabinete da Assembleia, então essa comissão acompanhar passo a passo tudo que está acontecendo, e o Lano falou de quem for de direito e dê legitimidade à comissão. No mais, meus amigos, muito obrigado, ficar aqui até uma e dez da tarde, horário de almoço. E sob a proteção de Deus, declaro encerrada a presente sessão.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13h04min).

**ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 23 de Setembro de 2015

**Presidência dos Srs.
EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
ALEX REDANO - 3º Secretário**

**Secretariado pelos srs..
ADELINO FOLLADOR - Deputado
EZEQUIEL JÚNIOR - Deputado**

(Às 09 horas e 23 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Dr. Neidson (PT do B), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 48ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

(Às 09 horas e 43 minutos, o Sr. Edson Martins passa a presidência ao Sr. Alex Redano).

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofício nº 611/2015 – Tribunal de Justiça, informando que rejeitou os Embargos de Declaração ao fundamento que inadmitiu o recurso extraordinário na Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei nº 794/1988.

02 – Carta nº 163/2015 – Eletrobras Distribuição Rondônia, encaminhando resposta ao Ofício nº P/ALE-897/2015, o qual encaminhou Voto de Repúdio pelas constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica no Estado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de 05 minutos, sem aparte, o ilustre Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, pessoal aqui presente, imprensa. Venho neste Pequeno Expediente trazer uma preocupação, que já se anuncia uma greve bancária no dia 28, a partir do dia 28. E pelo que a gente ouve por parte dos bancários, deverá, se o Governo não atender, se a diretoria dos Bancos não atender, pode ser uma greve muito prolongada. E nós pedimos, então, que os Bancos dividam um pouco essa vantagem que recebem, porque nós conversamos com muitos bancários e todos estão reclamando que não estão aguentando mais. Muitos estão se afastando por não aguentar mais a pressão, porque eles estão cada vez mais aumentando as metas dos funcionários, a pressão é muito grande em cima da classe bancária. E tem muitas pessoas, inclusive, se afastando do serviço por problema de saúde, e os Bancos não dão condições e, além disso, pressionando os bancários para vender coisas que não são necessárias aos seus clientes. Os Bancos estão financiando, usando o dinheiro público e, ao mesmo tempo, já exige um monte de coisas, para poder sair o financiamento, exigem seguro, exigem muitas taxas, vendem produtos no Banco, e se o funcionário não vender ele não progride, ele fica prejudicado.

Então, essa pressão psicológica, essa pressão, e a gente vê toda hora esses escândalos, inclusive toda hora, em nível nacional, os Bancos usando o dinheiro para poder patrocinar. Tem aqueles escândalos que foram anunciados, que estão sendo apurados e parece que querem tirar essas vantagens agora nas costas dos funcionários. Então, nós estamos muito preocupados. E também nós estivemos em alguns dias em alguns municípios, principalmente nos dias... Tem município que nem tem agência bancária, às vezes tem um posto só, e nós estávamos esses dias lá em Cacaulândia no dia do pagamento do leite, o Banco estava lotado. E o pessoal que vai tirar o GTA no IDARON, ele tem que tirar no IDARON e depois ir para o Banco para recolher e voltar ao IDARON, que o horário é até uma e meia, e muitas vezes não dá tempo por causa das filas que tem nos Bancos. Me chamou a atenção porque hoje até um vendedor de melancia, até um vendedor de lanche, muitas vezes já vai com a maquininha, onde ele pode vender o seu produto e lá mesmo passa o cartão e recolhe. Por que é que o IDARON até hoje não tem essa maquininha lá do lado para que o próprio proprietário do gado, o proprietário, ele recolha naquele momento? Então eu já entrei em contato, já fiz uma Indicação e já fiz o contato com o Volpi, que é o responsável pelo IDARON, e ele achou válida a ideia, está fazendo um estudo e eu gostaria que agilizasse o mais rápido possível, porque também se tiver uma greve vai atrapalhar mais ainda a questão do recolhimento dos Bancos. Então, são várias coisas, mesmo os Bancos trabalhando normal, eu quero dizer que em cidades maiores tem várias opções,

mas mesmo assim tem que ir lá na fila. E eu acho que nós podemos facilitar a vida dos cidadãos, recolhendo nessas maquininhas que hoje existe em qualquer comércio.

Então, eu gostaria de deixar aqui registrada essa nossa preocupação. E a questão de greve, nós estamos vendo o Governo Federal virando as costas a todas as categorias que estão de greve, seja o TRE, sejam as faculdades, sejam os vários segmentos do Governo Federal, e parece que a SUFRAMA deu prejuízo muito grande e nós precisamos que o Governo Federal se sinta mais responsável por aquilo que está acontecendo. É uma falta de respeito. E a gente vê o próprio TRE que há quanto tempo já está em greve e aí não tem nenhuma negociação e agora continua essa greve. Lá em Cacaulândia, agora voltou 70% a questão da Justiça, que lá é um dos municípios que já está em greve há mais de dois meses. Nos preocupa porque os municípios cada vez mais a arrecadação do Governo Federal vai diminuindo dos municípios, agora com essa crise que o pessoal fala que não tem e tem e é grande. Então, nós estamos preocupados com essa situação porque nos municípios cada vez mais está diminuindo a arrecadação sobre o índice de pessoal.

Então, quero deixar aqui essa nossa preocupação com essa onda de greves e, principalmente, pela não preocupação do Governo Federal. E aqui hoje na Comissão da Agricultura, está aqui o Deputado Lazinho que é o Presidente, nós estávamos hoje comentando uma preocupação gravíssima, que os frigoríficos podem não vender mais carne, não abater mais porque não têm fiscais, foram tirados agora os direitos que alguns funcionários teriam se eles continuassem trabalhando, parece que tem mais cinco fiscais que vão se aposentar. E já no Estado de Rondônia já não tem, tinha um convênio com o IDARON, o Ministério Público interrompeu esse convênio com o IDARON e aí ficou sem fiscalização. Aí, parece que vieram quatro fiscais de outros Estados aqui para ajudar, mas agora já estão saindo mais cinco que estão se aposentando por falta, por ter tirado esses direitos se eles continuassem no trabalho. E nós, então, Deputado Lazinho, com proposição do Deputado Lazinho, que é o Presidente da Comissão, na terça-feira, nós vamos marcar essa audiência com o Ministério da Agricultura, vamos conversar com o Ministério Público aqui do Estado de Rondônia também sobre essa questão do Ministério Público Federal na questão da intervenção do convênio com o IDARON, para ver se tem condições de prolongar e, se não, tem que cobrar da Bancada Federal. E proposição também da Comissão do pessoal da Agricultura, nós marcamos, com aprovação do Deputado Lazinho, para poder marcar uma Audiência com a Bancada Federal junto à Ministra. Nós já temos uma crise na pecuária de Rondônia em função do cartel que se instalou em Rondônia, questão de preço, e agora só falta chegar a deixar de abater por falta de fiscalização, falta de fiscais.

Para vocês terem uma ideia, Ji-Paraná só tinha um, Ariquemes tinha um esses dias. Então, estão buscando de uma cidade para outra, fazendo a fiscalização, e eu tenho certeza que talvez não consiga fazer a fiscalização como deveria fazer por falta de pessoal, e já tem o pessoal concursado. O MAPA já fez o concurso, é só chamar, mas, pelo que eu fiquei sabendo, até a Ministra falou que é proibido chamar qualquer pessoa, parece que é a instrução que nós recebemos.

Então, a Bancada Federal tem que intervir nisso com a Presidente da República para resolver o mais rápido possível. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos para fazer uso da tribuna, nas Breves Comunicações, por 5 minutos, sem direito a apartes, o Deputado Estadual Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Bom dia, Sr. Presidente Alex Redano, em nome de Vossa Excelência cumprimento toda a Mesa. Quero cumprimentar os nossos companheiros de trabalho aqui desta Casa e o público presente.

Senhor Presidente, a nossa vinda aqui ela é, hoje, por um motivo inclusive de alegria. Estive, segunda-feira, em uma reunião com a Defensoria Pública, com a Defensora Pública do Município de Jarú, e vendo lá o trabalho daquela Casa, Dra. Luciana, onde em um mês, só para vocês terem uma ideia, a quantidade de pessoas que passam e que têm necessidade desse serviço, quase 3.000 pessoas foram atendidas no município de Jarú. Ou seja, é um contingente de atendimento bastante grande, mostra a necessidade de assessoria jurídica que tem o nosso povo, mas principalmente mostra o grande trabalho prestado por toda equipe da Dra. Luciana lá no município.

Eu venho pedir ao nosso Governo do Estado, ao Governador Confúcio, para que viabilize a construção da sede definitiva da Defensoria Pública em Jarú. Hoje vive, trabalha num prédio alugado, as condições são razoáveis de trabalho, mas não é o suficiente para atender toda a demanda. A Prefeitura Municipal, através da Prefeita Sônia, doou um terreno, junto com a Câmara de Vereadores, doou um terreno para a construção do prédio da Defensoria e esse prédio precisa ter, essa obra precisa ter início dentro de 01 ano. Nós recebemos a doação, a Defensoria recebeu a doação no mês de setembro, me parece, então tem até o mês de setembro do próximo ano para poder receber o início das obras. Então, dada a necessidade e a importância que é a Defensoria lá no município de Jarú, que atende toda a regional ali, Deputado Adelino, atende o município de Jorge Teixeira, atende Theobroma, atende Cacaulândia, muita gente fica ali perto, os distritos de Tarilândia, de Nova Colina, ou seja, atende uma região muito grande, haja vista você ver num órgão desse o atendimento a quase três mil pessoas em um mês.

Então, eu venho aqui, neste dia, solicitar, já fiz a Indicação, mas se faz necessário e urgente que a Defensoria Pública do município de Jarú possa ter a sua sede própria. Nós pedimos uma audiência com o Governador Confúcio para o mais rápido possível, possivelmente nós vamos estar reunidos no dia 30 e vamos levar o Defensor Estadual responsável por essa área, em nível de Estado, e vamos convidar também a Dra. Luciana para acompanhar. E aí eu quero convidar o Deputado Adelino, que também faz parte daquela região, assim que estiver confirmada a agenda, para a gente fazer aqui um mutirão junto ao Governo do Estado, para o mais rápido possível a gente poder ter a sede da Defensoria Pública. Volto a salientar, um grande trabalho prestado por toda a equipe da Dra. Luciana, uma menina, uma Defensora jovem, uma pessoa bastante dinâmica, amiga da sociedade e principalmente a equipe toda,

junto com ela, amiga da nossa região, de toda a grande região de Jaru.

Era isso que eu tinha, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agradecer a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Gilvan Soares Barata, do município de Cujubim. Seja sempre bem-vindo. Também presente nosso amigo do Partido Solidariedade de Rolim de Moura, nosso amigo Vilson. Seja bem-vindo a esta Casa de Leis.

Convidamos para o uso da tribuna, nas Breves Comunicações, com cinco minutos, sem apartes, o nobre Deputado Aírton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Bom dia, senhor Presidente Alex Redano. Bom dia, senhores Deputados. Bom dia, imprensa aqui da Assembleia. Bom dia a nossa plateia.

Nós queremos comunicar que na quinta-feira passada nós participamos da inauguração da APAE do Vale do Anari, onde nós, ainda quando Vice-Governador, enviamos para lá R\$ 52.000,00 de recursos para se comprar materiais de fonoaudiologia, fisioterapia e também uma cozinha industrial. E a APAE lá, por si só, com mais noventa mil reais que arrecadaram dentro do município, construíram lá várias salas, um banheiro também muito bem construído e é uma APAE que a gente vê a obra que foi feita, muito bem construída. Estiveram lá conosco o Deputado Saulo Moreira e o Deputado Ezequiel Júnior, que também se comprometeram, para o próximo ano, como lá não tem muro, na APAE não tem piso, não tem piso, nós vamos, cada Deputado se comprometeu em arrumar cinquenta mil reais para fazer o muro e o piso lá da APAE, ao redor dos prédios que não têm, no entorno dos prédios, não é? Também estive lá conosco o ex-deputado Moreira Mendes, onde fez a entrega de um Fiat e também um veículo Van. O total da emenda dele foi de R\$ 150.000,00. Por mais que ele hoje não seja Deputado, não tenha se eleito, tentou buscar o Senado Federal, mas a emenda federal era dele, então ele foi lá fazer a entrega. Então, foi um dia assim muito bom, porque a gente viu o quanto que as pessoas dos municípios, a sociedade, o comércio dos municípios fazem para ajudar a APAE. Há muitas campanhas que foram feitas, almoços, jantares, para eles conseguirem o valor de noventa e cinco mil reais, aproximadamente, para construir lá 03 prediozinhos, mas muito bem construídos, muito bem feitos. Eles têm 35 alunos lá, especiais, e que nós conseguimos, então, fazer essa inauguração nesse dia.

Também queremos comunicar que em Ji-Paraná, no sábado, nós participamos lá da passeata do *Dia da Paz no Trânsito*. Foi uma passeata que começou na T-6, fomos até o Parque de Exposição, onde tínhamos lá fanfarras de colégios, tinha alunos de colégios, a população participou em massa, pessoal do MTU, Polícia Militar, Bombeiros. Então, foi uma passeata chamando atenção da nossa população e convocando também a população para que ajude a diminuir essa quantidade de acidentes que nós temos tido aí no nosso Estado, essa perda de vidas, essa mutilação de gente que continua tendo e não tem parado, principalmente nos finais de semana, fazendo as campanhas da lei seca, foram distribuídos muitos brindes, bicicletas, capacetes, e houve assim uma participação maciça

da população de Ji-Paraná, porque nós estamos na *Semana Mundial do Trânsito, da Paz no Trânsito*. Então, isso foi feito em todo Brasil e nas cinquenta e duas cidades de Rondônia também, cinquenta e dois municípios. E, assim, o que foi bom, a participação popular que está procurando se conscientizar dessa questão aí dos acidentes de trânsito. Então, foi muito boa a participação lá da população e a gente fica feliz porque as pessoas estão aí se preocupando um pouco mais.

Aproveitar também, neste momento, sempre que eu uso essa tribuna eu peço que as pessoas ajudem a cuidar aí da questão de trânsito, que sinalização tem, semáforo tem, todas as ferramentas tem, mas aí nós não cuidamos dos excessos de velocidade, nós procuramos sempre desrespeitar a velocidade, inclusive acontece conosco, que somos motoristas também, que dirigimos, muitas vezes nós infringimos a Lei e que nós deveríamos, todos nós, seres humanos, respeitar as Leis de Trânsito.

Bom, se não precisasse essa Lei de Trânsito, que nós fôssemos educados no trânsito, todos nós, mas é difícil você lidar com essa questão no trânsito. Então, foi assim um final de semana agradável. Também teve lá, em Ji-Paraná, um encontro do Governador e o DER com todos os Prefeitos, a AROM resolvendo problemas diversos do nosso Estado, como a questão do FITHA que tem muitos municípios que ainda não receberam, outros receberam e não receberam tudo. Mas o Governador se comprometeu com todos os Prefeitos também de que o ano que vem, lá para março, já vai estar liberado o dinheiro para os municípios fazerem os seus planejamentos de como arrumar as suas estradas e pontes na época das secas, porque a seca começa em maio.

Então, essas são minhas palavras de hoje. Eu desejo a todos um bom-dia. Meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agradecemos também a presença dos nossos amigos Vereadores do Município de Buritis, meu amigo Presidente Adriano Confecções, representando todos os demais Vereadores de Buritis. Sejam todos bem-vindos.

Não havendo mais oradores inscritos nas Breves Comunicações, passaremos agora ao Grande Expediente. Uso da tribuna, com vinte minutos, com direito a apartes, convidamos nosso nobre Deputado Jesuíno. A tribuna fica livre por vinte minutos, com apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Bom dia, Presidente. Quero cumprimentar a todos os Deputados, todos os jornalistas, todas as pessoas presentes. Eu vou utilizar aqui um tempo razoável, apenas para explicar sobre...

A Assembleia Legislativa estava discutindo, através de uma Comissão Especial que foi proposta pelo Deputado Cleiton Roque, sobre a situação das placas, das pessoas que têm o domínio dessas empresas. E aqui ficou consagrado que após a fiscalização, as discussões, o DETRAN iria expedir uma Portaria para regulamentar essa questão, sanar todas as problemáticas. Existe denúncia de cartel, existe denúncia de pessoas que estão sendo favorecidas. E, infelizmente, antes de finalizar a própria discussão, a própria questão dentro da Comissão, no dia 17.09.2015 foi expedida a Portaria 4.172 - Gabinete do DETRAN, onde dispõe sobre essa problemática,

ou seja, a autarquia, o DETRAN passou por cima da Comissão, faltando com respeito e não deu nem uma explicação, não falou nem: - *Olha, os Deputados aí, eu achei por bem, está certo assim e acabou.* Parecendo que esta Casa não tem o mínimo de importância... não serve para nada. É assim que eu falei na discussão com o Deputado Cleiton Roque, os demais membros dessa Comissão. Então, para que é que formou essa Comissão? Feita para nada então.

Então, eu vou pedir, vou pedir através da Comissão, e já foi aprovada na reunião que teve, para que haja a suspensão dessa Portaria também. Isso eu vou exigir também, que já foi aprovado que o Senhor Albuquerque, Diretor Geral lá do DETRAN, e as demais pessoas responsáveis estejam aqui para explicar para nós agora. Mas não foi convite, não, foi convocação. Convocação e eles vão agora ter que informar. Eu nem li, é bem extensa, agora que eu recebi em mãos, mas eu tinha ciência dessa Portaria. Eu vou fazer uma leitura bem precisa, mas é dessa forma que a Assembleia Legislativa é tratada. Espero eu, e aí eu vou falar de uma forma bem tranquila, em respeito ao Presidente desta Casa, em respeito ao Senhor Efraim, ontem eu suspendi o requerimento que iria formar a Comissão Especial para tratar sobre os apagões. Espero eu que na terça-feira todas as pessoas que eu citei estejam aqui, estejam aqui. E quero também deixar mais claro ainda: a CPI foi arquivada pelo princípio aqui de uma aberração jurídica que existe no Regimento desta Casa. O requerimento meu que houve uma desistência por conta também que o Regimento tem uma falha de morte. Esse Regimento é datado de antes das nossas Legislaturas e foi no início desta Casa, cheio de falha, é uma colcha de retalhos que para mim tem que ser revisto, não só o Regimento, como a própria Carta Constituinte Estadual é cheia de falha. E com essas falhas que qualquer Deputado que propõe uma medida aqui, a outra parte já se prepara para entrar com ação ou qualquer medida administrativa para cancelar. É por isso, é por isso que às vezes, quando falam: *'Ah, mas você recuou...'*. Eu tenho que recuar para dar dois passos. E pode ter certeza, eu não estou inerte, não, eu estou trabalhando. Mas quanto a essas Comissões, todos os meus documentos, além de serem devidamente fundamentados com bases jurídicas, eu, assim, é como diz, a gente vai aprendendo também com os erros. Então, eu estou me precavendo. E outras Comissões que forem formadas, que passem aqui pelo crivo deste Plenário, hoje não tem como recuar, não. E eu também tenho outras ações que eu não preciso manifestar aqui, que eu já estou tomando.

Outro ponto também que eu quero deixar, eu encaminhei um documento sobre um terreno, valor de quatro milhões e cem mil reais. Ontem, a Secretária esteve aqui, a Ivanilce, ela que é responsável sobre essa questão social, pagamento de... ela é a dona da pasta no que tange à questão do Governo nas tratativas em custo, em pagamento de ajuda de custo, imóveis, casa, *Minha Casa, Minha Vida*, ela que é a responsável.

E eu entrei nesta luta contra a questão do Bairro Dilma Rousseff, deveria ser pago o valor de quatrocentos reais para as pessoas até que fossem construídas nesse terreno, construídas as casas, as casas que eram no valor de, desculpa, o terreno que foi pago pelo valor de quatro milhões e cem. E até o presente momento não vi nem uma, nem um pedaço de estaca lá. Estão só enrolando, estão só enrolando, mais 06

meses, essas pessoas... Ontem, ela confirmou que não tem suspensão de pagamento, que havia denúncia de suspensão de pagamento dessas pessoas, ela falou que não tem. Eu vou pedir... E casa é maior ainda, eu e o Deputado Laerte aqui, convênios com casas que, salvo engano, é em Ji-Paraná que tem um convênio de algumas casas, foi perguntado para ela e a sua Comissão: "Vocês têm a cópia dos contratos?" Ela falou que não tem contrato. Foi perguntado para ela: "O Estado tem contrapartida de valores?" Ela falou: "Tem". Então o Estado de Rondônia tem o convênio, mas não tem o contrato? Olha a administração que nós estamos tendo em Rondônia, você firma um contrato, faz esse tipo de ação e quando a Assembleia Legislativa, que tem o poder de fiscalizar, de controlar, pede: *'Não, eu não tenho, infelizmente tem que pedir para Caixa'*. Nós já deixamos notificada, ela foi notificada, que ela apresente, que ela requisite, e dei um prazo. Se ela não apresentar, esta Casa também já vai iniciar os procedimentos extrajudiciais e informar já os órgãos de controle para tomar as devidas medidas cabíveis.

O Sr. Alex Redano (Presidente) – Deputado, me concede um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim.

O Sr. Alex Redano (Presidente) – Em Ariquemes teve esse contrato, foi assinado, a gente presenciou, estava junto o Deputado Adelino e eu acho impossível, inadmissível não ter esse contrato, me causa estranheza ela falar, um repasse do Governo, um acordo verbal. Ou ela está equivocada ou o Estado cometeu um erro gravíssimo. E é direito de Vossa Excelência, direito desta Casa obter esses contratos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Com certeza, e está gravado porque todas as Audiências são gravadas aqui, ela falou e a própria assessoria dela falou: "Não, não temos e temos que requisitar". E eu falei, 'Rondônia realmente está indo no caminho certo mesmo'.

O Sr. Adelino Follador – Deputado, me concede um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero o parabenizar, Deputado Jesuíno, por estar trazendo esse assunto. Eu também participei de uma parte dessa reunião e ela falou que o Estado cedeu dois milhões para contrapartida, depois teve que voltar o recurso porque não conseguiu, porque os contratos ainda não estavam em vigência e não poderia ter antecipado a contrapartida. Mas aí a preocupação que o senhor tem, e com certeza que nós temos que ter, ver se foi feito depois essa contrapartida de alguns, talvez não sejam todos, lá em Ariquemes pelo menos foi assinado o contrato que nós participamos lá. Mas de fato é uma preocupação e Vossa Excelência pediu que ela informasse esta Casa, e com certeza ela deve informar, a Secretária, todas as informações, caso a caso. Nós temos em Ariquemes, inclusive eu a questioneei do Monte Cristo, a primeira liberação de casas que está tendo para entidades, uma entidade que está fazendo lá. E ela disse

que foi a empreiteira que começou o serviço e abandonou e que teve que fazer um reajuste para poder compensar o prejuízo que a empresa deu. Eu questionei e acho que não tem nada que pagar prejuízo, se foi pago a mais para a empresa que estava trabalhando, a medição a mais do que ela já tinha, o que ela não tinha feito e foi pago tem que ter um responsável. E se: '*Ah, mas a empresa comprou no mercado e não pagou e agora estamos pagando*'. Bom, dívida de empresa é dívida de empresa, não tem nada que ver com o Governo do Estado, vão pagar duas vezes? Se a empresa comprou é dívida dele: '*Ah, mas a Associação avalizou*'. Não deveria. Então, tem que ver quem é responsável dessa situação que não pode acontecer, que inclusive o DER hoje vai fazer uma parte dos asfaltos lá dentro para compensar, para fazer um acordo. Nós temos que cuidar, esses contratos não podem estar brincando, é dinheiro público envolvido, é muito sério. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – De nada. Eu vou até... O Deputado Cleiton Roque é Presidente da Comissão e, Deputado, só uma pergunta, só para esclarecer... Não foi aprovada a situação de a gente revogar essa Portaria? Foi expedido já? Não foi isso que nós acordamos?

O Sr. Cleiton Roque – Com relação à...

O SR. JESUÍNO BOABIAD – A Portaria que era discutindo quanto à questão das placas. Não foi isso que ficou acordado?

O Sr. Cleiton Roque – Nós aprovamos, após a confirmação da publicação do Decreto, com certeza na terça-feira nós vamos promover esse debate aqui.

É importante, Deputado Jesuíno, Vossa Excelência falando aí, a gente precisa ter a consciência e a vontade de querer resolver os problemas, sempre buscando uma maneira de que a transparência, com certeza o menor preço para o contribuinte, enfim, mas eu entendo que o chicote que bate no Francisco ele tem que bater no Chico e vice-versa. Não dá para o DETRAN ter dois pesos e duas medidas.

Então, a decisão do Diretor Geral do DETRAN em publicar aquela Portaria no final da semana passada, me deixou realmente muito preocupado, até mesmo constrangido, Deputado Jesuíno, porque existia um pedido desta Casa, da Presidência, da Mesa Diretora, da Comissão que nós formamos, para esperar nós concluirmos o trabalho que nós estamos desempenhando na Comissão e de fato encontrar um caminho onde a gente consiga fazer um processo transparente. O que eu vejo nessa Portaria, eu examinei a minuta dela antes dela ser publicada, e o que nós vemos é o seguinte: é o rigor da lei aplicado para penalizar, para prejudicar principalmente aqueles fabricantes pequenos que estão lá na ponta, lá no interior. Eu lamento profundamente que essa atitude tomada pelo comando do DETRAN, dizer que eu não compactuo com isso, que eu não concordo, não acho que seja a maneira correta de fazer esse tipo de tratativa. E foi realmente aprovado na reunião de segunda-feira o pedido proposto pelo Deputado Jesuíno, para a gente colocar em Plenário a revogação dessa Portaria. Eu entendo que se nós temos, então, que praticar todas as regras que foram colocadas naqueles itens dos fabricantes de placas, então, vamos também para a inspeção veicular, Deputado

Adelino, vamos para outras modalidades de outros serviços que são praticados pelo DETRAN. Então vamos, Deputado Jesuíno, rever todos os contratos em vigor no DETRAN, de agora e dos últimos quatro anos. Se for para ter essa postura com a gente aqui, esse desrespeito com esta Casa aqui, nós vamos então passar a limpo aquela instituição então. Se for para usar esse tipo de mecanismo para prejudicar os pequenos, nós vamos engrossar aqui também. Nós vamos dificultar para eles também. É uma tremenda de uma irresponsabilidade do Diretor Geral do DETRAN. O relatório produzido por aquela Corregedoria tem vários pontos para a gente questionar e nós vamos questionar isso na Comissão, ou seja, apertou para determinado grupo e facilitou para os demais. Isso é muito sério e muito grave e nós não vamos deixar, vamos trazer isso à luz, dar publicidade das ações que estão sendo praticadas pelo DETRAN. Então, na próxima semana, nós vamos discutir isso aqui, sim. E se o Plenário acatar, a maioria acatar, porque aqui não é a minha opinião, não é a opinião de Vossa Excelência, de um ou dois, mas é da maioria, se a maioria acatar, se for decisão da maioria, nós com certeza vamos colocar em votação o Decreto cassando essa Portaria que demonstra a incapacidade do DETRAN em regulamentar um serviço que é de responsabilidade dele, que em outros Estados os órgãos estaduais fazem é proteger as pessoas do setor, a população do seu Estado. O nosso aqui é o contrário, está prejudicando a população, os próprios empresários do Estado, a população do nosso Estado, facilitando para pessoas de outros Estados. Eu não sei de onde vem esse tipo de comportamento, porque eu sei que da pessoa do Governador Confúcio não é. Da cabeça do Governador Confúcio não é, porque ele sempre fala que o Estado tem de fato de criar mecanismos para proteger as pessoas que aqui estão e não prejudicar como estão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputado. Agora, olha só, é verdade, boa colocação. Com certeza, com certeza, já que iniciaram, o pau que dá em Francisco dá em Chico. Essa Comissão foi formada e a gente vai tomar e vamos acatar certamente, certamente porque como diz, ele não passou por cima de tudo, agora com esse ato é incabível, eu não tenho o mínimo, não tenho relação com A, B, C, D, como deixamos claro aqui. Agora, não pode nós estarmos aqui discutindo uma questão e ele passar por cima de tudo, como se fosse: '*Não, para mim a Assembleia não vale nada, não sabe de nada*'. Então, tranquilo, agora que ele sofra...

O Sr. Cleiton Roque – Inclusive, Deputado Jesuíno, segundo informações, palavras do próprio Diretor Geral do DETRAN, Albuquerque, dizendo que nesse caso a Assembleia não pode fazer nada. Então, vamos verificar se pode ou não, ele disse que nós é que precisamos dele.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ah, não pode não? Então manda ler a Constituição Estadual um pouco, a assessoria dele, manda ele ler o artigo 46, manda ele ler o artigo 49, 29, e assim sucessivamente. Eu posso mandar um documento para ele, um expediente informando. Quer dizer então que esta Casa é o quê? Quer dizer que esta Casa que tem o maior poder de fiscalizar, de fazer tudo aqui, ou seja, de forma legal e legítima...

Essa foi para até, para o meu dia... Realmente, do jeito que está, daqui a uns dias a Assembleia vai fechar. Para que é que vão existir as Assembleias, o Senado, o Congresso? Para quê? Para nada.

Então, acaba isso aqui, forma uma ditadura, faz alguma coisa, porque eu ainda entendo, enquanto o Estado Democrático ser de Direito, o voto, ou seja, o poder emana do povo, a Casa maior é o quê? É o Legislativo. Os Poderes são harmônicos entre si, mas toda matéria orçamentária, todas as leis, todas as fiscalizações que são dadas a nós, está ali, não é só na Carta Estadual, está na Carta Federal, não sou eu que digo, não.

Então, gente, é cada absurdo que a gente ouve! Eu sei que isso demanda tempo, demanda trabalho, mas não era para nós, para a gente estar aqui buscando esse tipo de discussões, mas, infelizmente, pela inércia, pela falta de compromisso, pelas irresponsabilidades que são constantes, vistas dentro do Executivo Estadual que nós temos que tomar essa medida. Então, fica aqui o nosso recado, eu tenho a minha postura, mas a minha postura não é diferente de muitos aqui. Eu falo, sou independente, falam que eu sou um pouco radical, que eu sou oposição, mas veja as matérias quando é de ordem, quando realmente eu voto convencido, se eu voto contra? Eu não estou aqui para fazer conchavos, não, não vou e nem quero. Por mim, a gente vai terminar o nosso mandato da forma que eu entrei aqui com a minha postura.

Outro ponto que eu quero falar novamente é sobre o Comando da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Hoje já faz 60 dias, nós apoiamos este Comandante Geral, mas, infelizmente, Deputados, não houve nenhuma mudança, não há nenhum tipo de programa ou alguma atuação onde houve a melhora por parte da segurança. O que houve foi o quê? O que houve foram policiais militares sendo usados de forma desnecessária, policiais sendo desrespeitados, policiais militares sendo jogados em locais impróprios, não houve nenhuma medida séria ou certa.

Então, eu, terça-feira, estou fazendo um trabalho, vou até pedir um tempo a mais, não só 20 minutos, se for necessário eu peço outro tempo também para usar nesta tribuna, vou falar só do Comando da Polícia Militar. O prazo para alguém que tem atuação, para alguém que tem responsabilidade, em um dia ele faz mudanças. No dia que ele assume ele já faz mudanças. Nem na mudança de um comando ele teve atitude. Nem as ações que foram tomadas e acordadas, porque eu não peço nada, não, nem a medida que eu falei: *'Olha, a partir de hoje, bote uma pedra, respeite os policiais militares, faça um compromisso em valorizar e respeitar.'* Não fez. *'Ah, eu tenho que passar pelo crivo dos 09 Coronéis.'* E para que tem comando, então? Se não tem poder de atuar, então que saia, saia. *'Não tenho comando, eu não tenho condições de comandar, bote alguém que tenha pulso, que realmente tenha condições de comandar.'* E alguém já tinha me alertado. Como é que um Tenente-Coronel que foi promovido com 30 dias ele já vai assumir o comando da PM? Mas a gente deu voto de credibilidade, não só eu como a própria ASSFAPOM, que é a Associação dos Policiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, a maior no âmbito do Estado de Rondônia, foi e apoiou. Mas aí a gente vê a decepção, e a minha maior decepção foi acreditar também onde teve uma Audiência Pública

aqui discutindo com vários policiais militares sobre a Lei de Promoção, que era uma promessa de campanha do Governador Confúcio Moura, ele vem numa reunião, onde todos estavam entendendo que é uma injustiça, que é um ato imoral contra os policiais militares praças, ele vem falar: *'Olha isso não pode, vai prejudicar.'* Não muda, infelizmente, infelizmente. Eu, Deputado estadual de Rondônia, eu poderia muito mais ajudá-los, defender como eu defendo a Corporação policial e Bombeiro, mas eu vejo que infelizmente não tem acordo, não tem realmente harmonia, não dá para se andar com esses Oficiais. Alguns Oficiais a gente vê que têm uma outra visão, mas ainda estão no posto abaixo de Coronel, e para chegar a essa função maior, que é ser Comandante da Polícia Militar, tem que ser no crivo do Governador do Estado de Rondônia, que isso é um cargo de confiança. Infelizmente, infelizmente eu estou decepcionado com o Comandante Geral, Coronel Kisner, por falar, sabe? Não ter uma medida, eu já fiz tudo. Encaminhei verba, um milhão e trezentos, tudo, tudo, e até o presente momento é só conversa. E quem vive de conversa não é eu não. Esta Casa aqui vive de ações, o Estado vive de ações, a sociedade vive de ações. Foram incendiados já postos, o aumento do efetivo não tem, aí está tendo o início previsto para o dia 15 de outubro, enquanto o Bombeiro já iniciou essa academia. Eu busquei junto com ele, foi um pedido dele, vamos lá ver a situação da antiga DE, Diretora de Ensino, busquei junto ao Governo a desocupação de forma tranquila para mudança daquele local, até hoje não fizeram nada, nada, só conversa, só balela. Só blá, blá, blá. Chega, gente!

A gente fica realmente revoltado. Eu tenho um nível meu de: *'Ah, vamos no diálogo.'* Que diálogo, rapaz? Diálogo quem tem... Esse papo para mim é papo furado. Esse Governo tem que ter ação, o Governador tem que ter medida, o Secretariado tem que comungar com a ideia dele. Até ontem eu vi aqui a própria base do Governo falando que uma senhora Isis, ela que comanda o combustível. Já pensou uma pessoa ter autonomia sobre os combustíveis? E para que é que tem secretariado? A outra falha: Reforma Administrativa, que foi a maior lambança, foi a maior besteira que esse Governo fez, vem mais problemas para cá. Deixaram cargo de direção, não tem cargo de direção. Olha só como é que é. É a maior furada. Eu avisei, eu alertei, eu fiz um apontamento com mais de 50 erros da besteira que foi feita. Mas ele fez para agradar George Braga, para agradar uma tal de uma outra Secretária, para agradar outros secretariados, uma tal de Rosana. E aí? Agora está aí a lambança, a besteira. O Governo... Rapaz, infelizmente, eu também não vou mais, eu tinha tanta coisa para falar, mas terça-feira eu vou...

O Sr. Adelino Follador – Deputado Jesuíno, me permite um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAI – Pois não, Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Vossa Excelência se esqueceu da chefe da SUGESPE, a tal de Isis. Rapaz do céu, essa mulher é um inferno aqui no Estado de Rondônia. Está todo mundo reclamando, todas as Secretarias, ninguém mais consegue. Eu não sei como é que dá tanto poder para uma pessoa, foi citado aqui ontem, hoje eu já recebi reclamação de pessoas

de várias Secretarias, quando chega nela trava tudo. E ela está mandando nas Secretarias todas.

Então, nós precisamos, urgentemente, ontem foi falado na Sessão por vários Deputados, urgentemente. O Governo do Estado tem que dar autonomia para os seus Secretários trabalharem, porque senão vai parar tudo. Fazer economia parando o Estado é fácil. É só pegar lá na EMATER, a partir de hoje ninguém mais sai de casa. Vai economizar. É só falar para o pessoal do DER: não, a partir de hoje ninguém mais vai abastecer carro. Vai economizar. Chega ao final do mês, é claro que vai economizar. Não tem movimento. Mas, e o serviço? Quem vai fazer? Contratação desse serviço que o DER deixa de fazer agora com a administração direta, depois vai pagar três vezes mais. Então, tem que aproveitar, a seca é agora e nós temos que aproveitar, precisamos, já cobramos do Governo lá, há três meses, não resolveu e agora parece que está fechando pior ainda. Fazer economia, cuidar para aplicar bem o dinheiro público é uma coisa, mas parar tudo é outra coisa, e parar por uma pessoa que é responsável pela SUGESPE acima da Secretaria. Então substitui todos Secretários, deixa só ela, então. Então, vamos destituir, vamos fazer uma ação aqui na Assembleia, vamos chamar o Governador, vamos destituir todos os Secretários, deixa só ela sozinha. Porque está insuportável. Não pode vir uma pessoa do interior, se for visto aqui o funcionário aqui em Porto Velho é penalizado. Tem que saber por que ele veio para cá. Não tem diária, pelo malote que vai, para fazer a questão elétrica do processo da Escola de Monte Negro, o processo veio para cá, aí teve uma pendência, tem que esperar vir por malote, aí tem que esperar o dia que tem malote para voltar para Ariquemes. Aí tem que ligar para a diretora, para a Diretora vir de Ariquemes buscar. Aí ela tinha uma pendência, tem que esperar o dia que tem malote para vir de Ariquemes para cá, aí chega aqui, aí vai não sei para qual setor, lá para SUGESPE, até levar lá na Educação demorou um mês e meio. Aí, quando ela chega aqui, 'não, falta a certidão, já venceu a certidão', manda de volta. Aí fica andando para lá e para cá. O Estado, o Governador tem que fazer alguma coisa urgente, não pode mais continuar dessa maneira.

O DER também é uma autarquia. Autarquia foi feita para ter mais facilidade, mais autonomia, e lá ela está amarrada com a SUGESPE também. Ela não pode, autarquia não pode estar alienada à Secretaria de Estado.

Então, eu quero deixar aqui, parabenizar o seu pronunciamento, e eu estou indignado com esta situação e já vem se arrastando há muito tempo e não está sendo resolvido. Deixar aqui esse alerta para o Governo do Estado, talvez ele não saiba de tudo que está acontecendo. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sabe o que tem que fazer? Nós temos o George Braga, que é o queridinho, o senhor Secretário de Estado, o Subsecretário e hoje a SUGESPE. Então, nós temos no Governo o rei e a rainha; o rei e a rainha, eles que mandam, eles que ditam as regras, eles que falam: o orçamento, George Braga; Isis, agora é o controle de tudo. E sinceramente, o Governo pode fazer o que ele quer executar, desde que não fira, não faça algo que vá de encontro à administração pública. E eu vou, até analisando de uma forma bem tranquila, depois a

gente vai propor também uma medida com a Senhora Isis para pedir os procedimentos, da forma que ela está atuando, se está tendo eficácia, se não tiver, ela está passiva também de responder um ato de improbidade administrativa.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado, um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Com a palavra, Deputado Cleiton.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Jesuíno, naturalmente nesta Casa aqui cada um tem a sua maneira de pensar, de se posicionar e merece o respeito de todos os colegas aqui. Naturalmente, eu respeito o posicionamento de Vossa Excelência, Vossa Excelência sabe disso, enfim. Mesmo discordando de alguns pontos, eu vejo dentro do Governo Confúcio Moura algumas coisas que têm avançado. O exemplo é a maneira que o próprio DER vem sendo conduzido. Mas nós também somos obrigados a concordar com Vossa Excelência quando Vossa Excelência coloca o excesso e a exagerada concentração de poder hoje na mão da SUGESPE, da Superintendência e especialmente da Secretária, da Superintendente que está à frente da SUGESPE. Eu concordo com Vossa Excelência. O Deputado Adelino aqui acabou de falar, hoje o DER, a SEDUC, a SESAU, SEAGRI e tantas outras Secretarias importantes do Governo vêm deixando muitas vezes de executar uma ação com maior eficiência pelo excesso de controle, pela maneira com que travou todo o sistema, seja combustível, seja de peça por parte da SUGESPE. A própria questão dos veículos, hoje o Coordenador, Deputado Jesuíno, o residente do DER lá do interior do Estado, para ele se deslocar, mesmo porque às vezes ele está lá em Vilhena, por exemplo, tem um chamado, uma convocação naquela mesma noite, ele só pode sair de Vilhena se tiver autorização dessa Superintendente da SUGESPE.

Então, concordo com Vossa Excelência, o Governador Confúcio vai ser informado dessa situação, talvez ele não esteja a par da situação grave que está, Deputado Lazinho, que Vossa Excelência ontem falou muito bem da situação do DER de Jarú, que lá tem profissionais capacitados, qualificados, com vontade de produzir e muitas vezes não está produzindo por toda essa situação provocada pela SUGESPE. Então, é uma economia, uma economia burra, daqui a pouco vem o período chuvoso e nós vamos estar aí com nossa produção sem estrada para fazer o escoamento, o Estado vai deixar de arrecadar, os nossos alunos vão deixar de ir para escola, os que dependem das estradas rurais para ir para as escolas. Então, o transtorno vai ser muito maior. Esse tipo de comportamento tem que parar, tem que mudar no Governo. Não tem cabimento, eu ainda não tive oportunidade de conversar com a Senhora Isis, mas lamento profundamente o que ela falou para o Deputado Luizinho, dizendo o seguinte, que os números das economias feito por ela, é argumento para qualquer justificativa, Deputado Adelino. E eu digo que é porque ela não está lá na ponta, Deputado Lazinho, como Vossa Excelência, como esses Deputados que aqui estão, em contato permanente com a população que cobra estrada, que cobra saúde, enfim, que

cobra investimento do Poder Público. E não está acontecendo em virtude de um engessamento da máquina nesta reorganização concentrando o poder na SUGESPE. Obrigado, Deputado Jesuíno.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Jesuíno, parabéns novamente. A intenção nossa, de forma nenhuma é tumultuar o Governo, de forma nenhuma. Antes de mais nada, agradecer a presença da Vereadora Eranides, lá de Jorge Teixeira, do Partido dos Trabalhadores. Seja bem-vinda, Vereadora. Mas, Deputado, agora há pouco, com relação a esse assunto que eu ontem eu aqui fiz um comentário, eu recebi honrosamente a Secretária de Estado de Educação ali no meu gabinete. Ela esteve com a Deputada Lúcia por mais de uma hora e esteve comigo agora por dez minutos. E durante esse período que ela saiu da Secretaria, já autorizada pela SUGESPE, que a Secretária só pode sair se fornecer, se pedir o carro lá na SUGESPE, durante três vezes, três vezes em duas horas, ela recebeu ligação para que a Secretária devolvesse logo o carro, porque tinha mais gente precisando do carro. Acabou de sair do meu gabinete a Secretária de Estado da Educação. Então, eu quero voltar a reforçar o que nós queremos, o que esta Casa quer, o que Vossa Excelência quer é o fortalecimento das ações do Governo, a desburocratização é burra, é prejudicial, acaba empatando todas as ações de Governo. Quando chegar ao mês de dezembro vai ter que a SUGESPE autorizar tampar o buraco lá na estrada onde tem um caminhão caído em cima de uma ponte, alguma coisa nesse sentido. Não pode. Acabou. Parabéns, Deputado, está certo. Ninguém está pedindo cabeça de Secretário aqui, porque isso é uma coisa que eu não faço, nunca vou fazer, porque...

O Sr. Adelino Follador – Eu só falei porque assim não precisa mais, porque já tem a SUGESPE comandando tudo. Aí dispensa todos os Secretários. Eu não estou pedindo a cabeça de ninguém, não. Eu estou sugerindo para ele economizar mais ainda. Economizar, é uma maneira de economizar...

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Lazinho, incompetente tem que sair, sim. Incompetente tem que ser exonerado, tem que ser demitido.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Mas mesmo assim eu respeito o Governo. Esse é o meu pensamento, eu não vou ficar pedindo para tirar ninguém. Agora, quem tem que ver, e aí nós temos a função aqui, que é a de cobrar para tomar o posicionamento, é do nosso Governador, Governador Confúcio. Ele tem que tomar posicionamento, mudar a forma de governar nesse sentido, porque isso não é economia, isso é prejudicial. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Uma proposta. Terça-feira foi aprovado um Requerimento aqui para convocar o Presidente

da Fundação lá, do que administra o Teatro. Ele vai vir aqui na quarta-feira, a gente vai converter e vai ouvir ele, mas por quê? Porque tem denúncias de valores exorbitantes que são cobrados para utilização do Teatro. Para onde está indo? Como está sendo usado? Então, nós iremos chamar a Dona Isis. Vou propor, o meu Requerimento, propor que a Dona Isis venha aqui na Assembleia para explicar essa fórmula, onde está a economia. É uma proposta de a gente conversar com ela, dialogar com ela. E ela que traga já dados sobre a economia que está sendo feita dentro também e a eficácia da economia. É uma proposta que eu vou já propor terça-feira esse Requerimento para ela vir, ser convocada na quarta-feira que não tem muita matéria.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Obrigado, Deputado. O seu tempo já venceu.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está bem, obrigado. Então meu tempo finalizou. São 33 minutos. Ontem eu só usei 13. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Senhor Deputado, realmente o tempo se excedeu, mas haja vista a importância desse debate, merecemos um tempo a mais.

Senhores Deputados, devido a algumas questões técnicas, vamos suspender a Sessão por tempo indeterminado.

(Suspende-se a Sessão às 10h39min e reabre-se às 10h42min)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Em aditamento ao Requerimento aprovado no dia 22.09.2015, requer à Mesa Diretora a convocação, para o dia 07 de outubro de 2015, às 10 horas, na Sessão Ordinária, no Plenário desta Casa, do senhor Severino da Costa, Presidente da Fundação FUNPAR, para esclarecimentos sobre arrecadação e aplicações de recursos da Fundação.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Indica ao Poder Executivo Estadual, junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, que faça a manutenção nas pontes da Linha 02, do distrito de Três Coqueiros, em Campo Novo, e prossiga também com a construção das que já estão obsoletas.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto à Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGESP, para regularizar a situação de servidores removidos da Agência de Defesa Agrossilvopastoril - IDARON.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Indica ao Governo do Estado, com cópia ao IDARON, que seja colocada em todas as Agências do IDARON uma máquina de cartão para o pagamento do GTA e de outras taxas cobradas por este órgão. Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Em aditamento ao Requerimento aprovado no dia 22.09.2015, requer à Mesa Diretora a convocação, para o dia 07 de outubro de 2015, às 10 horas, na Sessão Ordinária, no Plenário desta Casa, do senhor Severino da Costa, Presidente da Fundação FUNPAR, para esclarecimento sobre arrecadação e aplicações de recursos da Fundação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em discussão única o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Secretário *ad hoc*) – Não há mais matérias, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos nas Comunicações Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, comunico realização de Audiência Pública de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, no dia 28 de setembro às 15h00, para tratar sobre Intervenção Federal no Sistema Prisional do Estado de Rondônia, e convoco Sessão Ordinária para o dia 29 de setembro, no horário regimental, às 15h00.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 47 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº3101/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provisão em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a contar de 30 de setembro de 2015.

Nome	Código
ALDALENE BORGES LIMA	ASP-07
DEBORA DOS SANTOS SOUZA	AST-07
ELIANE BATISTA DOS SANTOS	AST-07
MARIA ANTONIA PRIVADO	AST-07

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho Presidente	Arildo Lopes da Silva Secretário Geral
---	--

ATO Nº3081/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão da servidora **ALINE INACIO DO NASCIMENTO**, Assessor Técnico, para o código AT-22, do Departamento de Cerimonial, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho Presidente	Arildo Lopes da Silva Secretário Geral
---	--

ATO Nº3000/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ANDERSON DOS SANTOS MENDES, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, que exerce no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 02 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho Presidente	Arildo Lopes da Silva Secretário Geral
---	--

ATO Nº3046/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ANDRESA ELISANDRA SCHMITZ, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, que exerce no Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 11 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3087/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão do servidor **CLAUDEMIR DIAS DE CARVALHO**, Assistente Técnico, para o código AST-22, do Gabinete da Secretaria Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3086/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão do servidor **EDERJONES SOARES DE SOUZA**, Assessor Técnico, para o código AT-21, do Departamento de Polícia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3088/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão do servidor **EDNO APARECIDO DA COSTA DE SOUZA**, Assessor Técnico, para o código AT-30, da Superintendência de Finanças, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3074/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão da servidora **ELAINE REGINA PEREIRA MAIA**, Assessor Técnico, para o código AT-22, do Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3118/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **GEISON DOS REIS**, para Assistente Técnico, e relatar na Escola do Legislativo, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2984/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **GLORIA RODRIGUES ALVES DE ASSIS**, que exerce o Cargo em Comissão de Assessor Técnico,

para o Departamento de Cerimonial, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 01 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3080/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão da servidora **ISABEL CRISTINA FLORENCIO BARBOSA**, Assistente Técnico, para o código AST-23, do Departamento de Cerimonial, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2985/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **JIGLEANE CASTRO TORRES**, para Assistente Técnico, e relatar no Departamento de Cerimonial, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 01 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3089/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão da servidora **JULIANA PORTELA VERAS**, Assessor Técnico, para o código AT-28, da Advocacia Geral, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3128/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LEONARDO FELIPE MAIA VIANA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação e Orçamento, a contar de 03 de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3110/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LINCOLN JOSE PEREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, no Gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3111/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LINDALVA DE SOUZA MACHADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3085/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão da servidora **LUANA QUINTAO DE MORAES LEMOS GUSHIKEN**, Assessor Técnico, para o código AT-27, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 2999 / 2015-SRH / P / ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **LUCINETE COSTA GOMES**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Departamento de Arquitetura, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 02 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 3077 / 2015-SRH / P / ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

MARCIA DOS SANTOS MENDONÇA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, que exerce na Advocacia Geral, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 3097 / 2015-SRH / P / ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão da servidora **MARIA AVENILDE BEZERRA LIMA**, Assessor Técnico, para o código

AT-27, do Gabinete da Secretaria Geral, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 3075 / 2015-SRH / P / ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão do servidor **MIGUEL LUIZ DE SOUZA**, Assistente Técnico, para o código AST-27, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 3129 / 2015-SRH / P / ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

PATRICIA SCHONS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, que exerce no Gabinete da 3ª Secretaria - Deputado Alex Redano, a contar de 30 de setembro de 2015.

Porto Velho, 21 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 3005 / 2015-SRH / P / ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação da servidora **POLIANE CARNEIRO DO REGO**, que exerce o Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Departamento de Logística, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 02 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3103/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO**, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3090/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão do servidor **RAY CAVALCANTE SOUZA**, Assistente Técnico, para o código AST-27, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3126/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

RODRIGO MARCELO RODRIGUES DA PAZ, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, que exerce no Gabinete da Comissão Permanente de Transporte e Obras Públicas, a contar de 22 de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3073/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

ROZENILDA BATISTA DE MORAES DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, que exerce no Gabinete da Presidência, a contar de 30 de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2982/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da servidora **SUELAINÉ DE ANDRADE SILVA**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Departamento Médico, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 01 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2981/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **SUZETE MARTINS DA SILVA**, para Assistente Parlamentar, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 01 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3079/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão da servidora **USSERLANDIA VIEIRA SARAIVA**, Assistente Técnico, para o código AST-22, do Departamento de Cerimonial, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3106/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

VIVIANE MARTINS DE BRITO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, na Advocacia Geral, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2983/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

WALCIRA SOARES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, que exerce no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 02 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3093/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

YARA NARJARA SOUZA VASCONCELOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Departamento de Cerimonial, a contar de 1º de setembro de 2015.

Porto Velho, 16 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 293/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 13 a 15/10/2015 ao **Deputado Estadual NEIDSON DE BARROS SOARES**, matrícula nº 200160355, para deslocar - se a cidade de Brasília - DF, para participar do Evento de Mobilização da PEC Nº47/2012, no Congresso Nacional, conforme Processo nº 12875/2015-84.

Porto Velho - RO, 30 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 294/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 01 a 03/10/2015 ao **Deputado Estadual JEAN CARLOS SCHEFFER OLIVEIRA**, matrícula nº 200152616, para deslocar - se a cidade de Campo Grande - MT, para participar da Programação Oficial Fórum dos Governadores do Brasil Central, conforme Processo nº 12930/2015-21.

Porto Velho - RO, 30 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 295/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Convalidar a diária concedida ao servidor relacionado, no dia 06/09/2015, pelo deslocamento ao Distrito de Três Coqueiros, do município de Campo Novo - RO, para realizar a segurança do Deputado Estadual Alex Redano, em reuniões com moradores e representantes da região, conforme Processo nº12204/2015-23.

Matricula: 200162064
Nome: Erique Rodrigues Marques
Cargo: Asses.Militar
Lotação: Sec. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 30 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 296/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 01 a 03/10/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se a cidade de Campo Grande - MS, para assessorar o Deputado Jean Oliveira, que irá participar do Fórum de Governadores Brasil Central, conforme Processo nº. 12946/2015-32.

Matricula: 200161624

Nome: Carlos Tadeu Santos Lucena

Cargo: Asses. Técnico

Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 01 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 297/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 05 a 06/10/2015 ao Deputado Estadual NEIDSON DE BARROS SOARES, matrícula nº 200160355, para deslocar - se ao município de Jaru - RO, para participar do Seminário do Ciclo de Debates e Palestras, na Audiência Pública, conforme Processo nº 12985/2015-58.

Porto Velho - RO, 01 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 298/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 05 a 06/10/2015 ao servidor relacionado, para deslocar - se ao município de Jaru - RO, para prestar assessoria técnica ao Deputado Dr.Neidson que estará participando do Seminário do Ciclo de Debates e Palestras, na Audiência Pública, conforme Processo nº 12985/2015-58.

Matricula: 100007668

Nome: David Santos Casseb

Cargo: Téc. Legislativo

Lotação: Dep.Dr.Neidson

Porto Velho - RO, 01 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 002/2015-SRH/MD/ALE

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas através dos termos dos incisos IV e XII do art. 11 do Regimento Interno e o que disciplina a Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, em atendimento ao contido no art. 46, § 1º, da Lei Complementar Nº 731, de 30 de setembro de 2013, Progressão Funcional aos Servidores Pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal desta Casa de Leis.

Art. 2º. A implantação dar-se a de acordo com as datas previstas no anexo I, deste ato.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, e os efeitos financeiros decorrente da aplicação do benefício, vigorará, individualmente, na data em que o servidor tiver completado seu período aquisitivo, de acordo com anexo I.

Porto Velho, 15 de junho de 2015.

Deputado Maurão de Carvalho
Presidente

Deputado Edson Martins
1º Vice Presidente

Deputado Hermínio Coelho
2º Vice Presidente

Deputado Lebrão
1º Secretário

Deputada Glaucione Rodrigues
2ª Secretária

Deputado Alex Redano
3º Secretário

Deputada Rosangela Donadon
4ª Secretária

ANEXO I DO ATO nº 002/2015-SRH/MD/ALE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDONIA									
Implantação da Progressão de Referência de acordo com Lei Complementar 731/13									
Sequencial	Identificação dos Servidores			Progressão JUNHO/2015					Referência Implantada
	Matricula	Servidores	Função	Classe	Admissão	Data Implantação	Averbação Afastamento - L.T.I.P.	Apuração do Tempo de Trabalho	
01	100007204	Aldo Dias Knightz	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	03/03/1986	01/01/2015	8 Ms L.T.I.P.	30,00	15
02	100005315	Amaro Apoluceno Ribeiro	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	IV	17/06/1985	17/06/2015	2 Anos L.T.I.P.	30,00	15
03	100003393	Antonio Delnir Martins Lima	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/10/1984	01/10/2014	SUSP.15 DIAS	30,00	15
04	100008880	Arnaldo Egidio Bianco	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	10/04/1986	10/04/2014	4 Anos L.T.I.P.	26,00	13
05	100017211	Benaia Ferreira de Queiroz	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	IV	01/04/1989	01/04/2015		28,00	14
06	100016908	Carla Ferreira da Silva	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/02/1989	01/02/2015		28,00	14
07	100016445	Carlos Eduardo Fayal De Lyra	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/08/1988	01/02/2015	6 Anos L.T.I.P.	22,00	11
08	100016685	Carlos Venicius Parra Motta	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/10/1988	01/10/2014		28,00	14
09	100000620	Carmem Soussem A.de Zuniga	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/12/1983	01/02/2015	5 Anos L.T.I.P.	28,00	14
10	100009888	Cloilde Peruffo	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	15/04/1986	01/09/2014	3 Anos L.T.I.P.	27,00	13
11	100017138	Cynthia Cristina Zulian	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	01/03/1989	01/03/2015		28,00	14
12	100017774	Democrito Inacio de Oliveira	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	01/09/1989	01/09/2013		26,00	13
13	100015455	Eliane da Silva Mendes	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/12/1987	01/12/2013		28,00	14
14	100018417	Eliane Socorro Mendez Veiga	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/04/1990	01/08/2014	Averb.LC.776/14 4 Anos 8 Meses	28,00	15
15	100017807	Elaine Pereira da Silva	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	IV	14/09/1989	14/09/2013		26,00	13
16	100013730	Fernando Nunes Ferreira	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/04/1987	01/04/2015		30,00	15
17	100017188	Gerson Estolano de Andrade	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	01/03/1989	01/03/2015		28,00	14
18	100019572	Iarlei de Jesus Ribeiro	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	IV	01/07/1990	01/07/2014		26,00	13
19	100017245	Jacqueline Casara Rivedero	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	01/04/1989	01/04/2015		28,00	14
20	100010645	Jeova Borges dos Santos	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	02/05/1986	02/05/2014		30,00	15
21	100020131	Jorge Luiz Almeida Lemos	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	01/12/1990	01/12/2014		26,00	13
22	100009408	José Moraes da Silva	AGENTE DE SERVIÇOS	IV	02.05.1986	01.11.2014	5 ms LTIP	28,00	15
23	100017526	Josiel Pereira da Silva	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	IV	01/03/1989	01/03/2015		28,00	14
24	100017914	Julio Cesar Carbone	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	01/11/1989	01/11/2013		26,00	13
25	100016924	Kelma Villar Marcelino	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	01/02/1989	01/02/2015		28,00	14
26	100003062	Maria Helia Botelho Pereira de Mello	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	01/07/1984	01/10/2013	3 Anos L.T.I.P.	28,00	14
27	100019861	Marlice Gomes Vieira	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	IV	01/09/1990	01/09/2014		26,00	13
28	100008864	Selma Regina Parra Motta	TÉCNICO LEGISLATIVO	IV	01/04/1986	01/04/2014	3 Anos L.T.I.P.	27,00	13
29	100010538	Silene Galdino Leite dos Reis	TAQUIGRAFO I	IV	02/05/1986	01/04/2015	Averb.776/142 Anos 9 Meses Averbação 1 Ano e 11 Meses L.T.I.P.	31,00	15
30	100005745	Solano Low Lopes	ASSIST. TEC. LEGISLATIVO	IV	03/06/1985	01/05/2015	1 Ano e 11 ms L.T.I.P.	31,00	15
31	100004317	Soniver Magalhães	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	IV	01/04/1985	01/07/2014	8 ms. L.T.I.P.	30,00	15

Porto Velho-RO, 15 de Junho de 2015.

SUP. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO**PORTARIA Nº 016 SPMG-ALE/2015**

Porto Velho, 01 de outubro de 2015.

Ajusta o Quadro de
Detalhamento da Assembleia
Legislativa do Estado de
Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2014-MD/ALE e conforme autorização contida na Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014, § 1º, do Artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
--------	---------------	---------------------	------------------	-------

AJUSTE NEGATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.90.11	100	50.000,00
TOTAL				50.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
--------	---------------	---------------------	------------------	-------

AJUSTE POSITIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.90.94	100	50.000,00
TOTAL				50.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão